UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – PPGE

FRANCIELE BRITO BARBOSA

QUEM DÁ AS CARTAS NO JOGO DA POLÍTICA?

Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio

ILHÉUS – BAHIA

2023

FRANCIELE BRITO BARBOSA

QUEM DÁ AS CARTAS NO JOGO DA POLÍTICA?

Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Elis Cristina Fiamengue.

ILHÉUS - BAHIA

2023

B238 Barbosa, Franciele Brito.
Quem da às cartas no jogo da política? Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio / Franciele Brito Barbosa. – Ilhéus, BA: UESC, 2023.
115f. : il.; anexos.

Orientadora: Elis Cristina Fiamengue
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação – PPGE
Inclui referências e apêndice.

1. Política educacional. 2. Relações étnicas. 3. Reformas do ensino. 4. Ensino médio. 5. Jogos educativos. 6. Sociologia (Ensino médio). I. Titulo.

CDD 379.201

FRANCIELE BRITO BARBOSA

QUEM DÁ AS CARTAS NO JOGO DA POLÍTICA?

Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada pela banca examinadora em 20 de março de 2023.

gov.br Documento assinado digitalmente
ELIS CRISTINA FIAMENGUE
Data: 19/05/2023 11:52:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Elis Cristina Fiamengue
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
(Orientadora)

Maíra T. Mendes

Profa. Dra. Maíra Tavares Mendes
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
(Examinadora Interna)

gov.br Documento assinado digitalmente
JULIA POLESSA MACAIRA
Data: 19/05/2023 10:32:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Julia Polessa Maçaira
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Eu vim acompanhada de muitas pessoas e sem cada uma delas não teria conseguido chegar até aqui. Agradeço primeiro às mulheres da minha família, em especial à minha mãe.

Agradeço à minha orientadora e amiga, Elis Fiamengue, por quem tenho imenso carinho, afinidade e admiração. Por ter acolhido o tema desde o início e ter me ensinado tanto em todo esse período.

Agradeço ao programa de bolsas da FAPESB, por ter financiado esta pesquisa. Agradeço ao PPGE/UESC por proporcionar o contato com tantas pesquisas e descobertas importantes, principalmente pela relação da universidade com a educação básica. Agradeço às estudantes da escola por terem me ensinado tanto ao longo de todo esse processo. Muito obrigada.

Agradeço à banca, composta pelas professoras Maíra Mendes e Julia Maçaira, por tanto aprendizado e pelas excelentes contribuições. Vocês são inspiração. Agradeço às professoras do PPGE pelas contribuições na minha formação, em especial Luciana Sedano, Luzi Borges e Cintia Borges.

Agradeço ao grupo de pesquisa pelas contribuições e testes no produto educacional. Agradeço à minha colega de turma Gabriela Amorim, pela parceria e aprendizado no momento tão solitário e difícil que é a escrita acadêmica.

Agradeço à minha amiga Bruna de Melo, Cassinho de Rita e Tulindo. Amiga, admiro demais a sua força e coragem. Agradeço, também, à Rillary Lucena e Cauan Guimarães pela parceria de sempre. Vocês são os presentes que a UESC me deu. Agradeço a Ailena Julie, Elisângela Guimarães, Fabiana Jesus e Juliana Silva, por estarmos juntas desde a graduação.

Agradeço à minha família, em especial o meu amigo e companheiro, que ocupa um lugar especial em meu coração, meu chuchu Valdomiro Alves. Sem seu apoio eu não teria conseguido realizar esta conquista.

Agradeço a minha avó Antônia Rosa e a minha mãe Marulina Brito, obrigada por todas as rezas de proteção. Agradeço às minhas afilhadas Jeovana e Melissa. A dinda é mestra, a primeira da família, e vocês podem tudo o que quiserem. Dedico este trabalho a vocês.

O que é que nós fizemos? Aquilo que chamamos de Maré Negra feminista quando a gente disse: a nova estética política é com as mulheres negras! [...] Tomar, tomar das mãos dos *playboys* brancos, e a gente percebeu que todos os partidos políticos, inclusive os nossos de esquerda são todos controlados na linha de poder por homens, brancos, mais velhos, de classe média, ou classe média alta, e que um branco promove o outro, um branco faz carreira do outro e nós carregamos as carreiras deles nas costas.

(Vilma Reis, socióloga, feminista, professora, ativista de direitos humanos, 2021).

QUEM DÁ AS CARTAS NO JOGO DA POLÍTICA?

Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio

RESUMO

A sub-representatividade de mulheres negras e indígenas na política institucional é um problema histórico na sociedade brasileira. Não é preciso fazer muito esforço para perceber que esses espaços são compostos, em sua ampla maioria, por homens, brancos, mais velhos e de classe média alta. Para melhor compreensão dessa realidade se faz necessário partir do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo que interfere em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra. Isto posto, ao expor esse assunto em sala de aula, com estudantes do ensino médio de uma escola pública da rede estadual da Bahia, houve uma identificação das mesmas pela temática, ocasionada também, pelo cenário político das eleições municipais de 2020. Esse interesse, por sua vez, ocasionou na realização de uma pesquisa em parceria com as estudantes sobre o tema em questão. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira com estudantes do ensino médio. Ao todo, seis estudantes do terceiro ano do ensino médio realizaram a pesquisa. A seleção se deu de forma voluntária e os encontros aconteceram no final de 2021 e início de 2022. Para atingir os objetivos, foi analisado o percurso da pesquisa desenvolvida pelas estudantes a partir dos dados levantados e do caderno de campo das mesmas. Dessa forma, os procedimentos teóricos metodológicos desta pesquisa se configuram como uma pesquisa participante. De modo geral, pode-se afirmar que a pesquisa desenvolvida com as estudantes suscitou em um aprendizado coletivo na construção do saber na temática do racismo, da discriminação, e do preconceito presente na discussão sobre representatividade de mulheres negras na política institucional, permitindo as estudantes questionarem a sua própria realidade desigual e adversa. Para a construção do produto educacional foi realizado um levantamento bibliográfico das produções de jogos didáticos no ensino de sociologia e a construção do jogo didático Representatividade na Política com o objetivo de proporcionar a discussão das relações étnico-raciais e o ensino de sociologia na educação básica. Por meio dele, buscou-se oferecer ferramentas que possam ser utilizadas como brechas para atuar no contexto da atual Reforma do Ensino Médio, em que as áreas do conhecimento vêm perdendo o seu teor científico e crítico.

Palavras-chave: Educação Étnico-Racial. Reforma do Ensino Médio. Jogo didático. Sociologia.

WHO DEALS THE CARDS IN POLITICS?

An analysis of the representativeness of Black women with high school students

ABSTRACT

The under-representation of Black and Native women in institutional politics is a historical problem in Brazilian society. We don't need to make much effort to realize that these spaces are composed, in the vast majority, by, white, older men and from the upper middle class. For a better understanding of this reality, it is necessary to start from the context of racial inequality in Brazil, which presents itself as a complex phenomenon that interferes in different segments of society, crossing all fields of life of the Black people. That said, when exposing this subject in the classroom, with high school students from a public school in the state of Bahia, there was an identification of them by the theme, also caused by the political scenario of the mayoral elections of 2020. This interest led to the realization of a research, in partnership with the students, on the subject in question. Therefore, the purpose of this work is to analyze the representation of black women in Brazilian institutional policy with high school students. To achieve this purpose, six graduation year students carried out the research. The selection took place on a voluntary basis and the meetings took place at the end of 2021 and beginning of 2022. Then, the course of the research carried out by the students was analyzed based on the data collected and their notebooks. Thus, the methodological theoretical procedures of this research are configured as a participant research. In general, it can be said that the research developed with the students resulted in collective learning in the construction of knowledge on the theme of racism, discrimination, and prejudice present in the discussion about the representation of black women in institutional politics, allowing the students to question their own unequal and adverse reality. For the construction of the educational product, a bibliographical survey was carried out of the production of didactic games in sociology teaching and the construction of the didactic game Representatividade na Política with the objective of providing the discussion of ethnic-racial relations and the teaching of sociology at school. Through it, we sought to offer tools that can be used as loopholes to act in the context of the current High School Reform, in which areas of knowledge have been losing their scientific and critical content.

Key-words: Ethnic-Racial Education. High School Reform. Didactic game. Sociology.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEE-BA	Conselho Estadual de Educação da Bahia
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DCRB	Documento Curricular Referencial da Bahia
EMITec	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FECIBA	Feira de Ciências da Bahia
FEMMIC	Feira de Municípios e Mostra de Iniciação Científica da Bahia
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNB	Frente Negra Brasileira
Greppe	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
HSC	Humanidades, Sociedade e Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
Pró BNCC	Programa de Apoio à Implementação da BNCC
PROEI	Programa de Educação Integral
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SEC/BA	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SEPLAN-BA	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TEN	Teatro Experimental do Negro
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESP	Universidade Estadual Paulista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização do DCRB na etapa do ensino médio 45
Figura 2 - Mapa Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia 52
Figura 3 - Sexo, idade, cor/raça da/os docentes da escola (2021) 54
Figura 4 - Tempo de serviço, carga horária e vínculo empregatício das/os docentes (2021) .. 55
Figura 5 - Dados população do município: sexo e cor/raça. 66
Figura 6 - Classificação histórica da categoria cor/raça utilizada pelo IBGE 74
Figura 7 - Etapas de produção de um jogo didático 86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas das atividades da pesquisa desenvolvida pelas estudantes 56
Quadro 2 – Referências trabalhadas com as estudantes 57
Quadro 3 – Roteiro elaborado para a entrevista semiestruturada 59
Quadro 4 – Plataformas utilizadas para realização do levantamento bibliográfico 89
Quadro 5 – Outras referências encontradas no levantamento bibliográfico 91
Quadro 6 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - dissertações . 92
Quadro 7 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - artigos..... 93
Quadro 8 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - monografias. 94
Quadro 9 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - anais 95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas candidatas às eleições de 2020 no município: sexo e cor/raça.....65
Tabela 2 – Pessoas eleitas nas eleições de 2020 no município: sexo e cor/raça 65
Tabela 3 – Pessoas candidatas para o cargo de vereadora/or no município 69
Tabela 4 – Mulheres eleitas p ara o cargo de vereadora no município 70
Tabela 5 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia 90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**
1 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DA BAHIA **24**
1.1 A educação das relações étnico-raciais **25**
1.1.1 Por que educar para as relações étnico-raciais? 26
1.1.2 E o Estado nesse contexto? 30
1.1.3 O movimento negro é um educador 31
1.2 A Reforma do Ensino Médio no estado da Bahia **34**
1.2.1 Por que o ensino médio? 35
1.2.2 Nada tem de novo o Novo Ensino Médio 38
1.2.3 DCRB volume 2: etapa do ensino médio 41
1.3 A Reforma do Ensino Médio e a educação das relações étnico-raciais: alguns apontamentos **47**
2 METODOLOGIA **50**
2.1 Premissas básicas **50**
2.1.1 A pesquisa participante 50
2.2 Fase de exploração: o lócus da pesquisa **52**
2.3 Fase de identificação: a pesquisa realizada pelas estudantes **55**
2.4 Elaboração da estratégia educativa: o jogo didático **59**
2.5 Análise dos dados **62**
3 "ALÉM DA MINHA MÃE, HÁ OUTRAS MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA AQUI DO MUNICÍPIO?" O que os dados revelam **64**
3.1 Por que mais mulheres negras na política institucional brasileira? **64**
3.2 A representatividade importa? Óbvio que sim! Mas é o suficiente no combate ao racismo? **77**
4 OS JOGOS DIDÁTICOS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA **81**
4.1 Os jogos **81**
4.2 Os jogos na educação **83**
4.3 Os jogos no ensino de sociologia **88**
4.4 Levantamento bibliográfico de jogos didáticos no ensino de sociologia **89**
4.4.1 Como o levantamento foi realizado 89
4.4.2 As produções encontradas 92
CONSIDERAÇÕES FINAIS **99**

REFERÊNCIAS **103**
ANEXO A: Carta de Anuência **109**
ANEXO B: Carta de Apresentação **110**
ANEXO C: Termo de Assentimento das/dos estudantes menores **111**
ANEXO D: Termo de Assentimento das/dos responsáveis **112**
ANEXO E: Termo de Assentimento da entrevistada **114**
APÊNDICE A: Produto Educacional **115**

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa desenvolvida com estudantes[1] do ensino médio de uma escola pública da rede estadual da Bahia. Seu tema de estudo está apoiado na educação orientada pelas leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008[2], que resultou na elaboração de um jogo didático que discute a representatividade de gênero e raça na política institucional brasileira.

As referidas leis são políticas públicas de ação afirmativa que tem por objetivo a luta por uma educação antirracista. Uma conquista da população brasileira, especialmente do movimento negro e indígena, que defendem um projeto de nação e de sociedade sem racismo e desigualdades. De certo, não se trata apenas de conhecer histórias pontuais de um povo, mas compreender a relação desse povo com os demais, visando à construção de uma sociedade efetivamente antirracista e emancipatória. Sendo assim, é a partir da educação amparada por essas normativas que esta pesquisa se encontra orientada.

A motivação para desenvolver um trabalho com essa temática se deu pela minha formação/atuação como professora de sociologia. A princípio, ao longo da graduação no curso de licenciatura em Ciências Sociais, graças à atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no estágio docência e pela temática desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)[3], bem como pela minha prática como professora em uma escola pública da rede estadual da Bahia, onde atuei, entre os anos de 2020 e 2022, como docente pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

Nesse percurso, logo quando iniciei na escola, por conta da pandemia de Covid-19 as aulas foram suspensas[4] no dia 16 de março de 2020 em toda a rede estadual da Bahia. Com essa suspensão, ainda diante de muitas incertezas, a escola onde atuei procurou continuar com as atividades de forma remota. Essas atividades docentes, realizadas de março a dezembro de 2020, por meio de elaboração de atividades disponibilizadas no *blog* da escola, não foram computadas como carga horária pela rede estadual.

---

[1] Ao longo do trabalho optamos pelo uso de uma linguagem inclusiva para nos referirmos às pessoas. Para citarmos grupos não utilizaremos a forma masculina como sinônimo de “neutro” e “universal”. (FRANCO; CERVERA, 2006).

[2] Essas leis determinam que o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena seja obrigatório em todas as escolas de ensino fundamental e médio em todo o território brasileiro, assim como no ensino superior.

[3] A monografia objetivou identificar o que, no curso de ciências sociais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), está em conformidade, ou não, com a lei n° 10.639/2003. (BARBOSA, 2020).

[4] Decreto nº 19.529 de 16 de março de 2020. *Estabelece suspensão das aulas no âmbito do Estado da Bahia*. Disponível em: https://www.pge.ba.gov.br/download/decreto-no-19-529-de-16-de-marco-de-2020-medidas-temporarias-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica/?wpdmdl=17694&refresh=63e8c123893a91676198179. Acesso em: 09 jan. 2023.

As aulas remotas[5] foram deliberadas, pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE-BA) em março de 2021, um ano após a suspensão das aulas presenciais. Nesse momento, as estudantes que não tinham acesso à internet recebiam atividades impressas que deveriam ser retiradas e devolvidas na própria escola. Em julho do mesmo ano, é decretado o ensino semipresencial[6]. As aulas, nesse período, aconteciam em turno integral por meio de um rodízio presencial, e demandavam dois planejamentos: o presencial para o grupo que estava na escola e atividades impressas para o grupo que estava em casa. Na escola onde atuei, as atividades do rodízio aconteciam pela manhã. Já no turno da tarde, as aulas aconteciam de forma remota e deveriam ser realizadas pelas docentes no espaço escolar. Nesse contexto, todas as aulas de sociologia foram remanejadas para o turno vespertino.

Essa realidade se estendeu até outubro de 2021, fase em que as aulas são retomadas de forma totalmente presencial[7]. Entretanto, nesse período, as professoras não tinham completado a vacinação contra a Covid-19. Muitas ainda estavam desprovidas da primeira dose. Houve então uma tentativa de diálogo com a direção da escola sobre a possibilidade de esperar a decisão do sindicato, que discutia com as trabalhadoras uma data mais adequada para que todas as docentes tivessem sido vacinadas por completo. A direção optou por não aceitar o pedido das docentes e o retorno se deu antes da conclusão das negociações com o sindicato.

Desse modo, ao ingressar como docente na educação básica, deparei-me com uma realidade que se configura como uma profunda crise social, política, econômica e institucional, ainda atual no país. Essa realidade reforça o desafio de ser professora, nesse caso específico, de sociologia, mas que também se estende às outras áreas do conhecimento. A começar pela precarização da profissão docente que pode, sem dificuldades, ser evidenciada pelo tipo de flexibilização presente em sua contratação. Segundo uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), em 2019, 40% de todas as pessoas contratadas para a docência nas redes estaduais em todo o país não são concursadas (VENCO; SOUZA, 2020, p. 78).

---

[5] Deliberação nº 02/2021 do CEE-BA. *Recomendações sobre o retorno das aulas de maneira remota*. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Deliberacaon022021.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

[6] Decreto nº 20585 de 08 de julho de 2021. *Realização das atividades letivas de maneira semipresencial*. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/saude/coronavirus-material-tecnico/legislacao/decreto_no_20.658_de_20_de_agosto_de_2021_-_institui_nos_municipios_do_estado_da_bahia_as_medidas_de_enfrentamento_ao_novo_coronavirus_causador_da_covid-19.pdf?download=0. Acesso em: 9 jan. 2023.

[7] Resolução CEE-BA, nº 44, de 24 de agosto de 2021. *Retorno às aulas presenciais do sistema estadual de ensino*. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/RESOLCEEN442021.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

Os avanços dos ataques neoliberais e conservadores contra a educação, que se intensificaram a partir de 2016, vão culminar com a Reforma do Ensino Médio, aprovada a partir da Medida Provisória (MP) n° 746/2016. Nesse contexto, a sociologia sofre mudanças em sua oferta na educação básica. Mesmo mantendo-se presente no currículo, não tem sua oferta garantida, tendo em vista a flexibilidade curricular dos itinerários formativos[8].

Importante situar que a referida escola onde trabalhei se caracteriza como uma escola-piloto de implantação da Reforma do Ensino Médio, desde 2020. Dessa forma, ao situar-me dentro desta realidade, um dos desafios encontrados foi complementar a carga horária, de 20 horas semanais, da disciplina de sociologia[9] com outras disciplinas que fazem parte dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, presentes na escola, como: Trilhas da Aprendizagem, Projeto de Vida e as Eletivas. Nesse sentido, ao verificar as ementas dos itinerários formativos, ficou evidenciada uma perda cientificidade nas áreas do conhecimento.

Desta forma, entendendo o currículo como um espaço de poder, no que tange à Reforma do Ensino Médio, ocorreu uma redução da carga horária da disciplina de sociologia (assim como filosofia, história, geografia e outras). Fazendo, portanto, com que deixe de compor a estrutura curricular do ensino médio para ser diluída junto às disciplinas dos itinerários formativos que, por sua vez, possuem conteúdos muito abrangentes, consequentemente tornando desnecessária a exigência de formação docente em área específica para lecionar as mesmas.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre os desafios encontrados, atravessados por toda a intermitência da sociologia ao longo de sua trajetória na educação básica. (MACHADO, 1987; MORAES, 2011; SILVA, 2010). A discussão sobre *o que ensinar* na disciplina de sociologia parece já ter sido consideravelmente debatida na educação. Tem-se produções significativas de livros didáticos, metodologias ativas de aprendizagem, entre outras. Desse modo, a reflexão que cabe fazer como defesa da sociologia na educação básica é *qual a sua especificidade*, o que a faz, portanto, se diferenciar das outras áreas do conhecimento?

Essa pergunta se apresenta como uma forma de reafirmar a importância da sociologia a toda comunidade escolar, em todos os espaços de atuação, desenvolvendo um papel central

---

[8] Dentro da proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio (BRASIL, 2018), os itinerários formativos passam a ser incluídos na chamada *parte flexível* do currículo, sendo aplicada a partir da escolha das estudantes e das redes escolares. Dessa forma, com exceção das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, todas as demais deixam de ter a sua oferta garantida, considerando a flexibilidade curricular proposta.

9 A carga horária semanal da disciplina de Sociologia na Bahia, em 2020, correspondia a cinco aulas na semana: uma aula semanal no 1° ano, duas aulas no 2° e duas no 3° ano.

no ensino médio. Só para ilustrar, ao lecionar essa ciência em sala de aula, a docente historiciza a realidade, procurando trazer um olhar figuracional do contexto e confronta com as relações de poder e força presentes na sociedade, procurando, dessa forma, dialogar com as estudantes mostrando quais são as estruturas que as limitam.

A partir destas observações, com o intuito de garantir a discussão da sociologia dentro do currículo do Novo Ensino Médio, uma das temáticas abordadas nos itinerários formativos foi a discussão em sala de aula do *Julho das Pretas*[10]. Esta atividade teve como objetivo discutir a valorização da representatividade de mulheres negras em diversos setores da sociedade, como na história, na ciência, na política e na educação, com as estudantes do 1°, 2° e 3° ano do ensino médio. Essa atividade foi aplicada a todas as turmas da escola, com a culminância dos assuntos abordados e a socialização do que foi discutido em todas as séries no evento, ocorrido de forma semipresencial, em julho de 2021.

Ainda neste período, observei o envolvimento de algumas estudantes em constantes discussões políticas referentes às eleições municipais de 2020. Envolvimento este que se intensificou, se estendendo por todo o ano de 2021, tendo em vista uma particularidade no município onde a escola está situada, a saber: o caso de um candidato eleito pela maioria dos votos válidos que teve sua candidatura indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e que por conta disso fez surgir a necessidade de serem realizadas novas eleições para o cargo de prefeito.

Fazendo um paralelo entre a discussão da representatividade de mulheres negras, desenvolvida no evento Julho das Pretas, com o envolvimento das estudantes na política local, e levando em conta as particularidades políticas do município, fui tomada pela inquietação de discutir a representatividade na política a partir do questionamento de uma estudante, que me indagou sobre como estaria a representatividade de mulheres negras no seu município. *Professora, a minha mãe é uma mulher negra que se candidatou a prefeita. Além da minha mãe, há outras mulheres negras na política aqui do município?* Inquietação esta, que se apresenta como o problema de pesquisa do trabalho desenvolvido pelas estudantes.

A pesquisa, realizada pelas estudantes, procurava responder às seguintes perguntas: como está a representação política no município a partir das eleições de 2020? Houve candidatas negras? Quantas? Foram eleitas? Ela teve como objetivo geral, traçar o perfil das candidaturas e das pessoas eleitas nas eleições municipais de 2020 no município. Por objetivos específicos: pesquisar os conceitos de raça e gênero no campo da sociologia;

10 Temática abordada na escola referente à data de 25 de julho, onde é celebrado o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, além do Dia Nacional de Tereza de Benguela.

delinear o perfil das pessoas candidatas e eleitas nas eleições de 2020 no município; pesquisar a história de mulheres negras na política brasileira e; apresentar os dados coletados para toda a comunidade escolar.

Para melhor compreender a temática abordada, se faz necessário partir do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo que interfere em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, segurança, expectativa de vida, entre outros.

Contexto este, que também reflete na política brasileira. Segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[11], as mulheres correspondem a 51% da população brasileira. Desse total de mulheres, metade delas são negras, o que seria a soma, segundo o IBGE, das que se autodeclaram como pretas e pardas[12]. Apesar deste dado, segundo a Nota Técnica *Cidades, raça e eleições* (2021), construída em parceria com o movimento Coalizão Negra por Direitos, nas eleições nacionais de 2018, as mulheres negras corresponderam a apenas 2% dos assentos na câmara dos deputados federais. Outro dado mais preocupante é o da representação, ainda nas eleições de 2018, de apenas uma deputada indígena, sendo a primeira eleita para o cargo na história do país. (RAMOS et al, 2021, p. 5).

Fruto de um contexto histórico, esta sub-representação também se evidenciou nas eleições municipais de 2020 em todo o Brasil, onde 84% dos vereadores eleitos são homens e 16% são mulheres. Do número de mulheres eleitas em 2020, 9% são mulheres brancas, 6% são mulheres negras e apenas 0,05% são mulheres indígenas. (RAMOS et al, 2021, p. 13-4).

A nota técnica conclui que, a partir do levantamento de dados das pessoas que venceram as eleições para as câmaras municipais em 2020, as mulheres estão sub-representadas em todos os grupos étnico-raciais, diferente dos homens que estão sobrerrepresentados em praticamente todos os grupos. (RAMOS et al, 2021, p. 13).

Ainda sobre o resultado das eleições municipais de 2020, houve um aumento na candidatura de pessoas negras quando comparado às eleições municipais de 2016. Pela primeira vez as pessoas candidatas que se autodeclararam negras superaram o total de brancas. O mesmo ocorreu nas candidaturas femininas. (RAMOS et al, 2021, p. 15). Entre as pessoas eleitas, cabe destacar a representatividade de mulheres negras, indígenas, cis e trans

11 Dados retirados do censo 2010 do IBGE: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php. Acesso em 09. jan. 2023.

12 Para o IBGE negras são o conjunto de pessoas que se autodeclaram pardas e pretas.

em municípios e capitais[13]. Certamente esse avanço, mesmo que pequeno, torna-se bastante significativo para uma maior representatividade das mulheres na política brasileira.

Além disso, ocorreu também em 2020, a primeira disputa eleitoral em que os partidos políticos tiveram de cumprir regras para garantir o repasse de verba do Fundo Eleitoral para pessoas negras, com distribuição proporcional para financiamento de campanha e de tempo de propaganda eleitoral na TV e no rádio, exigido pelo Projeto de Lei (PL) n. 4041/2020, da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).[14].

As eleições gerais que ocorreram em 2022 também evidenciaram um aumento no número de pessoas negras candidatas, superior ao número de pessoas brancas[15], o correspondente a 50,2% do total de todas as candidaturas. Nesse mesmo ano, de todas as deputadas eleitas, 1,7% foram mulheres negras e 0,7% foram mulheres indígenas[16]. Diante destes dados, comparado com as eleições gerais de 2018, percebe-se que mesmo com o aumento do número de candidaturas de pessoas negras, houve uma queda no número de deputadas negras eleitas.

Apesar dos números de pessoas negras e indígenas eleitas continuarem muito abaixo do esperado, o número recorde de candidaturas deste ano teve também como protagonismo o empenho de movimentos e organizações com o objetivo de articular a disputa eleitoral de pessoas negras nas eleições de 2022. Como exemplo, podemos citar: o *Quilombo nos Parlamentos*[17], organizado pela Coalizão Negra por Direitos; *Comitês Antirracistas*[18]; *Estamos Prontas*[19], do Instituto Marielle Franco e do movimento Mulheres Negras Decidem; *Pretas no Poder*[20], do Instituto Odara; *A tenda das Candidatas*[21]; entre outros.

---

13 Notícia retirada do site ONU Mulheres. *ONU Mulheres e Gênero e Número analisam candidatura de mulheres negras, indígenas, trans e quilombolas nas eleições municipais brasileiras*. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-genero-e-numero-analisam-candidatura-de-mulheres-negras-indigenas-trans-e-quilombolas-nas-eleicoes-municipais-brasileiras/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[14] O TSE aprovou o projeto de lei em agosto de 2020, porém alguns partidos alegaram não ter mais tempo para a distribuição equânime dos recursos financeiros, tornando a obrigatoriedade nas eleições de 2022.

[15] Notícia retirada do site do TSE. *Mais da metade dos candidatos aos cargos das Eleições 2022 se autodeclarou negra.* Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra. Acesso em: 09 jan. 2022.

[16] Notícia retirada do site Câmara dos Deputados. *Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados.* Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/. Acesso em: 9 jan. 2022.

[17] Quilombo nos Parlamentos. Disponível em: https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2022/06/04/quilombo-nos-parlamentos/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[18] Comitês Antirracistas. Disponível em: https://votoantirracista.com.br/abdias/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[19] Estamos Prontas. Disponível em: https://www.estamosprontas.org/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[20] Pretas no Poder. Disponível em: https://institutoodara.org.br/conheca-a-campanha-pretas-no-poder/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[21] A tenda das Candidatas. Disponível em: https://atendadascandidatas.org/. Acesso em: 09 jan. 2023.

Por outro lado, ainda sobre o aumento de candidaturas negras nas eleições gerais de 2022, um fato que ganhou notoriedade, e que vale de exemplo, foi o caso do candidato a governador da Bahia, ACM Neto (União Brasil-BA), que se autodeclarou pardo no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)[22]. Aliado a esse fato, o portal de notícias UOL[23] criou uma banca de heteroidentificação racial, liderada pela professora doutora em sociologia, Marcilene Garcia de Souza, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e chegaram à conclusão que das 517 pessoas negras eleitas para as câmaras estaduais e para a câmara federal nas eleições gerais de 2022, 273 delas não são negras.

Esse dado, portanto, revela uma fraude na autodeclaração das candidaturas, e que por certo, pode dificultar o avanço da representatividade na política institucional e a efetividade de políticas públicas nesse setor. Outro indício grave sobre essa questão envolve a distribuição das verbas de campanha do fundo partidário, em que os partidos políticos descumpriram as regras de repasse de verbas à candidatura de pessoas negras[24].

Como tentativa de criar uma banca de heteroidentificação permanente no registro de candidaturas do TSE, as deputadas federais Taliria Petrone (PSOL-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) propuseram a PL n° 2697/2022, nomeada de *PL Antonieta de Barros*[25], como forma de impedir abusos e fraudes nas candidaturas de pessoas negras nas próximas eleições.

A falta de representatividade de gênero e raça nas instituições políticas brasileiras se apresenta como um problema histórico e impacta, sobretudo, as minorias sociais atravessadas pelos marcadores de raça, classe, gênero, orientação sexual, religião, cultura, região, entre outros. Diante disso, os dados apontam que quem disputa o poder por decisões das políticas públicas no país são homens, brancos, héteros e privilegiados socioeconomicamente.

Nesse sentido, entendendo o Estado como uma relação social que não se pode separar do contexto econômico, cabe dialogar sobre a ausência das políticas públicas historicamente negligenciadas, e o seu forte impacto para a população nos dias atuais. Portanto, "[...] Está longe de ser o Estado o resultado de um contrato social, a corporificação da vontade popular

---

[22] Notícia retirada do site Jornalismo Preto e Livre. *Candidatos ao governo da Bahia, ACM Neto e vice se autodeclaram negros*. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/politica/candidatos-ao-governo-da-bahia-acm-neto-e-vice-se-autodeclaram-negros. Acesso em: 09 jan. 2023.

[23] Notícia retirada do site Portal Uol. *Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos*. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

[24] Notícia retirada do site O Globo. *Maioria dos partidos descumpriu regra de repasse de verbas a candidatos negros*. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/politica/maioria-dos-partidos-descumpriu-regra-de-repasse-de-verbas-candidatos-negros-25615460.html. Acesso em: 9 jan. 2023.

[25] Antonieta de Barros à primeira mulher negra parlamentar no país, eleita pela assembleia legislativa de Santa Catarina e exemplo histórico da luta negra pelo direito a votar e ser votado.

democrática, o ápice da racionalidade ou o instrumento de opressão da classe dominante". (ALMEIDA, 2021, p. 91). Nesse sentido, com essa sub-representação histórica fica evidente que a luta por acesso a direitos é oriunda do protagonismo dos movimentos sociais.

Trazendo esta realidade para o contexto do trabalho, a ideia de se produzir um jogo didático, como produto educacional desta pesquisa, que discute a representatividade de gênero e raça na política institucional brasileira, pressupõe um processo de aprendizado de conceitos e de análise de dados necessários para a posterior elaboração do material didático. Desta forma, também se efetiva na sala de aula como uma das possibilidades de cumprimento das leis n° 10.639/2003 e n° 11.645/2008.

Além disso, a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações das instituições de ensino, em especial as que desenvolvem programa de formação inicial e continuada de professores, com base na implantação da lei n° 10.639/2003, no seu Art. 3°, §1°, enfatiza a importância da criação de materiais didáticos necessários para a educação das relações étnico raciais. (BRASIL, 2004, p.150).

De modo geral, entendendo que de fato a luta antirracista deve estar presente em todos os espaços, da mesma forma, tendo a educação como um instrumento de inclusão social e a escola como uma pequena comunidade democrática, deve trabalhar em um sentido antirracista, descolonizador e feminista. Portanto, diante do apresentado, é possível questionar: como a educação das relações étnico-raciais pode fomentar a discussão sobre representatividade de mulheres negras na política com estudantes do ensino médio?

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo geral: analisar a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira com estudantes do ensino médio. Por objetivos específicos: proporcionar às estudantes uma experiência de pesquisa na qual elas sejam apresentadas à discussão em questão; analisar o processo da pesquisa desenvolvido pelas estudantes; mapear as produções de jogos didáticos no ensino de sociologia e produzir um jogo didático que discuta a temática da representatividade.

Esta dissertação está organizada em quatro partes. O capítulo um faz uma discussão teórica a respeito da importância da educação das relações étnico-raciais em um cenário nacional de implementação da Reforma do Ensino Médio, procurando analisar a influência dessas questões no lócus da pesquisa. Para tanto, aborda a temática da educação das relações étnico-raciais evidenciando a atuação do Estado e o papel do movimento negro na luta histórica por combate ao racismo na sociedade brasileira. Em seguida, trata da mais recente reforma a partir de como se deu o processo de correlação de forças até a sua aprovação procurando entender quais os interesses nesta etapa da educação básica.

O capítulo dois apresenta os procedimentos teórico e metodológicos para a realização desta pesquisa. Se caracterizando, portanto, como uma pesquisa participante ele foi subdividido em três partes que remetem as fases de desenvolvimento da pesquisa (i) o momento de exploração geral da comunidade, (ii) o momento de identificação das necessidades básicas da comunidade e (iii) a elaboração de uma estratégia educativa. Todas elas se complementam e não ocorrem de forma isolada. Deste modo, o capítulo está subdividido em: a fase de exploração em que é apresentado o lócus e as participantes deste trabalho; a fase de identificação, onde é descrito todo o processo de realização da pesquisa realizado com as estudantes; fase de elaboração da estratégia educativa, onde é descrito todo o processo de construção do jogo didático e, por fim, como se deu o processo de análise dos dados.

O capítulo três, analisa o processo da pesquisa desenvolvido pelas estudantes. A partir dos dados sobre o perfil das pessoas que se candidataram e que foram eleitas no município e dos diários de campo das estudantes, é discutido o papel das políticas de cotas para gênero na política brasileira, e o processo das candidaturas laranjas. Ainda nesse contexto, é discutido a autodeclaração da cor/raça parda como uma categoria política e como essa definição é atravessada pelo colorismo, tanto uma prática quanto uma ideologia que se baseia no nosso processo de colonização e é, portanto, historicamente determinado. Neste capítulo, é analisado também, os dados da entrevista de uma mulher que se candidatou ao cargo de prefeita e se autodeclarou como negra nas eleições municipais.

O capítulo quatro discute temas como jogos, jogos na educação, traz ainda, um levantamento de produções de jogos didáticos no ensino de sociologia. Como produto educacional é apresentado o jogo didático *Representatividade na Política* que discute a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira. Nesta parte, além de apresentar as regras do jogo didático e disponibilizar o jogo, é realizado, também, uma discussão sobre a definição de jogos, e apresentado o levantamento das produções bibliográficas de jogos didáticos no ensino de sociologia, os desdobramentos da pesquisa e outras produções de jogos que podem servir de inspiração para docentes.

1 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DA BAHIA

Discutir a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira com estudantes do ensino médio evidencia a necessidade de conciliar as temáticas que dialogam com a responsabilidade, enquanto educadora, de desenvolver um currículo democrático e que acolha as diversidades. Entendendo, nesse caso, currículo como um espaço de poder que resulta em todos os esforços realizados dentro da escola para se produzir conhecimento.

Nesse sentido, a educação das relações étnico-raciais confirma às educandas e educadoras a necessidade de ressignificar a história e as trajetórias dos diversos grupos sociais desde a sua formação até os dias atuais. Orientando para um processo de sociedade em que as pessoas, principalmente as pessoas negras e indígenas, sejam devidamente reconhecidas, compreendidas e respeitadas nos mais diversos campos da sociedade.

No entanto, essa realidade se apresenta na prática atravessada por muitos desafios. Entre eles, cabe destacar a mais recente reformulação do ensino médio, a lei federal n° 13.415/2017, que junto com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propõem uma mudança estrutural no currículo desta etapa da educação básica. Tratando-se, portanto, de uma reforma em curso no país, na qual coube a cada estado definir o seu processo de implantação nas escolas.

Reconhecendo a realidade objetiva dessa reforma, é importante afirmar que a maneira como ela foi pensada não cabe no espaço da escola pública. Nesse caso, vinculado a uma concepção carregada de conflitos e contradições que esvazia o que se entende por educação. Desse modo, ela traz para dentro da escola uma lógica empresarial, de desconstrução da ciência e do conhecimento, consequentemente, acarreta ausência de formação crítica da juventude e na precarização profissional das docentes.

Este capítulo, portanto, se dedica à discussão teórica a respeito do contexto da educação das relações étnico-raciais, em um cenário nacional de implementação da Reforma do Ensino Médio, que ajuda a compreender como esta realidade reflete no lócus da pesquisa: uma escola pública, da rede estadual da Bahia e escola-piloto[26] da implantação da referida reforma desde o ano de 2020.

[26] As escolas-piloto correspondem à adesão de 565 escolas da rede estadual da Bahia, iniciada em 2020, por meio da Portaria n° 649/2018 do Ministério da Educação (MEC). Disponível em:

1.1 A educação das relações étnico-raciais

As leis 10.639/2003[27] e 11.645/2008[28], nas quais este trabalho está fundamentado, determinam que o ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas seja obrigatório nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio em todo território brasileiro. Estabelece, também, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

A Lei 10.639 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B. Em 2008, com a Lei 11.645, a LDBEN passa por uma nova alteração no artigo 26-A, com a inserção da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

A criação destas normativas simboliza uma mudança, por meio da educação, tornando obrigatória, na educação básica, a aplicação de novas bases teóricas que incluam outros olhares para a diversidade das relações étnico-raciais. Ou seja, busca o processo de reconhecimento, reparação e valorização das diferenças étnico-raciais diante dos efeitos nefastos deixados historicamente pela colonização e escravidão. (BRASIL, 2004).

Dessa forma, o Estado brasileiro responde às reivindicações históricas do movimento negro e indígena por meio de políticas públicas de ações afirmativas. No entanto, vale ressaltar que até o processo de aprovação das referidas leis, outros sete projetos foram apresentados. O primeiro deles, apresentado pelo então deputado federal Abdias do Nascimento (PDT-RJ), em 1983. Ou seja, a sua aprovação se dá apenas 20 anos depois do primeiro Projeto de Lei. (GATINHO, 2008).

Ao apresentar esse dado, fica evidente que a luta histórica por acesso a direitos é oriunda do protagonismo do movimento negro e indígena. Além disso, cabe dialogar sobre a ausência das políticas públicas, constantemente abandonadas pelo Estado brasileiro, e o seu forte impacto para a população nos dias atuais, que se contextualiza, a partir dos resquícios da colonialidade e da escravidão.

---

https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/portaria_no_649_de_10_de_julho_de_2018_-_imprensa_nacional.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

[27] Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. *Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

[28] Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

Estabelecidas essas premissas, este subcapítulo procura discutir: por que educar para as relações étnico-raciais? Como o Estado atua diante desse contexto? Quais são os processos de resistência?

1.1.1 Por que educar para as relações étnico-raciais?

A luta pela educação das relações étnico-raciais como um direito social, ofertada a todas as pessoas, grupos e etnias, está presente na luta dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro. É certo que a importância objetiva de lutar por essa educação é superar o racismo e proporcionar a emancipação de toda a sociedade. (GOMES, 2017, p. 13).

Para uma melhor compreensão de *por que educar para as relações étnico-raciais*, em primeiro lugar, é preciso perpassar pelo processo de racismo e de desigualdade que se perpetuam historicamente na sociedade brasileira e refletem nos dias atuais. Esse contexto encontra-se marcado pela colonização, escravidão e por processos inacabados como a própria renovação política do Estado, como também, somado a esses processos, as tensões e resistências presentes nas lutas sociais.

Essa realidade ainda mantém uma estrutura e permanência do poder nas mãos de grupos dominantes, que disputam os seus privilégios e a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, cabe um olhar para o processo de como o racismo se estruturou no mundo e também para sua contextualização no Brasil.

Em uma primeira análise, entende-se o racismo como uma categoria não universal. Essa afirmação reforça o seu caráter não natural. Para entendê-lo é preciso também compreender como ele foi historicamente produzido. A história da humanidade é marcada por diferentes formas de preconceito e discriminação. Os exemplos são vastos, não cabe aqui enumerá-los, de processos marcados pelo tratamento de diferentes culturas de forma preconceituosa, hostil e discriminatória.

Desse modo, entende-se por racismo a “[...] forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. (ALMEIDA, 2021, p. 32).

Durante a expansão mercantilista do século XVI e da Revolução Francesa no século XVIII, marcam um processo da revolução ocidental europeia que envolveu a burguesia e a classe trabalhadora da época. Ao passo em que a burguesia conquista o poder e se coloca

como classe dominante, ela abandona e exclui a classe trabalhadora desse processo. Nesse período, após o surgimento da ideia de *homem universal*, a ideia de igualdade defendida pela burguesia deixa de ser absoluta e total e passa a ser meramente formal. (ALMEIDA, 2021).

Nesse momento, as ideias de ser humano que antes eram defendidas sem nenhuma diferenciação, começam a ser compreendidas pela ideia de raça. Alguns pesquisadores, baseados na ciência, nesse contexto, vão criar explicações para afirmarem que os seres humanos não são todos iguais, eles são formados por raças diferentes que podem ser classificadas e hierarquizadas em superiores e inferiores. Ocorre então, uma [falsa] justificativa, supostamente científica, de que alguns grupos podem passar a exercer a dominação das raças tidas como inferiores. Estes argumentos, por fim, são utilizados e tomados como propósito de missão civilizatória por estes povos que se intitulam como superiores. (MUNANGA, 2003; ALMEIDA, 2021).

Esse processo de hierarquização e classificação foi produzido pelo racismo científico que deu o lastro ideológico de justificativa para que os países da Europa se expandissem em busca de matéria prima para o desenvolvimento da indústria. A expressão de uma estrutura racista no âmbito da ciência constrói explicações supostamente científicas para justificar as falsas diferenças entre as raças. Em síntese, não tem como dissociar o desenvolvimento do capitalismo à consolidação do colonialismo e do racismo. (JACCOUD, 2008).

Para Almeida (2021, p. 52), raça "[...] É uma relação social, o que significa dizer que raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismo". Gomes (2005), por sua vez, define raça como:

> [...] construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam de forma alguma um dado da natureza. É no *contexto da cultura* que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar [...]. (GOMES, 2005, p. 49, grifo nosso).

Diante desta citação, a partir do texto de Whitaker (2008), é importante sinalizar que a definição de raça, produzida pelas relações sociais de poder, ocorre no campo da ideologia. A autora, ao defender que cultura e ideologia são conceitos antagônicos, define que a cultura humaniza o ser humano, e por meio dela elimina-se qualquer possibilidade de diferenças ligadas à raça, etnia, gênero, entre outros. Por outro lado, a ideologia aliena, oprime, naturaliza e universaliza as relações de poder. Portanto, é no contexto da ideologia que se aprende a enxergar as raças.

No Brasil, o processo do racismo encontra-se entrelaçado no contexto mundial, caracterizado pelo processo de violência, escravização, genocídio e evangelização forçada da relação entre portugueses, povos indígenas e a população vinda do continente africano. Para abolir a escravidão, depois de ser um dos últimos países do mundo a acabar com esse sistema econômico, o Brasil sofreu uma pressão internacional, com a justificativa de que se tinha uma massa de pessoas trabalhadoras que poderiam servir de mão de obra ao mercado consumidor.

Nessa transição, o próprio sistema colonial sustentava um conjunto de contradições, em que a resistência de pessoas escravizadas contra esse sistema acompanhou a mudança do modo de produção colonial para o modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista dependeu e ainda depende de processos de espoliação violentos nas colônias. Exemplo disso é o uso de trabalho escravo hoje, não é o resquício, mas a superexploração da força de trabalho.

A partir daí, o capitalismo surge no país com a consolidação do Estado burguês, ocorrendo a substituição da força de trabalho escravizada pela forma econômica pré-capitalista de trabalho assalariado. De tal maneira, que as pessoas ao viveram toda a forma de violência e tortura, ocasionadas pelo processo de escravidão, tem-se a última espoliação a passagem do trabalho forçado para o trabalho livre. (FERNANDES, 2008).

As pessoas negras foram incluídas na sociedade de classe, mas ao mesmo tempo ficaram à margem desse processo. Ocupando os postos de trabalho mais precarizados e não tendo condições de se inserir nos moldes da sociedade capitalista. Esse elemento, então, dá base material para se pensar como o racismo se estruturou e como ele vem sendo gestado pelo capitalismo, relacionado por consequência, com a exploração do trabalho e com o capitalismo dependente. (FERNANDES, 2008).

Em outras palavras, a promessa capitalista por meio do trabalho assalariado não se realiza em países de formação dependente. A questão da raça é central quando se olha para a formação desses países que tiveram a escravidão como base de sua formação. Desse modo, a formação histórico social tem a raça como um elemento central. Então, ocorre que uma grande massa de trabalhadores fica excluída desse processo de inserção formal. A essa população foi destinada aos piores trabalhos, os mais precarizados e com menos direitos. Essa realidade se estende até os dias atuais. (FERNANDES, 2008).

De maneira geral, o racismo atua também nesse contexto de capital e trabalho, e ele naturaliza que uma grande massa de trabalhadores não terá possibilidade de ter acesso ao trabalho que garanta a produção da sua sobrevivência com o mínimo de acesso a direitos. Um processo ainda mais cruel é justamente as pessoas descartadas por meio da violência e do

encarceramento. Essa realidade entrega a estrutura do capitalismo, ou seja, para manter essa estrutura de dominação, uma parte dela torna-se descartável.

> [...] O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. (ALMEIDA, 2021, p. 50, aspas do autor)

Desse modo, o racismo é uma forma específica de exercer a dominação e está diretamente ligado ao modo de organização que se estabelece numa sociedade. O Estado precisa estabilizar e internalizar as suas múltiplas contradições normalizadas pela ideologia. E possui como elemento central a classificação e hierarquização racial, que colocou determinados povos como sub-humanos. O combate a este mecanismo passa, portanto, pelo Estado, mas não se restringe a ele e se apresenta na ideologia, na política, na economia e no direito (ALMEIDA, 2021).

Trazendo essa análise para a discussão da educação das relações étnico-raciais, os movimentos de luta, que se somam a muitos outros de resistência, sempre indagaram a opressão e a privação no campo da educação. Levando tudo isso em consideração, entende-se como o passado foi pavimentado até que se chegasse no caminho das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Desse modo, as conquistas de políticas públicas são uma e importante estratégia de reivindicação de acesso a direitos que se luta para tentar implementar e garantir o combate ao racismo em termos de legislações políticas tangenciadas no espaço do Estado. Nesse caso, pode-se afirmar que existe uma forte negligência do Estado brasileiro quanto a essas políticas, que acarreta sérias consequências para a população atravessada pelos marcadores de classe, raça e gênero.

Como o exemplo, já mencionado, da aprovação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Sem dúvidas, essas políticas são um avanço dentro do currículo da escola, por trazer a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais, que não está implementada, na sua totalidade, nas políticas afirmativas no campo da educação. Mesmo que não se tenha uma regulamentação de aprovação da lei, ao analisar a prática, essas políticas trouxeram avanços, principalmente para a escola pública. Esse combate ao racismo na educação foi construído pelas denúncias de pessoas negras e pode ser considerado um marco.

1.1.2 E o Estado nesse contexto?

Conforme discutido anteriormente, as raízes do racismo no Brasil perpassam também pelo processo de escravidão de quase quatrocentos anos de dominação que começa com a mercantilização de pessoas africanas. De lá para cá, mais de 130 anos de abolição inconclusa da escravatura, não se teve nenhuma política de reparação da inserção de pessoas negras na sociedade brasileira. Para Theodoro (2008, p. 167):

> Essa ausência não se deve apenas à falta de percepção da importância da temática ou inexistência de sensibilidade para a questão. Ao contrário, ela parece se dever exatamente à sua grandiosidade e centralidade. A paralisia do Estado é similar à da sociedade, onde largos setores ainda resistem a enfrentar o problema.

Logo após a abolição, o Estado brasileiro aprovou um pacote de políticas públicas voltadas para a população de imigrantes europeus, ou seja, houve uma reserva de vagas[29] para que as pessoas imigrantes viessem para o Brasil. Foram garantidos a elas moradia e trabalho. Sendo que a força de trabalho que já existia aqui estava sendo ignorada e desvalorizada. Essas medidas foram não apenas uma política de trabalho e de ocupação das terras do interior do país, mas uma política de branqueamento da população brasileira. (JACCOUD, 2008, p.48).

A forma como o capitalismo se apropriou da força de trabalho da população negra se apresenta de forma desigual e mostra como o racismo é uma peça-chave para que uma classe se conserve no poder por todo esse tempo. A classe trabalhadora brasileira é de maioria negra, mas a classe dominante inviabiliza o processo de mobilidade social desta população, configurando, portanto, a maneira como o racismo atua diretamente para que a população não acesse os seus direitos.

Isto posto, existem inúmeras possibilidades de definição e interpretação do conceito de Estado, este subcapítulo procurou apresentar o que esta pesquisa compreende por Estado e como ele [não] atua diante desse projeto de sociedade. Para uma melhor discussão foram utilizados como base os textos de Mascaro (2013) e Almeida (2021).

Segundo Almeida, para a compreensão da relação entre racismo e Estado, é necessária a compreensão de dois princípios: “1. As teorias do Estado relacionam-se com a teoria econômica; 2. As concepções de racismo – como acontece com a teoria econômica – trazem ainda que indiretamente uma teoria do Estado”. (ALMEIDA, 2021, p. 88).

---

[29] A respeito desse conceito, trata-se de uma discussão nesse contexto histórico disponível no Portal Geledés, *Os cotistas desagradecidos*. Disponível em: https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/. Acesso em: 09 jan. 2023.

Entendendo essa relação direta da economia capitalista com o racismo, Mascaro (2013) discute, nesse contexto, que o Estado é construído a partir das relações sociais, não se configurando, nesse caso, como uma instituição que apareceu do nada. Se apresentando, desse modo, como uma relação social da sociedade capitalista. Tendo como confirmação, segundo ele, que o Estado não existiu na política escravista, nem na idade média feudal. Existindo, portanto, na sociedade capitalista como forma de garantir o capital.

Ainda segundo o autor, o Estado, como se entende hoje no país, está sob o domínio da perspectiva liberal, e nesse contexto, ele se apresenta sendo uma expressão máxima da soberania que expressa as normas gerais que servem para regular e ordenar o modo de expressão da liberdade dos seres humanos. Conforme o liberalismo se apresenta, perspectivas individuais se expressam, para que possam exercer o papel principal que é a liberdade. Essa concepção traz em si outras questões como a ideia de que não cabe ao Estado interferir no mercado. Mas, ele protege essas relações sociais que cabem ao mercado como esse lugar da liberdade. (MASCARO, 2013).

Nesse sentido, o Estado se configura como o lugar em que o conflito, a força deve ser colocada a serviço de um determinado projeto de produção e de reprodução do capitalismo. O capitalismo permite o acúmulo do capital porque há o poder do Estado, nessa relação social. (MASCARO, 2013).

De maneira geral, o Estado é a condensação da correlação social de forças, ou seja, as pessoas precisam reproduzir o processo e as relações da sociedade capitalista. O Estado coloca a amarração e impede que os conflitos destruam a possibilidade de revolução na sociedade. Utilizando a violência e normalizando-a. Tornando, nesse caso, normal e aceitável, todas as condições, por mais precárias que sejam para a população. (MASCARO, 2013).

1.1.3 O movimento negro é um educador[30]

O processo de luta do movimento negro e demais movimentos, voltados para a combate das desigualdades, principalmente na educação, se dá desde o processo de colonização. Nesse sentido, a luta destes movimentos sempre se caracterizou por estarem em lugares de disputa, dessa forma esse olhar reposiciona a população negra como protagonista das mudanças sociais. Isto posto, neste subcapítulo pretendemos apresentar uma visão da

[30] Livro *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação* de Nilma Lino Gomes, 2017, p. 13.

organização da luta antirracista no Brasil e suas conquistas históricas no contexto da educação.

Dito isto, não há como compreender essa luta sem situar o escravismo como o maior sistema de produção no país. Entre as ações organizadas ainda no período pré-abolição cabe destacar: os quilombos, como método permanente de resistência e enfrentamento da opressão escravista, os levantes, as insurreições, as revoltas, a recriação africana dos terreiros de candomblé, a capoeira, entre diversos outros. Das múltiplas formas de ação coletiva de combate, nas primeiras décadas pós-abolição, o movimento negro também investiu e atuou pela imprensa negra. (GOMES, 2017).

Essas resistências, a partir do século XX, ganham forças no campo institucional. Desse modo, a defesa da educação se dava no meio formal, a partir do acesso às escolas, ou no campo informal, por meio de organizações e iniciativas de entidades. Ambas com o propósito de formar uma emancipação social, econômica e política da população negra. "[...] Evidentemente, esse processo não é linear; pelo contrário, é marcado por avanços e recuos". (DOMINGUES, 2008, p.106).

No campo da educação informal, cabe destacar a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo, que tinha como base a formação política e educacional através da criação de cursos de alfabetização para jovens e adultos, com o intuito de proporcionar a integração de pessoas negras na vida política, social e cultural. "[...] Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo". (DOMINGUES, 2008, p. 522-3).

A FNB combatia o imenso atraso em que a população negra estava inserida por, como já mencionado, não ter ocorrido uma abolição de fato, apenas formal, nem medidas que incorporassem a população negra na sociedade. Desse modo, a luta foi pautada contra as ideias racistas propagadas pelo racismo científico, contra a política de branqueamento e a favor da integração do negro na sociedade brasileira. (DOMINGUES, 2008, p. 522).

Fica evidente o pioneirismo da FNB para o movimento negro que se constitui na primeira experiência de luta política organizada da população negra brasileira. Os seus objetivos no campo educacional resultaram em uma série de experiências concretas, como alfabetização, inclusão no mercado de trabalho, escolas noturnas, cursos profissionalizantes, entre outros (NASCIMENTO, 1978, p. 28).

No campo das artes, teve destaque o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado pelo sociólogo Abdias do Nascimento, com o intuito de oferecer para a população negra que integrava o movimento, cursos de alfabetização, treinamento dramatúrgico e de cultura geral, promovendo uma produção teórica e prática para a desconstrução do racismo. Como relatado por Abdias do Nascimento no livro *Memórias do Exílio* (1978):

> Como é isto, o negro constrói este país e não entra nas coisas? [...] Veio gente dos morros, empregadas domésticas... Teve muita "madame" que se aborreceu com o TEN: nós estávamos botando minhocas nas cabeças de suas empregadas. (NASCIMENTO, 1978, p. 36, aspas do autor)

Desafios imediatos assumidos pelo TEN no campo da educação pautavam o combate à ideia de democracia racial, denúncia do racismo, valorização da cultura africana. Ele foi pensado, inicialmente, para ser um organismo teatral que promovesse o protagonismo negro, no entanto, esse projeto também atuou para incluir o negro no mercado de trabalho e no sistema educacional, possibilitando a seus membros cursos de alfabetização, iniciação à cultura, além de noções de teatro. A proposta do TEN girava em torno da luta por um Estado antirracista. (NASCIMENTO, 1978, p. 28).

Propostas como estas, também estavam presentes na luta do Movimento Negro Unificado, fundado em 1978. Ele surge em plena ditadura militar, influenciado pelos movimentos de direitos civis nos EUA e pelo processo de descolonização da África. Teve como principais objetivos combater os resquícios do mito da democracia racial, denunciar o racismo em todas as formas de manifestação, qualificar o diálogo institucional com o poder público, popularizar o antirracismo, enfrentamento da violência policial, além da revisão sobre a história da presença negra no Brasil (GOMES, 2017).

Em 1995, no ano de celebração dos 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares, ocorreu em Brasília uma marcha organizada pelo movimento negro, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, com o objetivo de reivindicar do Estado brasileiro a implementação de políticas públicas em todos os espaços da vida da população negra. (DOMINGUES, 2008, p. 105).

Movimento parecido ocorreu na "III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e formas correlatas de Intolerância", realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Nesse contexto ocorre uma pressão internacional contra a existência do racismo no Brasil, com propostas de medidas para combatê-lo. (GOMES, 2017, p. 32).

De modo geral, pode-se afirmar que a luta histórica do movimento negro, sempre pautou mudanças em questões que vão além do campo da educação, como o combate ao racismo, as políticas de ações afirmativas, a saúde da população negra, contra a intolerância

religiosa, entre outras. Desse modo, o conceito de raça também é ressignificado como um caráter político. (GOMES, 2017).

Portanto, pode-se afirmar que a importância de se educar para as relações étnico-raciais também está relacionada diretamente com a superação do racismo na sociedade brasileira. É preciso entender o movimento negro como um educador, pois "[...] Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil". (GOMES, 2017, p. 38).

1.2 A Reforma do Ensino Médio no estado da Bahia

Atualmente muitos são os estudos que vêm se debruçando em analisar a Reforma do Ensino Médio no Brasil, aprovada pela lei federal n° 13.415/2017 (SANTOS; OLIVEIRA; SILVA, 2017; BRANCO et al, 2019; 2020, SUHR, 2019; PINHEIRO, EVANGELISTA, MORADILLO, 2020; KOEPSEL; GARCIA; CZERNISZ, 2020; SANTOS; SILVA, 2020; SILVA, 2022; SOUZA, NOVAIS, 2021; BEZERRA, BRITO, 2022).

Apresentada inicialmente por meio de uma Medida Provisória, a MP 746/2016, em uma conjuntura social de profunda crise política e institucional no país, esta medida de caráter autoritário é reflexo de um Estado neoliberal e conservador que se materializou, entre outras formas, nas políticas curriculares voltadas para a educação básica, com o intuito de validar a criação de um currículo único, visando o processo de avaliação das escolas, baseado principalmente na BNCC.

Esse contexto vai se expressar e influenciar no processo de elaboração da Reforma do Ensino Médio, visando a aplicação e o alinhamento da lógica das competências e habilidades. Neste caso, a sua aprovação altera o texto da LDBEN de 1996, que passa a se configurar, entre outras mudanças, por uma Base Comum, alinhada com a BNCC, dividida por áreas de conhecimento e pelo Itinerário Formativo. Como resultado, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática ganharam mais destaque nos três anos do ensino médio (BRASIL, 2017).

Considerando o currículo como um espaço de poder (SILVA, 1999), em que alguns conhecimentos são mais valorizados em detrimento de outros, cabe atenção a essas alterações no currículo do ensino médio, procurando analisar o tipo de sociedade que se quer formar com essas mudanças, e como a priorização destes conhecimentos irá interferir na formação e na vida das estudantes.

A lei n.13.415/2017 transfere as decisões acerca da implementação da Reforma do Ensino Médio para os Estados. Dentre as pesquisas realizadas anteriormente encontram-se, por exemplo, as de Batista et al (2022), Ferreira e Cypriano (2022), Perboni e Lopes (2022), Pereira, Ciavatta e Gawryszewski (2022), Silva, Barbosa e Körbes, (2022) e Vidal, Oliveira e Avelar (2022). Estas pesquisas possuem o intuito de compreender as especificidades desta Reforma nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará, respectivamente. Os estudos de Oliveira e Oliveira (2021), Pinto e Melo (2021), Drago e Moura (2022), Lima e Gomes (2022), Queiroz e Azevedo (2022) e Saraiva, Chagas e Luce (2022) analisam a relação da Reforma com os interesses econômicos, como a abertura de convênios com a educação à distância e parcerias com o setor privado, nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Amapá, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Além disso, ainda evidenciamos a demanda de discussões sobre a referida reforma no estado da Bahia. Cabe destacar que pela publicação recente do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), publicado em 2022, a reforma ainda se encontra em processo de implantação nas escolas baianas.

Diante do exposto, este tópico tem como objetivo analisar a Reforma do Ensino Médio no estado da Bahia procurando entender o que esse processo representará para a educação, principalmente das estudantes de escolas públicas.

1.2.1 Por que o ensino médio?

> Aí galera, vocês já conhecem o Novo Ensino Médio? [...] ela vai deixar o aprendizado muito *mais estimulante e compatível* com a realidade dos jovens de hoje. [...] Pois é! Agora além de aprender o conteúdo obrigatório, essencial para a formação de todos, e que será definido pela Base Nacional Comum Curricular. [...] eu vou ter a *liberdade de escolher* entre as quatro áreas do conhecimento para me aprofundar. Tudo de acordo com a minha vocação e com o que eu quero para minha vida. E para quem prefere terminar o ensino já preparado para começar a trabalhar, *poderá optar* por uma formação técnica e profissional. [...]Agora é você quem decide seu futuro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, grifo nosso).

O ensino médio, última etapa da educação básica, está presente em diversos debates na sociedade, principalmente nos meios de comunicação de massa. O trecho acima, retirado de uma propaganda veiculada em 2016 pelo Ministério da Educação (MEC)[31] amplamente

[31] Propaganda retirada do canal do *YouTube* do Ministério da Educação (MEC). *O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2fdocnZiSFg. Acesso em: 9 jan. 2023.

divulgada na TV aberta e nas mídias digitais sobre o Novo Ensino Médio. Chama atenção, entre outros motivos, pela defesa da necessidade de reformulação dessa etapa do ensino.

A necessidade de uma reformulação foi defendida, naquele contexto, por entender que essa fase da educação apresenta diversos problemas. Entre eles, um ensino médio composto por aulas maçantes e enciclopédicas, com falta de infraestrutura nas escolas, carência de diálogo com a vida real, entre outros fatores (BRASIL, 2016).

Nesse contexto, a urgência de uma reforma foi justificada por razões ideológicas, como uma forma de destravar as barreiras que impedem o crescimento da economia e tendo, nesse caso, a profissionalização por meio da educação como uma forma de retomada do setor econômico. Naquele momento defendia-se que o investimento em capital humano seria capaz de potencializar a produtividade e, como consequência, elevar a competitividade no mercado de trabalho. Neste caso, seria necessária uma reforma que estivesse alinhada ao desenvolvimento econômico, à competitividade, ao mercado internacional e à empregabilidade (BRASIL, 2017).

Nesse cenário, a atual Reforma do Ensino Médio se apresentou como uma solução para todos os problemas dessa última etapa da educação básica, propondo um *currículo menos extenso, mais estimulante e compatível*, de acordo com a *vocação do estudante*, por meio de uma *liberdade de escolha* do que estudar. Nesse contexto, ao invés de discutir caminhos para resolver problemas apresentados sobre o ensino médio, declaram, por meio de uma Medida Provisória, a defesa da meritocracia, e a entrada precoce da juventude no mercado de trabalho (SANTOS; OLIVEIRA, SILVA, 2017).

Em outras palavras, há uma ideia acintosa de não resolução dos reais problemas presentes no ensino médio. Nesse sentido, a atual Reforma "[...] cria uma névoa espessa sobre os reais problemas da educação básica e não discute o funcionamento das escolas, hoje sob precárias condições, o que deveria ser de fato, o alvo das mudanças do ensino médio" (PINHEIRO, EVANGELISTA, MORADILLO, 2020, p. 248).

Para Motta e Frigotto (2017) a justificativa de que uma reforma no ensino médio se faz necessária pelo investimento em capital humano, não condiz com a realidade do setor econômico brasileiro. Segundo os autores, a base da pirâmide dos empregos no Brasil é composta por serviços informais e de baixa remuneração e os cursos profissionalizantes ofertados no ensino médio são caracterizados por serem céleres e de baixo investimento. Os autores complementam ainda, que a ideia da reformulação do currículo apresentado como *inútil* e *desinteressado* atende as demandas dos Organismos Internacionais, que nesse caso,

estão mais preocupados com os critérios de avaliação das áreas de português e matemática (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

Analisando historicamente, conforme apresentado por Nosella (2011), o princípio pedagógico do ensino médio foi marcado por uma dualidade na sua finalidade, caracterizado por uma formação dirigente para as elites e de profissionalização para a classe trabalhadora. Diante desse contexto, essa fase de ensino é "estratégica do sistema escolar e do processo de democratização e modernização de uma nação" (NOSELLA, 2015, p.123).

Atualmente, segundo o Censo escolar de 2021[32], de todas as pessoas matriculadas no ensino médio no Brasil, 88% são estudantes do ensino público, ou seja, essa reforma afeta diretamente as/os estudantes da classe trabalhadora. Mostra também que o ensino médio se apresenta como uma fase estratégica da educação básica para o fortalecimento das ideias da classe dominante.

A ideia de uma profissionalização precoce dos jovens no ensino médio, não só revela o tipo de sociedade que se espera como demonstra "[...] uma declaração implícita da falência e do abandono do ensino médio regular, ao mesmo tempo em que expressam o agravamento da dualidade social e escolar". (NOSELLA, 2011, p. 1053).

Somado a isso, com base na teoria crítica do currículo, pode se inferir que há uma relação entre a maneira como a economia está organizada e como o currículo está organizado. Essa realidade atinge a sua máxima quando se naturaliza, em toda a sociedade, em que grupos dominantes se esforçam permanentemente para garantir o convencimento ideológico e manter essa dominação. Ou seja, o currículo busca modificar as pessoas que vão *segui-lo*, por meio de um modelo de ser humano ideal para aquela sociedade, modificado pela prática escolar, sendo atravessado por ideologias e relações de poder, tornando-se, portanto, um mecanismo não neutro (SILVA, 1999).

Correlacionando com a etapa do ensino médio, essa relação de poder se apresenta por meio de uma ligação direta entre aquilo que se espera dessa escolarização e a elevação social que se espera da classe média desta sociedade. Em outras palavras, "a função estratégica do ensino médio justifica-se também pela função estratégica do setor médio da estrutura social da nação" (NOSELLA, 2015, p. 124).

Assim, quando questionamos anteriormente *por que o ensino médio?* precisa-se, para responder a esta questão, levar em conta o contexto político, social e econômico de aprovação dessa reforma. Esta, portanto, aprovada em contexto conservador, retoma a ideia de dualidade

32 Dados retirados do Censo Escolar de 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

do propósito pedagógico da escola e escancarando a desigualdade de classes. Dessa forma, o fato de a Reforma ter o foco no ensino médio, reflete o desmonte da educação pública, da precarização da profissão docente, do descaso com a juventude e com a sociedade, se apresentando como um retrocesso na educação pública.

Devido ao exposto até aqui, na próxima seção, será discutido como a Reforma do ensino médio ficou organizada a partir da lei n.13.415/2017 e como se deu essa correlação de forças até a sua aprovação.

1.2.2 Nada tem de novo o Novo Ensino Médio

A partir da discussão anterior, em que o ensino médio se apresenta em disputa e que atualmente vem ganhando novos debates, cabe evidenciar que *nada tem de novo o Novo Ensino Médio*[33]. Para um melhor aprofundamento dessa questão, precisam-se levar em conta as diversas formas adquiridas pelo capitalismo a nível mundial, em que o campo da educação sofreu diversas implicações, principalmente do setor econômico e esta última etapa da educação básica esteve atrelada a essas mudanças.

Na década de 90 do século XX, sob fortes influências dos Organismos Internacionais, é desenvolvida a ideia de construção de um modelo de educação compatível com os interesses da globalização econômica. Ideia esta que dita os rumos da educação, por meio de um apanhado de reformas, com o discurso de melhoria da qualidade da educação e que resultariam em melhores condições econômicas e sociais (KOEPSEL; GARCIA; CZERNISZ, 2020).

Essas mudanças foram colocadas em curso no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em que o campo da educação apresentava, nesse momento, princípios voltados para a qualidade, a competitividade, a eficiência e a eficácia. Expressões estas, importadas dos setores privados, ligadas, por exemplo, à produção, ao maquinário e à confecção (BRANCO et al., 2018; PINTO; MELO, 2021).

A noção de competências estabeleceu um novo arranjo e trouxe uma ideia de qualificação para o trabalho futuro em que as empresas passam a requerer tais competências

---

[33] Trecho extraído da entrevista do professor Gaudêncio Frigotto à revista IHU. *Reforma do ensino médio representa uma regressão e uma traição aos jovens e ao país. Entrevista especial com Gaudêncio Frigotto*. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma regressao-e-uma-traicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto. Acesso em: 9 jan. 2023.

em sua forma de gestão. Essas ideias permanecem presentes até mesmo na elaboração da BNCC. (PINTO; MELO, 2021, p. 4).

Conforme apresentado por Bezerra e Brito (2022), ao analisarem a correlação de forças até a aprovação da Reforma do Ensino Médio, antes da aprovação da Medida Provisória (MP) que estabelecia tal reforma de maneira autoritária, sem consulta pública das necessidades de reformulação desse setor, não se levou em consideração os debates em torno do PL anterior, 6.840/2013. Iniciados em 2012, a partir de uma comissão especial, formada no Congresso Nacional, discutida em dezenove audiências públicas, esses debates tiveram a presença de diversos setores da sociedade civil, representados pelo setor governamental, por organismos internacionais e pelos setores privado, acadêmico e profissional (BEZERRA; BRITO, 2022, p.10).

A proposta de reformulação do ensino médio nesse contexto se apresentava, até então, contra as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012, sendo esta uma das pautas principais defendidas pelo setor acadêmico e profissional. Diante disto, a proposta inicial do currículo se dava por núcleo comum, dividido por áreas do conhecimento, já mostrando a necessidade da BNCC, e outra parte diversificada. A diferença, portanto, em relação à Reforma aprovada em 2016 era que a flexibilização de escolhas das estudantes se daria apenas no terceiro ano do ensino médio (BEZERRA; BRITO, 2022).

Outras mudanças nesse Projeto de Lei eram a necessidade de aumento da carga horária no ensino médio, assim como a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como requisito para sua conclusão. Também já se pronunciava uma relação dessa etapa de ensino com a oferta do ensino profissional em parceria com o setor privado (BEZERRA; BRITO, 2022, p.20).

Diante dessa análise, percebe-se que o setor empresarial, mesmo sendo representado por apenas 14% da comissão, conseguiu avançar muito mais com suas pautas devido ao fato de possuir relações de poder com os governantes. Consequentemente, outros setores como o acadêmico e o profissional não conseguiram levar tantas propostas ao texto final, principalmente aquelas que se referiam à defesa das DCNEM. Porém, ainda segundo as autoras, o debate e a discussão ao menos puderam evitar, naquele momento, o avanço desse Projeto de Lei (BEZERRA; BRITO, 2022).

Importante situar o contexto para a discussão dessa Medida Provisória, de caráter autoritário, a partir do golpe consumado em 31 de agosto de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff (PT), alinhado aos interesses do capital nacional e estrangeiro e com o apoio da mídia empresarial, do suporte judiciário e de um apelo moral. Motta e Frigotto (2017), por

exemplo, entendem que esse golpe atingiu uma maior abrangência e profundidade do que os anteriores, devido ao fato de que não foi necessário o uso das forças armadas. Essa urgência em se aprovar a Reforma do Ensino Médio sustenta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos, a PEC 55, que ficou conhecida dentre a oposição como a *PEC do fim do mundo*. Junto com a ideologia neoliberal e conservadora que se apresentava através do movimento Escola Sem Partido, configurando um ataque bem arquitetado contra a classe trabalhadora (SOUZA, NOVAIS, 2021; BRANCO et al., 2019; SUHR, 2019; PINHEIRO, EVANGELISTA, MORADILLO, 2020).

O movimento Escola Sem Partido se consolidou nesse momento por defender um pretenso caráter de neutralidade na formação de estudantes, em que a ideologia neoliberal e conservadora defende apenas as suas práticas e visão de mundo. "[...] Trata-se de mais uma proposta que tem por objetivo o cerceamento da liberdade de ser, saber e poder [...] que os isentasse de promover uma leitura crítica do mundo e da realidade em que vivem" (SOUZA; NOVAIS, 2021, p. 540).

Ainda nesse contexto, essa reforma foi duramente criticada, e houve um amplo movimento de resistência a partir das chamadas ocupações dos estudantes, que entenderam esta Medida Provisória como inapropriada. Alguns especialistas defendem que essa medida foi o primeiro dos atos antidemocráticos que surgiram no período recente, por não se levar em consideração toda a discussão que vinha se tendo anteriormente (KOEPSEL; GARCIA; CZERNISZ, 2020).

A partir da Medida Provisória, que além de ter força de lei possui um prazo de aprovação de apenas 120 dias, o que caracteriza urgência, é formada uma nova comissão, neste caso com apenas nove encontros, e não se leva em consideração todo o trabalho e discussões anteriormente existentes.

Neste momento, somado ao discurso da Escola Sem Partido, que já estava muito presente, aparecem também os discursos de ódio a Paulo Freire e a ideia de que as escolas públicas brasileiras praticavam *doutrinação marxista* (SOUZA, NOVAIS, 2021). Diante do contexto apresentado, o Relatório final foi aprovado com ampla maioria na Comissão Mista, mantendo a estrutura geral da MP. A Reforma final altera:

> [...] a Política de Fomento à Implementação de Escolas de ensino médio em Tempo Integral, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei 11.494 de 20 de junho de 2007), além da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967) (PINHEIRO, EVANGELISTA, MORADILLO, 2020, p. 247).

Dentre as principais mudanças ocorridas com a aprovação da Reforma, podemos destacar: (1) aumento progressivo da carga horária para 1400 horas ao ano; (2) revogação da obrigatoriedade da oferta da disciplina de língua espanhola; (3) viabilização de parcerias com o setor privado; (4) contratação de docentes por notório saber para o ensino médio técnico e profissional; (5) organização curricular dividida pela base comum e pelos itinerários formativos (BRASIL, 2017).

De maneira geral, a discussão para aprovação da Medida Provisória se dá sem o debate necessário com a comunidade escolar, universidades e pesquisadoras do campo acadêmico. Não se leva em conta a realidade das diversas escolas brasileiras, com a proposta de um currículo único, com o objetivo principal de inserir a juventude precocemente no mercado de trabalho, privilegiando, neste caso, apenas os interesses dos organismos internacionais e do setor empresarial.

Partindo da ideia de que essa realidade faz parte de um desdobramento nacional, somada à responsabilidade de cada Estado na implementação destas mudanças em seus territórios, cabe agora verificar como esta Reforma se apresenta para as escolas baianas, a partir da análise do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB).

1.2.3 DCRB volume 2: etapa do ensino médio

Em 2019, na Bahia, durante o segundo governo de Rui Costa (PT-BA), é implementado à Reforma do Ensino Médio nas escolas do estado por meio da elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), composto por três volumes[34]: o volume um, destinado à Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais; o volume dois, etapa do ensino médio, que inclui as ofertas de ensino médio de Tempo Parcial, Tempo Integral, Intermediação Tecnológica (EMITec), Profissional, Tecnológico e ensino Noturno; e o volume três, que atende às modalidades da Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O DCRB, no volume dedicado ao ensino médio, trata-se de uma normativa que orienta as instituições de educação básica na Bahia, tendo como objetivo o planejamento curricular e

[34] Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio (Volume 2). Disponível em: http://dcrb.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/documento_curricular_da_etapa_do_ensino_medio_03-02_.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

a reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares estaduais dos municípios baianos. Este documento é apresentado como uma *referência curricular* (BAHIA, 2022, p. 12) para as instituições estaduais que ofertam o ensino médio e foi elaborado em conformidade com a lei federal n° 13.415/2017 e a BNCC.

Quanto a BNCC, neste caso entendida como uma base curricular e não como uma diretriz do que deve ser feito nas escolas, na prática e na análise do referencial curricular essa política curricular está atrelada a um conjunto de ações que tem o poder de definir quais componentes serão obrigatórios, servindo de parâmetro para a formação continuada das professoras, elaboração de material didático e base para os critérios de avaliação da educação nacional.

O volume dois do DCRB foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE-BA) e a sua versão final foi publicada em 2022. O documento possui 573 páginas distribuídas em18 seções. Entre elas, as primeiras seções tratam da apresentação, da introdução e dos marcos legais que embasam o documento. Em seguida, as seções com os princípios, os eixos estruturantes e os temas integradores do documento referencial. Logo depois há uma discussão mais teórica do currículo, que apresenta a base conceitual, os fundamentos teóricos do currículo e de avaliação. Tem-se também uma discussão sobre o perfil do ensino médio no contexto baiano. A partir dela, o DCRB apresenta um aprofundamento sobre a matriz curricular, as disciplinas eletivas e os itinerários formativos. Finalizando com uma seção dedicada ao ensino médio em tempo integral, o ensino noturno, EMITec e uma discussão sobre a formação continuada das professoras (BAHIA, 2022).

Até chegar a sua versão final o documento passou por duas etapas: (i) versão elaborada após consulta pública; (ii) seguida de análise do CEE-BA, que emitiu o parecer de aprovação CEE-BA nº 111/2022 e a homologação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) (BAHIA, 2022).

Na fase de consulta pública para elaboração do documento, foi apresentado um questionário, desenvolvido pela SEC/BA, de escuta às estudantes e professoras. O DCRB apresenta os dados obtidos nesta pesquisa exploratória intitulada *Escuta aos Estudantes*, que contou com a participação de 9.138 estudantes, entre agosto e setembro de 2019 (BAHIA, 2022, p. 126).

Cabe destacar que de um total de 544.868 estudantes matriculadas na rede estadual da Bahia em 2019 (BRASIL, 2022, p. 27), o número dos que responderam ao questionário equivale a apenas 1,67% desta população. Pode-se observar, nesse caso, uma participação limitada das envolvidas em contraste com a ideia que o documento apresenta, a saber, o seu

processo de elaboração ocorreu com a participação democrática e o produto final é resultante de uma construção coletiva (PINTO; MELO, 2021, p. 10).

Um cenário muito parecido pode ser verificado com a consulta pública a nível nacional para aprovação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Com pouca participação, coube ao governo federal afirmar que a consulta se deu por meio de forma democrática com ampla participação da população. Esses dados, enviesados, eram utilizados como forma de validar a aprovação da BNCC e da Reforma pela população e divulgados por pessoas que se diziam especialistas no campo da educação (KOEPSEL; GARCIA; CZERNISZ, 2020).

Para a elaboração do DCRB houve a participação do Programa de Apoio à Implementação da BNCC (Pró BNCC), de professoras, tanto da rede estadual quanto de escolas privadas da Bahia, técnicos da SEC/BA, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do Instituto Reúna (BAHIA, 2022).

Entre estas participações, o que chama atenção é a influência que Branco et al (2018; 2019) denomina de *agentes internos* que participaram da construção do documento. Nesse caso, representados pela UNDIME e pelo Instituto Reúna. Essas instituições também estavam presentes na elaboração da BNCC, o que reforça a ideia da aprovação de uma reforma alinhada a instituições privadas.

Segundo o mapeamento do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), com dados referentes ao período entre 2005 e 2018, entre as empresas que atuaram junto à educação pública na Bahia, 42% delas são instituições privadas. Dentre essas empresas, 69% delas se dedicam a atuar na etapa de escolaridade do ensino médio (MONTEIRO, 2021, p.97-8).

Convém observar que a escola pública, principalmente o ensino médio, se tornou um nicho de mercado importante. A lógica empresarial atua na produção de material didático, na formação de professoras, na oferta de consultorias, entre outras. Diante destes dados, podemos considerar que o interesse das empresas na rede pública de ensino, com foco, sobretudo, no ensino médio, se dá por um discurso de uma profissionalização precoce desses estudantes. Cada vez mais o discurso do empreendedorismo se faz presente nesse contexto e essas empresas veem o ensino médio como um momento propício para essa formação do trabalhador.

Nessa perspectiva, o DCRB apresenta como objetivo:

> [..] a preparação básica para o mundo do trabalho e para a cidadania; o aprimoramento do/a educando/a como pessoa humana integral, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a

> compreensão dos fundamentos histórico-culturais e científico-tecnológicos que estruturam a sociedade (BAHIA, 2022, p. 19).

Observa-se então um foco no ensino médio, como já mencionado, de preparação para o mercado de trabalho. Nesse sentido, não se trata de negar a importância da preparação destas jovens para o mercado, mas como citado por Nosella (2011), a pergunta que se deve fazer é: qual o tipo de preparação está por trás dessa Reforma?

Segundo o censo escolar da educação básica do estado da Bahia (BRASIL, 2022, p. 28), quanto à autodeclaração cor e raça, 88,6% das estudantes baianas que estão no ensino médio são pessoas negras. Na Educação de Jovens e Adultos esse número corresponde a 91,4% (BRASIL, 2022).

Em 2021, o ensino médio na Bahia chegou ao equivalente a 635.569 estudantes matriculadas. Desse total, 81.600 estão na educação profissional. Um dado que chama atenção é que de 2017 até 2021 ocorreu um aumento de 46,9% nas matrículas nessa configuração da educação básica (BRASIL, 2022, p. 27). O destaque deste dado é ainda mais relevante quando se tem em vista o aumento da oferta de vagas no ensino médio técnico e profissional, que ganhou um investimento ainda maior com a Reforma do Ensino Médio.

Ainda do total de matrículas no estado da Bahia, em 2021 88,7% dessas estudantes estavam na rede pública estadual, 2% estavam na rede federal e 8,8% na rede privada (BRASIL, 2022, p. 28). Portanto, a grande maioria das estudantes do ensino médio na Bahia frequentam as escolas da rede pública.

Em todo este montante, o terceiro ano do ensino médio é o que apresenta o maior número de estudantes matriculadas com distorção idade-série. Esta distorção se dá quando as estudantes possuem idade superior à recomendada para a série frequentada. Ainda de acordo com o censo escolar, tomando a variável sexo, a soma corresponde a 57% dos matriculados do sexo masculino e 50% do sexo feminino (BRASIL, 2022, p. 29). Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) em 2018[35], a cada 100 estudantes matriculadas no ensino médio com até 19 anos, apenas 43 conseguem concluir os estudos na idade correta.

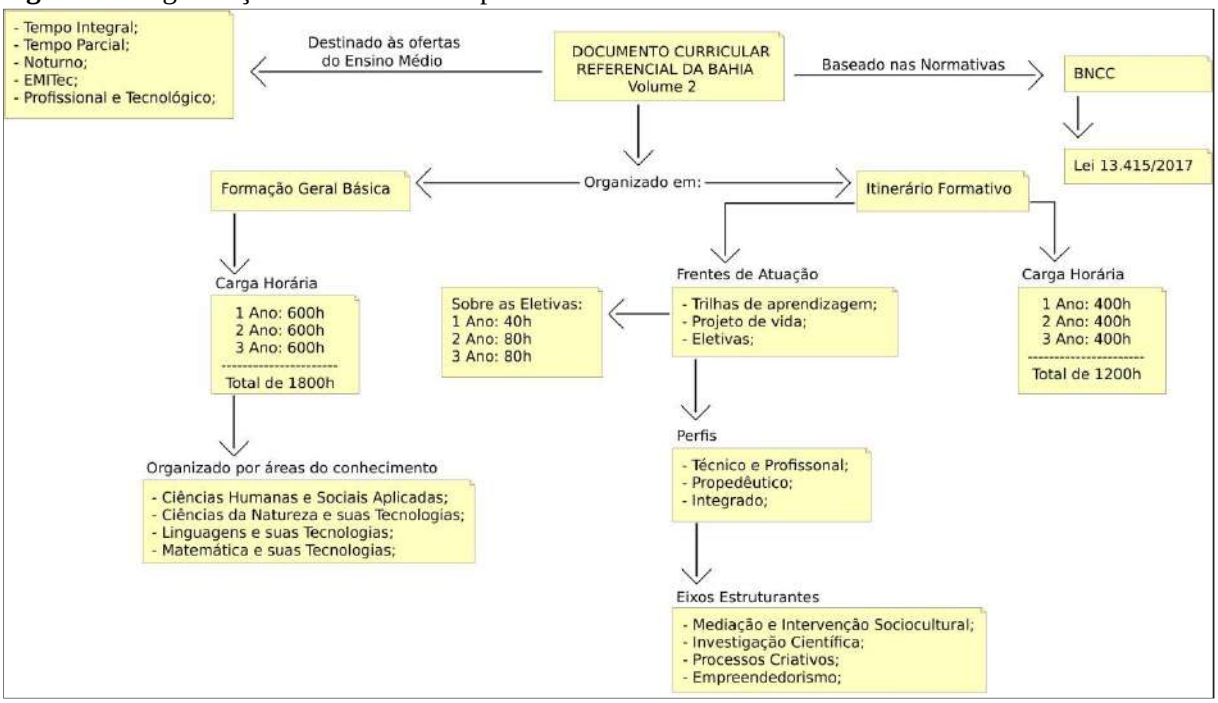
A versão final do DCRB foi aprovada em 29 de março de 2022 e define o currículo do ensino médio baiano em duas partes, conforme apresentado na Figura 1: a BNCC, comum a todos os estudantes, e a parte flexível. A formação geral básica é composta por 1800 horas, distribuídas em 600 horas em cada ano, e pelo itinerário formativo, de 1200 horas (BAHIA,

---

[35] Notícia retirada do site G1. *Bahia é o estado nordestino com maior número de jovens que deixam a escola antes de concluir o ensino médio, aponta IBGE*. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/12/18/bahia-e-o-estado-nordestino-com-maior-numero-de-jovens-que-deixam-a-escola-antes-de-concluir-o-ensino-medio-aponta-ibge.ghtml. Acesso em: 9 jan. 2023.

2022, p. 133). A ideia do processo de implementação é que o mesmo se dê gradativamente, porém foram selecionadas escolas do grupo-piloto que já deram início a implementação da reforma desde o ano de 2020 (BAHIA, 2022).

Figura 1 - Organização do DCRB na etapa do ensino médio



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A Formação Geral Básica compreende, como previsto na BNCC e na lei 13.415/2017, o aprofundamento das dez competências gerais da BNCC e das competências e habilidades específicas das quatro áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas (BAHIA, 2022).

A ideia de competências e habilidades está presente no DCRB em consonância com a BNCC, com a ideia de apresentar conteúdos em conformidade com as competências, em que os conhecimentos são uma soma de habilidades desenvolvidas pelas estudantes com o intuito de agir, não com o intuito de transformação social, mas como adaptações às exigências do mercado de trabalho, com vistas a atender os interesses da classe dominante (BRANCO et al., 2018).

O documento traz também uma defesa da autonomia e do protagonismo da estudante, possibilitando ainda, o cumprimento de unidades curriculares em outros *espaços de aprendizagem* (BAHIA, 2022, p. 135). A problemática que se apresenta com essa discussão sobre *escolha* e *flexibilização* é justamente que essas escolhas das estudantes estão

condicionadas à oferta que a escola poderá dar a partir dos recursos disponíveis para a mesma, o que se agrava com a consolidação da citada do teto dos gastos públicos e dos desmontes da educação.

Outra incerteza é como ficará o PEC processo de avaliação do ENEM a partir dessas mudanças e como isso pode agravar a entrada de estudantes de camadas populares nas universidades, direito historicamente negado à grande parcela da população. O que não acontece, por exemplo, nas escolas privadas, já que estas poderão ofertar esses itinerários (KOEPSEL; GARCIA; CZERNISZ, 2020, p. 4).

Na Bahia, no primeiro ano do ensino médio, as estudantes terão componentes obrigatórios, sem liberdade de escolha para a parte flexível, podendo escolher apenas o componente eletivo. Ficando da seguinte forma: base comum a todos os anos, Projeto de Vida, Leitura e Escrita do Mundo, História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira, Matemática para além dos Números, Iniciação Científica e um Componente Eletivo. A partir do segundo ano a estudante terá a possibilidade de escolher a área do conhecimento de sua preferência e por fim poderá aprofundar o itinerário somente no terceiro ano (BAHIA, 2022, p. 230).

Os itinerários formativos, que compõem a área flexível do currículo, estão divididos em três perfis que interferem diretamente na escolha do estudante a partir do segundo ano do ensino médio: (i) o itinerário propedêutico, em que os estudantes escolhem apenas uma área do conhecimento; (ii) o itinerário integrado, em que apresentam diferentes áreas do conhecimento; e (iii) a formação técnica e profissional (BAHIA, 2022, p. 227).

Diante do apresentado, depreende-se que a Reforma do Ensino Médio, em curso em todo o Brasil e que se apresenta por meio do DCRB no Estado da Bahia, contribui para o esvaziamento e enfraquecimento do ensino médio nas escolas públicas. Com a presença cada vez maior do setor empresarial, essas estudantes, em sua maioria negras e oriundas da rede pública, quando conseguem concluir esta etapa da educação básica, estão predestinadas há uma formação desprovida de senso crítico, que não as capacitará para a universidade, nem tão pouco para o mercado de trabalho[36].

O caráter de urgência para aprovação da Reforma do Ensino Médio no Brasil, que se deu por meio de uma Medida Provisória, não levou em consideração as discussões anteriores em torno do Projeto de lei 6.840/2013. O que reflete, junto com outras políticas, no desmonte

---

[36] Notícia retirada do site G1. *Desemprego cai em 22 estados no 2º trimestre; Bahia e Pernambuco têm as piores taxas*. Disponível em https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/12/desemprego-cai-em-22-estados-no-2o-trimestre.ghtml. Acesso em 9 jan. 2023.

dos direitos sociais que atinge principalmente a juventude que frequenta as escolas públicas do país, tendo a última etapa da educação básica como um lugar de constantes disputas.

De modo geral, pode-se afirmar que a Reforma do Ensino Médio em curso no Estado da Bahia não valoriza a formação das jovens nesta última etapa da educação básica para uma formação crítica. Pelo contrário, reforça os interesses do setor empresarial, a partir de uma formação de mão de obra precoce, barata e flexível, levando, mais uma vez ao esvaziamento, à dualidade e à precarização da escola pública.

1.3 A Reforma do Ensino Médio e a educação das relações étnico-raciais: alguns apontamentos

Diante de toda a discussão anterior, o objetivo deste subcapítulo é discutir como que enquanto docente, sob um ataque constante à educação pública, nesse caso específico do ensino médio, se resiste a um processo de mudança que o Estado impõe, em que as áreas do conhecimento perdem o teor científico e crítico, se pode atuar nas brechas para se pensar na educação das relações étnico-raciais?

Contextualizando, para um melhor entendimento de como a Reforma do Ensino Médio vem se configurando no país, a partir da análise da última versão do DCRB, no volume dedicado à etapa do ensino médio, publicado em março de 2022, pode-se indicar uma série de elementos que caracterizam a reforma na Bahia e que seriam contrários às problemáticas apresentadas pela mesma reforma a nível nacional. Entre eles, podemos destacar a ideia da construção de um documento democrático, com ampla participação popular de professoras, gestoras e estudantes. O que se verificou na prática foi o baixo número de participantes nas pesquisas que embasaram a construção do DCRB.

Outro fator que merece destaque, diz respeito à presença de empresas na elaboração do documento. No caso da Bahia, cabe destaque para o Instituto Reúna, que também atuou nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, conforme pesquisas analisadas neste capítulo.

A ideia de *flexibilização* e *autonomia* das estudantes para escolha dos itinerários formativos esbarra na ausência de detalhes de como eles, os itinerários, de fato serão abordados nas escolas baianas. As estudantes dependerão do que será ofertado pela escola e caso desejem estudar em outro local, não são apresentadas informações sobre como esse deslocamento será feito. Visto que são muitos os municípios baianos onde há apenas uma

única escola da rede estadual e 93,1% das escolas da zona rural na Bahia são da rede pública (BRASIL, 2022).

Ocorre também a redução dos componentes curriculares presentes na base comum, como é o caso de áreas como filosofia, sociologia, biologia, história e outras, que terão sua carga horária reduzida. Em contrapartida, ocorre um aumento dos itinerários formativos como Projeto de Vida, por exemplo, além dos componentes que são voltados para a profissionalização, presentes na matriz do ensino médio regular de turno noturno e do EMITec.

A oferta dos componentes curriculares, conforme apresentado no DCRB (2022), pode ser ofertado por um docente de qualquer área do conhecimento:

> [...]Os quatro componentes – *Leitura e Escrita do Mundo, Para Além dos Números, Iniciação Científica e História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira* – conectam-se com conhecimentos que podem funcionar como pontes de aprendizagens para todas as áreas do conhecimento e até mesmo para a formação técnica e profissional (BAHIA, 2022, p. 231, grifo do autor).

Além de uma maior carga horária de Linga Portuguesa e Matemática na base comum, duas aulas em todas as três séries do ensino médio, essas áreas do conhecimento também se apresentam na parte diversificada. Essa análise pode se confirmar quando se analisa as ementas dos componentes curriculares Leitura e Escrita do Mundo e Para Além dos Números:

> [...] o componente *Leitura e Escrita do Mundo* propõe desenvolver práticas de leitura, análise e escrita de produções textuais criativas de diversos gêneros, a exemplo da poesia, da narrativa, do drama, do texto argumentativo-dissertativo, entre outros gêneros e tipologias textuais que permeiam as práticas sociais dos/as estudantes, encorajando-os a vivenciar diversas experiências da linguagem em uma sociedade letrada (BAHIA, 2022, p. 231, grifo do autor).
>
> O componente *Para Além dos Números* tem por objetivo desenvolver a construção de sentido no que se refere à capacidade de identificar e compreender o papel da Matemática no contexto atual, com a finalidade de atender às necessidades dos/as estudantes individualmente, no seu papel de cidadão consciente, ativo/a na construção do seu próprio processo, além de reflexivo/a diante das demandas oriundas de sua atuação no seu próprio universo. Esse componente também deverá contribuir para a (re)construção e (re)significação de aprendizados específicos da Matemática, bem como estabelecer conexão com as diversas áreas do conhecimento que utilizam esses saberes, no mínimo para subsidiar a aquisição de conhecimento em outras áreas (BAHIA, 2022, p. 232, grifo do autor).

A disciplina Projeto de Vida, que se apresenta nos três anos do ensino médio, também possui uma ementa bastante preocupante: 1° ano, autoconhecimento e identidade; 2° ano, eu e o outro (responsabilidade social) e 3° ano, eu no mundo (mundo do trabalho e formação

intelectual) (BAHIA, 2022, p. 235). Inclusive com oferta de curso para docentes da rede estadual da Bahia desse componente curricular organizada pela Fundação Telefônica Vivo[37].

Sobre o componente curricular eletiva[38], ofertado nas três séries, deve ser elaborado pela própria escola "[...] Devem, ainda [...] serem ofertadas em formato de oficinas, clubes, observatórios, incubadoras e/ou outros que estimulem o protagonismo dos/as estudantes e que dialoguem com seu Projeto de Vida" (BAHIA, 2022, p. 245). Recentemente, ocorreu uma mobilização nas redes sociais em que os nomes de algumas disciplinas eletivas[39] chamaram atenção e essa temática ganhou um novo fôlego como forma de trazer a temática da reforma para discussão da comunidade e, priorizar quem sabe, o seu processo de revogação.

Diante do apresentado, como pensar em estratégias e táticas de ação para discutir em sala de aula as relações étnico-raciais diante desses ataques à educação básica? No caso específico desta pesquisa, nos espaços da sociologia, por exemplo, mas que pode se estender a outras áreas do conhecimento, como pensar em ocupar os espaços, mas não deixando de reivindicar por mudanças que contemple por uma formação crítica dos filhos da classe trabalhadora?

Pensar em linhas de fuga para que docentes possam ocupar um espaço que parece estratégico de resistência e trazer uma discussão mais aprofundada que fuja de imediatismo e superficialidades ou de questões problemáticas como as que estão presentes nos itinerários formativos, como é o caso do Projeto de Vida.

Cabe ressaltar, que existem limitações neste capítulo, por analisar um documento que está em processo de implantação nas escolas baianas. Desse modo, como sugestão de próximas pesquisas, podem-se investigar as matrizes curriculares presentes no DCRB, bem como as ementas a que se propõem esses componentes e como as docentes das áreas mais prejudicadas poderão atuar, visto as demandas que surgirão nas escolas.

---

[37] *Curso Pense Grande*. Disponível em: https://www.escolasconectadas.org.br/projeto-de-vida. Acesso em: 09 jan. 2023.

[38] Foi elaborado e disponibilizado pela SEC-BA um catálogo com sugestões de eletivas que podem ser ofertadas pelas escolas. *Catálogo de eletivas –2° edição.* Disponível em: http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Catalogo-Eletivas-2a-edicao.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

[39] Notícia retirada do site Nexo Jornal *Quais as lacunas de implementação do Novo Ensino Médio*. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/02/15/Quais-as-lacunas-na-implementa%C3%A7%C3%A3o-do-novo-ensino-m%C3%A9dio. Acesso em: 19 fev. 2023.

2 METODOLOGIA

2.1 Premissas básicas

Os procedimentos teóricos e metodológicos desenvolvidos neste trabalho, visando atingir seus objetivos, fundamentam-se no conceito de campo teórico de Castells (1970). “Entende-se por *campo teórico* um conjunto estruturado respeitante a um domínio particular e que compreende elementos (conceitos ou categorias de classificação), relação entre esses elementos (proposições), relações entre relações (leis) e regras operatórias” (CASTELLS, 1970, p. 521, grifo do autor).

Nesse sentido, entende-se que, em cada uma das diferentes fases da investigação, a metodologia adequa-se ao quadro de referências utilizadas. Essa adequação ocorre como forma de responder às necessidades da investigação, entendendo essa etapa como uma forma de integração à produção de conhecimento. Desse modo, a ideia não é estabelecer um manual metodológico, mas explicitar e narrar as características dos instrumentos utilizados (CASTELLS, 1970).

Para a realização deste trabalho, que tem como objetivo analisar a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira, foi desenvolvida, juntamente às estudantes, uma pesquisa. Sendo assim, esta metodologia se desdobra em dois níveis: o primeiro deles refere-se a experiência de pesquisa desenvolvida pelas estudantes com o intuito de discutir a representatividade de gênero e raça na política institucional brasileira; o segundo nível diz respeito a este trabalho de mestrado, baseada na educação orientada pelas leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008.

Desse modo, este trabalho se configura como uma pesquisa participante e está apoiada nas discussões de Brandão (1981, 1999), Freire (1981, 2021), Thiollent (1987), Ezpeleta; Rockwell (1989) e Aguiar (1978).

2.1.1 A pesquisa participante

O método da pesquisa participante se propõe a questionar a neutralidade da ciência, por acreditar que ela deve ser colocada a serviço de grupos ou categorias sociais exploradas e partir da premissa de que não existe neutralidade na pessoa pesquisadora. Quanto a isso, Freire faz o seguinte questionamento: “[...] A quem sirvo com minha ciência?” (FREIRE, 1981, p. 36). Assim, o que a pesquisa participante se propõe a analisar “[...] é mais que fatos e

dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela [a pesquisa] é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população envolvida" (FREIRE, 1981, p. 35). Em outras palavras, a pesquisa participante se apresenta como uma relação dialética entre subjetividade e objetividade e deve considerar a percepção da realidade vivida pelas pessoas envolvidas no processo.

Deste modo, ela se configura como uma atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação que estão interrelacionadas. A pesquisa, nesse caso, deve se preocupar com o papel de investigação dentro da situação e problematizar a relação pesquisadora/participantes da pesquisa no sentido de estabelecer confiança (BRANDÃO, 1999, p.121).

Segundo Brandão, a pesquisadora, neste caso, para trabalhar com a temática da representatividade na política: "Parte do cotidiano e escuta sua voz, vive junto em vez de visitar, se coloca no lugar, ouve em vez de tomar nota, faz registros, vê e observa em vez de filmar, sente, toca em vez de estudar" (BRANDÃO, 1999, p. 54).

De acordo com os textos utilizados nesta pesquisa as fases são: (1) o momento de exploração geral da comunidade, (2) o momento de identificação das necessidades básicas da comunidade e (3) a elaboração de uma estratégia educativa. Todas elas se complementam e não ocorrem de forma isolada (BRANDÃO, 1999).

A fase da exploração geral da comunidade é o primeiro contato da pesquisadora com as participantes da pesquisa. Neste momento é necessário entender o contexto social, histórico, político, econômico e cultural que aquele grupo está inserido. Portanto, essa fase possui o intuito de compreender o cenário que a pesquisadora está inserida (BRANDÃO, 1999).

Na sequência, a fase de identificação das necessidades básicas da comunidade, como o próprio nome diz, é o momento em que o tema de pesquisa se apresenta como uma questão a ser pesquisada pela comunidade. Aqui será pensado como a pesquisa pode desenvolver temáticas e soluções para o problema em questão (BRANDÃO, 1999).

Nesse caso, o problema de pesquisa se origina pela situação social concreta e não por hipóteses, desencadeando na comunidade ou no próprio local de trabalho. Solucionar o problema, portanto, acarreta uma transformação social e/ou melhoria de vida das pessoas envolvidas (BRANDÃO, 1999). Desta forma, por meio pesquisa desenvolvida com as estudantes, a investigação e a ação geram uma interação permanente que é ideal para a pesquisa participante.

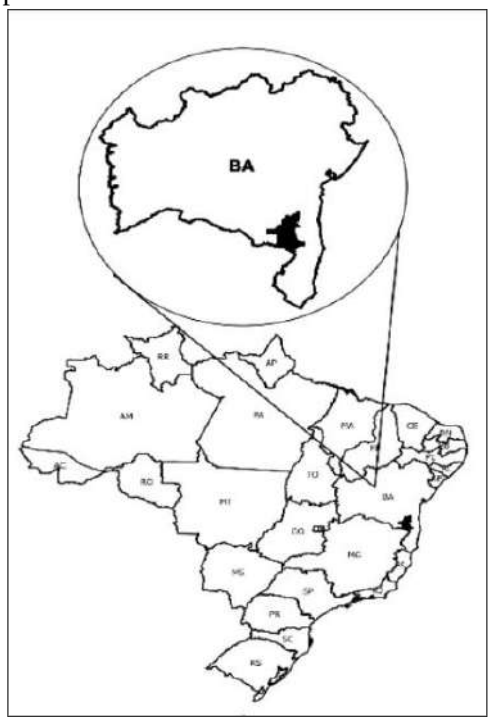
Por fim, a terceira fase, de elaboração de uma estratégia educativa, nada mais é do que o momento de se pensar em uma proposta coletiva, sobre situações desenvolvidas em conjunto para a realização da pesquisa. Nessa fase, o que conta é todo o processo de construção da pesquisa para se chegar ao objetivo final, pois todo esse processo se apresenta como uma constante aprendizagem entre pesquisadoras e participantes da pesquisa (BRANDÃO, 1999, p. 127).

As pessoas envolvidas nesse processo participam não apenas da discussão dos resultados, mas também de todo o seu desenvolvimento. A pesquisa participante consiste em um processo educativo constante. O conhecer e o agir giram em torno de um problema existente e relevante para a comunidade (BRANDÃO, 1999, p. 127).

2.2 **Fase de exploração:** o lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual da Bahia, localizada no Território de Identidade do Médio Sudoeste. Segundo dados da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-BA), o território é composto por 13 municípios. Compartilhando limites com o estado de Minas Gerais e com os territórios Médio Rio de Contas/BA, Litoral Sul/BA e Vitória da Conquista/BA.

Figura 2 - Mapa Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia



Fonte: SEPLAN-BA (Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/).

Desde 2014 a escola lócus da pesquisa atua na modalidade de educação de tempo integral, deliberada por meio da Portaria SEC/BA n° 249/2014, que implementou o Programa de Educação Integral (PROEI). Esta portaria está baseada no Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a meta de educação de tempo integral a, no mínimo, 50% das escolas públicas (BRASIL, 2015, p.10). Essa implantação também aparece na Reforma do Ensino Médio e na BNCC com aplicação da carga horária mínima de 1.400 horas. Além desta modalidade de ensino, a escola oferece o ensino médio na modalidade regular durante o turno noturno.

A matriz curricular está em conformidade com a Reforma do Ensino Médio, dividida pela base comum organizada por áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Nessa nova organização, a disciplina de sociologia está presente nos três anos do ensino médio, com uma perda de carga horária, de cinco aulas para três aulas distribuídas nas três séries do ensino médio: uma aula no 1° ano, uma aula no 2° ano e uma aula no 3° ano (BAHIA, 2022).

Porém, essa carga horária irá reduzir ainda mais, um dado que chama atenção ao analisar o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) de 2022, a organização curricular da educação integral, que está em processo de implementação no estado. Após a total implantação da Reforma, serão apenas duas aulas de sociologia na semana: uma no segundo ano e outra no terceiro ano (BAHIA, 2022).

Quanto à infraestrutura da escola, ela possui cinco salas de aula, uma sala de leitura, uma sala de multimeios, uma sala de informática, uma quadra de esportes, um refeitório, área para jardinagem, espaço para horta escolar, acesso à internet, dois depósitos, uma sala para professores, uma secretaria, três banheiros, uma cozinha e uma sala da diretoria[40].

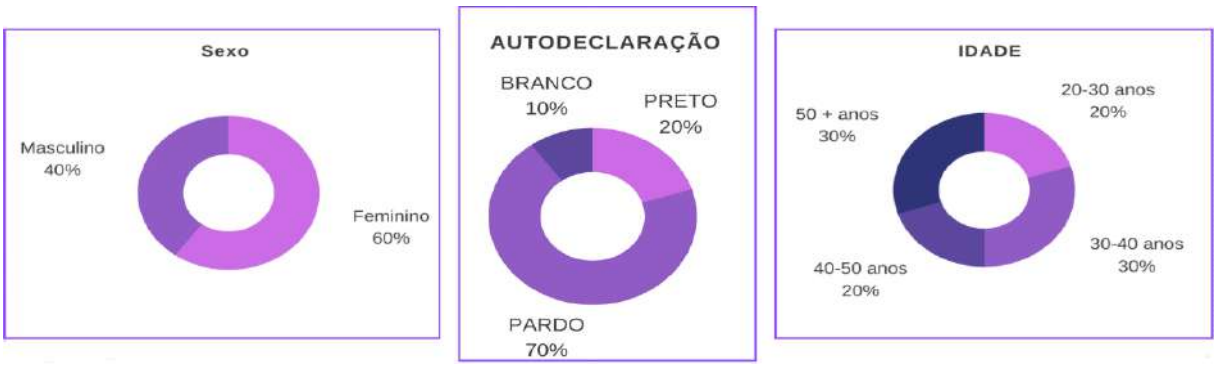
Um ponto que chama atenção, diz respeito à falta de estrutura para atender as necessidades de uma escola que oferece educação em tempo integral. As estudantes do turno integral estão presentes na escola das 07h20 até às 17h, com cinco dias de aulas por semana, e 50 minutos hora/aula, totalizando 9 horas/aula ao dia e 45 horas/aula na semana. No entanto, esta quantidade de aulas contrasta com a ausência de vestiários e com a falta de locais para descanso.

Foi aplicado um questionário *online* com perguntas voltadas para mapear o perfil das/os docentes da escola. As perguntas procuravam levantar as seguintes variáveis: sexo,

[40] Informações disponíveis no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

idade, cor/raça, tempo de serviço, carga horária e vínculo empregatício das docentes que atuavam na escola em 2021. Sobre os dados coletados temos:

Figura 3 - Sexo, idade, cor/raça da/os docentes da escola (2021)



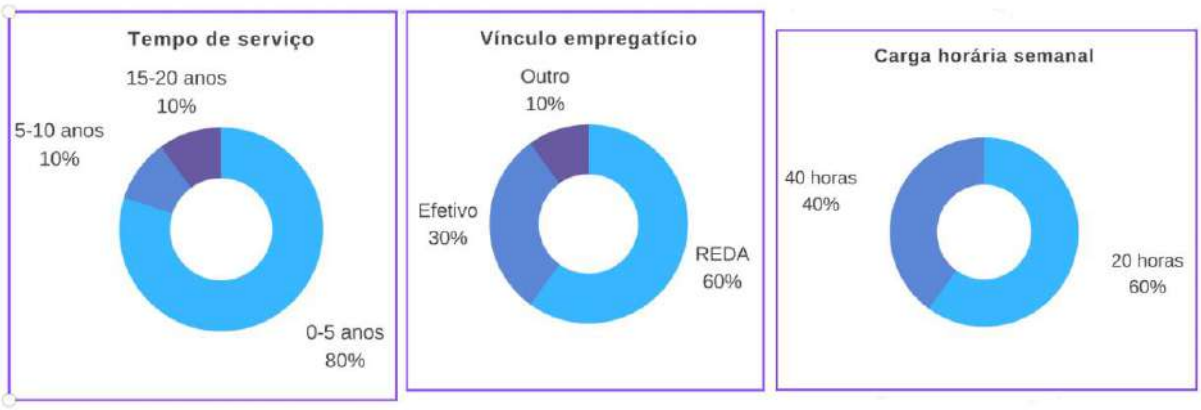
Fonte: Elaborada pela autora (2023)

No total, 10 docentes atuavam na escola no ano de 2021. Como observado na Figura 3, a partir das variáveis sexo, idade e autodeclaração, destes, seis professoras do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Quanto a variável autodeclaração, apenas um professor de declarou como branco, e todos os demais se autodeclararam como negros. Quanto à idade das professoras e professores em sua maioria estão na faixa etária entre 30-40 anos e mais de 50 anos.

Cabe ressaltar que com os dados da autodeclaração e do sexo entre os que responderam ao questionário reforçam um processo da divisão sexual e racial encontrada na formação do magistério enquanto profissão pouco valorizada e reconhecida. Outro ponto que cabe destacar é que mesmo com a maioria das/dos professoras/es se declarando como negros, 90%, não necessariamente a temática da educação das relações étnico-raciais são amplamente desenvolvidas na escola.

Quando analisamos o tempo de serviço, a carga horária e o vínculo empregatício das professoras e professores podemos observar, conforme a Figura 4, que seis docentes são contratados através do REDA, com a carga horária de 20 horas/semanais, em uma média de 0 a 5 anos de tempo de serviço na escola. Ainda sobre esses dados, apenas os efetivos cumprem a carga horária de 40 horas/semanais. Outro ponto que chama atenção é a respeito da rotatividade desses profissionais. Observa-se que apenas uma delas atua entre 15 a 20 anos na escola e que a grande maioria está na instituição a menos de cinco anos, o que condiz com as especificidades do contrato tipo REDA.

Figura 4 - Tempo de serviço, carga horária e vínculo empregatício das/os docentes (2021)



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

É possível notar que o fato de a maior parte das pessoas estarem sob o regime REDA dificulta a identificação do corpo docente como uma classe única. As professoras da escola, no geral, não possuem poder suficiente de mobilização para reivindicar melhorias para a comunidade escolar e, além disso, dificulta o desenvolvimento de um trabalho mais consistente em termos de tempo.

2.3 **Fase de identificação:** a pesquisa realizada pelas estudantes

Durante a etapa da pesquisa desenvolvida pelas estudantes, algumas reuniões de orientação ocorreram nas aulas de sociologia (uma aula de 40h/a com o terceiro ano) ou nas aulas da disciplina eletiva *Humanidades, Sociedade e Cidadania* (HSC)[41] (duas aulas de 40h/a com o terceiro ano)[42]. Porém, a maior parte dos encontros, para o seu desenvolvimento, ocorreu fora do espaço dessas aulas.

Ao todo, seis estudantes participaram da pesquisa. O grupo era composto por estudantes do terceiro ano do ensino médio, com faixa etária entre os 16 e os18 dezoito anos

[41] A eletiva Humanidade, Sociedade e Cidadania (HSC) foi elaborada como componente curricular trazendo a seguinte ementa (retirada do Caderno Pedagógico da escola do ano de 2020): "[...] deve trabalhar as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, leis n° 10.639/2003 e 11.6345/2008, identidade, cultura, sociedade, fato e estruturas sociais. As atividades deverão abordar temas abrangentes e contemporâneos como Saúde, Sexualidade, Gêneros, Racismo, Vida Familiar e social, Consumo, Educação para o trânsito, Direitos dos Idosos, Diversidade Cultural e demais temas de relevância para a formação humana integral".

[42] Durante o ano letivo, por conta das mudanças do ensino remoto para ensino semipresencial e depois para o presencial, os horários das docentes foram alterados por diversas vezes. Um dado interessante é que sempre ocorria uma constante disputa, entre as docentes, sobre quais disciplinas eletivas ofertar. Nesse período, além de HSC, cheguei a ministrar, ainda com o terceiro ano, as disciplinas eletivas de Projeto de Vida e de Iniciação Científica. Estas duas últimas ficaram sob minha responsabilidade por pouco tempo.

de idade. A seleção se deu de forma voluntária. A partir das discussões desenvolvidas em sala de aula as próprias estudantes se prontificaram a participar.

Os encontros aconteceram por um período de seis meses, no final de 2021 e início de 2022, de forma esporádica em todo esse tempo. Por exemplo, nos primeiros meses as aulas ainda estavam semipresenciais na escola, por conta da pandemia de Covid-19, nesse período as reuniões aconteciam, em média, uma vez por mês. Com o retorno das aulas presenciais esses encontros se tornaram mais regulares. Os primeiros encontros aconteceram nas aulas de sociologia e na eletiva. Quando a pesquisa ficou mais avançada foram necessários encontros fora do período dessas aulas.

Ao todo, durante esse período, foram realizados 13 encontros com as estudantes. A maior dificuldade em cumprir o cronograma foi a lida com o tempo, pois, às vezes uma tarefa demandava mais de um encontro, enquanto outras tarefas as estudantes já traziam prontas de casa e então podíamos adiantar outras questões. No Quadro 1, está melhor detalhado quais foram as etapas para realização da pesquisa:

Quadro 1 – Etapas das atividades da pesquisa desenvolvida pelas estudantes

Etapas	Atividades
1	Definição do projeto e do cronograma da pesquisa
2	Encontro sobre a utilização do caderno de campo
3	Discussão de textos relacionados a representatividade de mulheres negras na política brasileira
4	Levantamento do perfil das/os candidatas/os e eleitas/os nas eleições municipais de 2020 no município.
5	Organização dos dados em tabelas e gráficos
6	Encontro para discussão dos textos
7	Encontro para elaboração das perguntas e conversa sobre comitê de ética
8	Realização da entrevista com uma candidata às eleições no município no ano de 2020
9	Encontro para organização dos dados levantados na entrevista
10	Levantamento da trajetória de mulheres negras na política brasileira
11	Escrita dos dados obtidos na pesquisa/ Discussão sobre ABNT
12	Apresentação dos resultados à comunidade escolar
13	Participação nas feiras de ciências

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Isto posto, o primeiro encontro realizado, com as estudantes, teve como pauta a definição do objetivo da pesquisa e de suas etapas. Nesse encontro, também foi definido o cronograma de atividades. Antes disso foi necessário dialogar com as estudantes sobre o que vem a ser uma pesquisa científica. Desse modo, foi solicitada a leitura dos capítulos: *Formulando o problema de pesquisa* e *Construindo o projeto de pesquisa* do livro de Goldenberg (2004).

O projeto de pesquisa, realizado pelas estudantes, procurava responder às seguintes perguntas: como está a representação política no município a partir das eleições de 2020? Houve candidatas negras? Quantas? Foram eleitas?

A pesquisa tinha como objetivo, traçar o perfil das candidaturas e das pessoas eleitas nas eleições municipais de 2020 no município. Por objetivos específicos: pesquisar os conceitos de raça e gênero no campo da sociologia; delinear o perfil das pessoas candidatas e eleitas nas eleições de 2020 no município; pesquisar a história de mulheres negras na política brasileira e; apresentar os dados coletados para toda a comunidade escolar.

No encontro seguinte, foi orientado que as estudantes confeccionassem os diários de campo, que serviriam como forma de narrar as experiências desenvolvidas na pesquisa. Esses diários serviram também como instrumento de coleta de dados deste trabalho de dissertação. Também foi solicitada a leitura do texto *O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural* de Lima (2002, p. 143).

Neste momento, paralelo às atividades realizadas na pesquisa, toda a turma do terceiro ano já estava em discussão sobre o tema da representatividade de mulheres na política. Nesse período, foi utilizado em sala de aula o livro *A Radical imaginação política das mulheres negras brasileiras* (LOURENÇO; FRANCO, 2021), bem como, a discussão do capítulo *Raça, etnia e multiculturalismo* do livro didático (SILVA, 2016, p.108). No Quadro 2 estão detalhadas todas as referências utilizadas para a realização da pesquisa:

Quadro 2 – Referências trabalhadas com as estudantes

TEXTOS
Capítulo de livro: LIMA, Helton Souto. In. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, p. 143-149, 2002.
Capítulo de livro: GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
Livro didático: SILVA, Afrânio et al. Sociologia em movimento. São Paulo: Moderna, 2016.
Livro: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. A Radical imaginação política das mulheres negras brasileiras. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
Livro: DEVULSKY, Alessandra. Colorismo. 2 ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).
Artigo: RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Revista Internacional de Direitos Humanos - SUR 24, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A leitura do livro de Lourenço e Franco (2021) foi utilizada também como referência para as estudantes fazerem o levantamento das trajetórias de mulheres negras na política brasileira. Ao todo, foram identificados os nomes de Almerinda Farias Gama, Antonieta de Barros, Áurea Carolina, Benedita da Silva, Carolina Iara, Érica Malunguinho, Ideli Salvatti, Jurema Batista, Laélia de Alcântara, Leci Brandão, Maria Brandão dos Reis, Maria de Lourdes Vale Nascimento, Maria José Camargo Aragão, Marielle Franco, Regina Sousa, Rejane de Almeida, Sofia de Campos Teixeira, Talíria Petrone, Theodosina Ribeiro e Vilma Reis.

Como instrumento de coleta de dados as estudantes realizaram o levantamento do perfil das pessoas que se candidataram e das que foram eleitas no município nas eleições municipais de 2020 para o cargo de vereadoras/es e prefeita/o, utilizando duas variáveis, sexo e cor/raça. Os dados foram coletados no banco de dados do *site* do TSE[43]. Posteriormente, estes dados foram tabulados com a ajuda de um programa próprio para a produção de planilhas. Foram necessários alguns encontros para que os dados fossem organizados corretamente em tabelas e gráficos.

A partir da leitura dos dados obtidos, as estudantes sentiram a necessidade de levantar uma discussão sobre colorismo e identidade, pois, ao serem confrontadas com as autodeclarações de cor/raça das pessoas candidatas, elas passaram a julgar o que estava expresso nos dados e a discordar, entendendo, portanto, que os dados não estavam de acordo com a realidade. A partir deste momento, foi proposta a discussão de textos que abordassem a temática do colorismo e da autodeclaração. Foram utilizados o livro de Devulsky (2021) e o artigo de Ribeiro (2016).

Após a conclusão do levantamento e as discussões sobre o colorismo e a autodeclaração, com o objetivo de identificar como se deu a sua participação na política local, as estudantes entrevistaram a única mulher candidata à prefeitura e que se autodeclarou como preta nas eleições do município no ano de 2020.

Antes da entrevista foi realizado um encontro com o intuito de discutir o papel do comitê de ética, assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e elaborar as perguntas da entrevista semiestruturada. As perguntas elaboradas traziam a inquietação levantada pelas estudantes durante a análise dos dados, ou seja, a discussão sobre o colorismo e a autodeclaração das pessoas candidatas. A entrevista ocorreu na casa da entrevistada, na própria cidade, após agendamento prévio.

---

[43] Portal de dados abertos do TSE. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2020-subtemas. Acesso em: 09 jan. 2023

No entanto, ao dirigirmos a primeira pergunta à entrevistada, já com o gravador ligado, a mesma não conseguiu responder de imediato. Essa pergunta questionava a entrevistada sobre como é atuar, enquanto mulher negra, na política local. Nesse momento, ela nos informa que a pegamos de surpresa e a partir daí demoramos alguns minutos para retomarmos a entrevista. Uma de suas filhas, que estava presente no momento, nos traz uma orientação: a entrevista seria mais produtiva se a candidata pudesse falar livremente sobre a sua trajetória na política, pois, dessa forma ela ficaria mais à vontade para responder as perguntas.

Depois de nos recompormos, tomarmos um café, ela disse que estava preparada, contanto que a deixássemos com mais espaço para falar. Dessa forma, seguimos com a entrevista. Deixamos apenas duas perguntas para toda a discussão, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Roteiro elaborado para a entrevista semiestruturada

ROTEIRO DA ENTREVISTA
1 - Como se deu a sua trajetória na política?
2 - A partir desta trajetória, como você avalia a sua atuação na política sendo uma pessoa que se autodeclara como mulher negra?

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Como forma de divulgação dos resultados da pesquisa, foi realizado um encontro de apresentação na escola e submetido em duas feiras de ciências. A Feira de Municípios e Mostra de Iniciação Científica da Bahia (FEMMIC)[44], ocorrida em outubro de 2021; e a Feira de Ciências da Bahia (FECIBA)[45], realizada em dezembro do mesmo ano. Os dois eventos foram realizados de forma *online*. O projeto chegou às etapas finais das duas feiras. Na FECIBA, em especial, ganhou o segundo lugar na categoria pesquisa em andamento na área de Ciências Humanas em toda a Bahia.

2.4 **Elaboração da estratégia educativa:** o jogo didático

O jogo didático *Representatividade na Política* foi elaborado seguindo as etapas de produção de jogos conforme apresentado por Vasconcellos, Carvalho e Araújo (2018, p.119). As etapas são[46]: (1) objetivo e tema; (2) pesquisa; (3) *gameplay*; (4) ambientação, regras e

[44] Feira de Municípios e Mostra de Iniciação Científica da Bahia (FEMMIC). Disponível em: https://doity.com.br/femmic. Acesso em: 09 jan. 2023.
[45] Feira de Ciências da Bahia (FECIBA). Disponível em: http://escolas.educacao.ba.gov.br/feciba1. Acesso em: 09 jan. 2023.
[46] A discussão teórica destas etapas está melhor descrita no *Apêndice: Produto Educacional* desta pesquisa.

arte; (5) implantação; (6) teste. E para melhor explicar como o jogo foi construído será detalhado a partir dessas etapas.

(1) Objetivo e tema: Desde o processo de elaboração desse projeto de pesquisa, já era sabido que o tema do jogo didático seria a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira. No entanto, como forma de delimitar como esse tema apareceria no jogo didático, pensou-se em um jogo que tivesse como objetivo conseguir votos na comissão parlamentar da câmara dos deputados para aprovação de um determinado PL.

O jogo didático *Representatividade na Política* é um jogo de cartas e de tabuleiro, em que as jogadoras interpretam um grupo de Deputadas em uma Comissão Parlamentar e precisam negociar com diversos grupos da sociedade: empresas, organizações internacionais, profissionais da área, pesquisadoras/es e movimentos sociais. O objetivo é trabalhar em cooperação para aprovar o maior número de PL voltados para o combate ao racismo na sociedade brasileira, em um determinado limite de audiências públicas (rodadas).

(2) Pesquisa: Para o levantamento das informações, que embora não necessariamente apareçam de maneira explícita no jogo didático, mas é necessário para seu processo de criação, se deu após uma busca exaustiva de vídeos, sites, podcasts, artigos sobre o funcionamento das comissões parlamentares, do processo de aprovação dos Projetos de Lei, de como atua a sociedade civil nesses espaços e suas relações com as parlamentares para aprovação desses projetos.

Aqui também, cabe destacar toda a discussão teórica para a elaboração desta dissertação, bem como o processo de desenvolvimento de pesquisa realizada com as estudantes. Esse processo, portanto, demanda tanto conhecimentos já pré-adquiridos, quanto em pesquisas mais específicas realizadas ao longo da construção do jogo didático.

Outra questão, diz respeito à diferença de fazer uma pesquisa para jogos didáticos, pois os conhecimentos levantados dizem respeito, também, a teorias específicas correspondentes a determinada área que se pretende discutir. Nesse caso específico as teorias foram pautadas na área das relações étnico-raciais, marcadores sociais da diferença, representatividade, entre outros.

Cabe destacar algumas referências científicas que foram fundamentais no processo de criação do jogo didático, cada um deles atendendo uma determinado foco específico mas que auxiliou no processo de criação: Vasconcellos, Carvalho e Araújo (2018) com a temática da criação de jogos; Bezerra e Brito (2022) com a discussão da correlação de forças para aprovação da MP 746/2016, da Reforma do Ensino Médio, que auxiliou na compreensão do

funcionamento da Comissão Parlamentar na Câmara dos Deputados e; Lourenço e Franco (2021) a respeito da discussão da representatividade de mulheres negras na política.

(3) *Gameplay*: Essa etapa refere-se ao processo de como se dará a experiência do jogo. A recomendação para essa etapa é que outros jogos e suas regras sejam exaustivamente pesquisados e testados para uma melhor adequação do que se pretende criar. Nesse caso, portanto, foi realizado um levantamento de jogos dos mais diversos[47]. Essa etapa também pode aproveitar o conhecimento de outros jogos e de outros momentos da vida da pessoa que está criando.

Aqui, foram realizados testes dos mais diversos até que se decidiu que seria produzido um jogo que utilize cartas e tabuleiro e seja capaz de representar as comissões parlamentares da câmara dos deputados. Como inspiração para a construção desse jogo, também foram testados jogos cooperativos. Dois deles merecem destaque: os jogos Célula Adentro[48] e Semeando o Cuidado[49], ambos elaborados pela equipe de desenvolvedores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

(4) Ambientação, regra e arte: Após definir as etapas anteriores, chega o momento de tentar materializar o jogo didático. No primeiro momento foi criado um protótipo utilizando-se simplesmente de pedaços de folha de papel e caneta. Depois de mais elaborado e com algumas ideias mais definidas, foi utilizada uma ferramenta gratuita de *design* gráfico o*nline* para o desenho de partes do jogo[50].

As partes criadas para compor o jogo didático foram: 2 tabuleiros: Comissão Parlamentar e Painel de Votação; 26 parlamentares: 4 parlamentares indígenas, 4 parlamentares negras, 5 parlamentares brancas, 5 parlamentares negros e 8 parlamentares brancos; 28 cartas *a favor* e *contra*; 2 cartas *aprovado* e *reprovado*; 6 cartas com a quantidade de audiências públicas; 12 cartas de negociação *empresas*; 12 cartas de negociação *organizações internacionais*; 12 cartas de negociação *movimentos sociais*; 12 cartas de negociação *pesquisadoras/es*; 12 cartas de negociação *profissionais da área* e 4 Projetos de Lei (PL).

Cabe destacar que criar as regras de um jogo é um processo difícil, que envolve principalmente uma equipe de testes, mas também vários cálculos matemáticos, de tempo e de probabilidade. Dessa forma, nessa etapa, pode-se também utilizar regras de outros jogos para

---

[47] O levantamento de alguns desses jogos, feito ao longo da pesquisa, está listado no *Apêndice: Produto Educacional*.
[48] Jogo *Célula Adentro*. Disponível em: http://celulaadentro.ioc.fiocruz.br/. Acesso em: 09 jan. 2023.
[49] Jogo *Semeando o Cuidado*. Disponível em: https://educare.fiocruz.br/resource/show?id=wmQwTeS1. Acesso em 09 jan. 2023.
[50] Aplicativo Canva. Disponível em: https://www.canva.com/. Acesso em: 09 jan. 2023.

adaptação no jogo didático que se pretende criar. As regras do jogo que surgem como produto deste trabalho são melhores descritas no apêndice que apresenta o produto educacional desta pesquisa.

(5) Implantação: Feito todo o processo anterior, surge o momento de *dar vida* ao jogo. O que antes eram partes desenvolvidas de forma separada, agora se juntam todas para a construção do jogo didático. Nessa fase, foram necessários diversos ajustes nas regras, nas cartas, na ambientação, como um processo de idas e vindas até o jogo ficar minimamente pronto.

(6) Teste: Essa etapa de teste será realizada junto a um grupo de pesquisa dedicado ao estudo da produção e utilização de jogos didáticos nas licenciaturas. Até o momento da escrita desta pesquisa, o jogo ainda não foi testado em sala de aula, com as estudantes. Mas a ideia é que ele seja melhorado para uma melhor divulgação. A fase de testes ocorre em várias etapas de construção do jogo didático, de forma exaustiva durante e também após a criação para identificar se o jogo precisa de adaptações e melhorias.

2.5 Análise dos dados

A abordagem qualitativa possui diversos benefícios nas pesquisas no campo da educação, entre eles, cabe destacar a transformação de temas complexos passíveis de serem pesquisados, a compreensão das mais diversas experiências existentes na pesquisa e a relação do contexto com o indivíduo no processo de análise desses temas (ANDRÉ, 1983, p.66).

No entanto, segundo André, a análise da pesquisa qualitativa:

> [...] envolve uma série de dificuldades e problemas porque [...] O pesquisador, via de regra, fica sobrecarregado nos diferentes estágios de estudo, seja pela variedade de aspectos do fenômeno a serem observados, pelo volume de anotações feitas, pelo tempo necessário ao registro ou transcrição das observações e pela dificuldade de codificar e interpretar os dados e apresentar os resultados (ANDRÉ, 1983, p. 66).

A análise dos dados se torna importante à pesquisadora para que, diante de um grande volume de dados adquiridos durante a pesquisa, possa, por meio de uma técnica, desenvolver uma redução desse volume a um conjunto de categorias passíveis de serem examinados e as informações por ele adquiridas possam ser fragmentadas a conteúdos que possam ser analisados (ANDRÉ, 1983).

Desse modo, importante destacar que as estudantes ao desenvolverem a pesquisa também ajudaram no processo de análise dos dados. Desenvolvido, portanto, paralelamente

com as estudantes a coleta de dados e análise. O que André destaca "[...] a análise está presente nos diferentes estágios da investigação" (ANDRÉ, 1983, p. 69).

Para análise do processo da pesquisa, foi utilizada a análise de prosa de André (1983, p.67). A autora escreveu sobre a importância do desenvolvimento de uma técnica capaz de reduzir um grande volume de materiais coletados, a um conjunto de categorias possíveis de serem analisadas.

> Análise de prosa é aqui considerada uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos. É um meio de levantar questões sobre o conteúdo de um determinado material: O que é que este diz? O que significa? Quais suas mensagens? E isso incluiria naturalmente, mensagens intencionais e não intencionais, explícitas ou implícitas, verbais ou não verbais, alternativas ou contraditórias. O material nesse caso pode ser tanto o registro de observações e entrevistas quanto outros materiais coletados durante o trabalho de campo como documentos, fotos, um quadro, um filme, expressões faciais, mímicas e etc. (ANDRÉ, 1983, p. 67).

A princípio foi necessário elaborar temas de análise que dessem conta de apreender de forma sistemática os assuntos mais significativos para as estudantes durante a pesquisa e que conseguisse compreender toda a complexidade do seu desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, foi observado, ainda durante a realização da pesquisa, pelo uso do caderno de campo das estudantes e da pesquisadora, quais assuntos mais se destacaram. Dessa forma, foi possível comparar, por meio dos resultados obtidos nos dados, uma visão mais ampliada dos temas propostos para análise. Desse modo, durante o levantamento dos dados do perfil das pessoas que se candidataram no município os temas *candidaturas laranjas*, *colorismo*, *autodeclaração da cor/raça* tiveram um maior destaque. Com a realização e com os dados da entrevista os temas *representatividade* e *identidade* tiveram maior destaque.

3 “ALÉM DA MINHA MÃE, HÁ OUTRAS MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA AQUI DO MUNICÍPIO?” O QUE OS DADOS REVELAM[51]

A sub-representatividade de mulheres negras e indígenas na política institucional é um problema histórico na sociedade brasileira. Não é preciso fazer muito esforço para perceber que esses espaços são compostos, em sua ampla maioria, por homens, brancos, mais velhos e de classe média alta. Isto posto, ao expor esse assunto em sala de aula houve uma identificação das estudantes pela temática, ocasionada também, pelo cenário político das eleições municipais de 2020. Esse interesse, por sua vez, ocasionou na realização de uma pesquisa para discutir sobre o tema em questão.

Ao fazer essa contextualização inicial, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de pesquisa desenvolvido pelas estudantes. No primeiro momento, são apresentados os dados das eleições municipais de 2020 a partir das variáveis sexo e raça, da análise do diário de campo elaborado por elas, como também, os dados da entrevista de uma candidata a prefeita no município. Logo depois, relacionando com a temática da identidade e da representatividade é discutido como que a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira, e em todos os espaços sociais, importam, contextualizando também, como ela atua de forma prática no combate ao racismo.

3.1 Por que mais mulheres negras na política institucional brasileira?

Ao todo, 47 pessoas se candidataram no município para concorrer às eleições de 2020: 4 pessoas para o cargo de prefeita/o, 4 para o cargo de vice-prefeita/o e 39 para o cargo de vereadora/or. Desse total, quando se analisa a variável sexo, são 17 pessoas do sexo feminino (36%) e 30 do sexo masculino (64%).

Conforme Tabela 1, neste mesmo universo de 47 candidaturas, ao analisar a variável cor/raça, tem-se que: (i) do sexo feminino, 2 pessoas se autodeclararam como brancas (4,3%), 13 como pardas (27,7%) e 2 como pretas (4,3%); (ii) do sexo masculino, 2 pessoas se autodeclararam como brancas (4,3%), 27 como pardas (57,4%) e apenas 1 como preta (2,1%). Não houve autodeclarações de pessoas indígenas ou amarelas[52].

[51] Inquietação da estudante, que participou deste trabalho, que resultou na pergunta de pesquisa desenvolvida por elas.

[52] O TSE utiliza a mesma classificação para cor/raça utilizada pelo IBGE: branca, preta, parda, amarela e indígena.

Tabela 1 – Pessoas candidatas às eleições de 2020 no município: sexo e cor/raça.

SEXO	COR/RAÇA	TOTAL	%
Feminino		**17**	**36%**
	Branca	2	4,3%
	Parda	13	27,7%
	Preta	2	4,3%
Masculino		**30**	**64%**
	Branca	2	4,3%
	Parda	27	57,4%
	Preta	1	2,1%
Total		**47**	

Fonte: Elaborada pela autora com base no banco de dados do TSE, 2023

Para compor os 9 assentos da câmara de vereadores do município[53], foram eleitas 8 pessoas do sexo masculino (89%) e 1 do sexo feminino (11%). A partir da variável cor/raça: (i) a pessoa do sexo feminino, a única mulher eleita, se autodeclarou como parda (11%); (ii) do sexo masculino, 1 pessoa se autodeclarou como branca (11%) e 7 como pardas (78%). Conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Pessoas eleitas nas eleições de 2020 no município: sexo e cor/raça

SEXO	COR/RAÇA	TOTAL	%
Feminino		**1**	**11%**
	Parda		
Masculino		**8**	**89%**
	Branca	1	11,1%
	Parda	7	77,8%
Total		**9**	

Fonte: Elaborada pela autora com base no banco de dados do TSE, 2023.

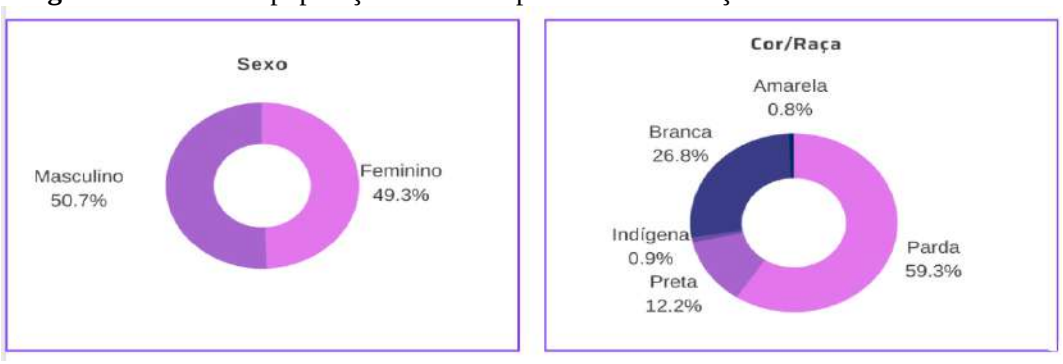
Diante desses dados, pode-se afirmar que as pessoas eleitas para o cargo de vereadora/or no município em questão são, em sua maioria, do sexo masculino e se autodeclaram como pardas, nenhuma delas se declarou como preta.

Analisando esses dados, a partir da representação proporcional de mulheres negras eleitas no município, foi realizado o cálculo de *indicador de proporcionalidade*, que

[53] São apresentados apenas os cargos das vereadoras/es eleitas/os porque houve novas eleições para o cargo de prefeita/o no município em 2021. Nesse caso, disputaram a nova eleição, somente dois candidatos do sexo masculino.

corresponde à porcentagem de mulheres negras eleitas dividida pela porcentagem de mulheres negras que compõem a população[54].

Figura 5 - Dados da população do município: sexo e cor/raça



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Censo IBGE, 2010

Conforme Figura 5, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população do município era composta por 50,7% de pessoas do sexo masculino e 49,3% do sexo feminino. Fazendo o cálculo de representação proporcional das pessoas eleitas no município, citado anteriormente, a partir da variável sexo, as pessoas do sexo feminino estão sub-representadas na câmara legislativa municipal[55].

A partir desses resultados, uma das hipóteses levantadas pelas estudantes a respeito da variação do número de candidatas relacionado com o baixo número de eleitas para a câmara de vereadoras/es do município, pode estar relacionada com as cotas eleitorais de gênero, que estabelecem que ao menos 30% das candidaturas sejam ocupadas por pessoas do sexo feminino. Que nesse caso, para cumprir com essa obrigatoriedade as vagas são ocupadas pelas chamadas *candidaturas laranjas*.

> [...] Hoje o grupo colocou os dados da pesquisa na planilha. Poucas mulheres eleitas aqui na cidade, apenas uma mulher. A gente conversou no grupo que pode ter mulheres laranjas que só colocam o nome lá e ninguém vota nessas pessoas. Tem muita gente ali que [eu] nem sabia tava participando [das eleições] (Trecho diário de campo da estudante Olívia Santana[56]).

---

[54] Esse cálculo foi o mesmo utilizado na nota técnica *Cidade Raças e eleições:* "Uma forma de quantificar a sobrerrepresentação e a sub-representação é por meio de um indicador de proporcionalidade que compara as participações desses grupos na população e entre as candidaturas. Dividindo a porcentagem de indivíduos eleitos de determinado grupo pela porcentagem desse mesmo grupo na população, obtemos um valor que, quando maior que 1, mostra sobrerrepresentação de candidatos/as daquele grupo, quando menor que 1, revela uma sub-representação." (RAMOS et al., 2021, p.14).

[55] O cálculo realizado foi: a divisão da porcentagem de mulheres eleitas (11%) pela porcentagem de mulheres que compõem a população do município (49,3%). O resultado do cálculo (11/49,3) é igual a 0,22.

[56] Os nomes das estudantes foram substituídos por nomes de políticas brasileiras como forma de preservar a suas identidades. As falas retiradas do diário de campo das estudantes não têm nenhuma ligação com os nomes das mulheres escolhidas.

A referida política de cotas eleitorais de gênero refere-se a lei n° 12.034 de 2009[57], que estabelece em seu Artigo 3°, § 3° que os partidos ou coligações, dos cargos destinadas às deputadas e vereadoras (cargos de representação proporcional), *preencherá* o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Dessa forma, essa política se caracteriza por meio de uma legislação nacional compulsória, que se aplica às candidaturas. Se configurando, portanto, por um percentual mínimo e máximo de reserva de vagas para os sexos masculino e feminino (ARAUJO, 2001).

Uma lei anterior a esta, de 1995[58], estabelecia que 20% do número de vagas deveriam ser ocupadas por candidaturas femininas. Em 1997[59], esse número aumenta para no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas preenchidas por ambos os sexos (ARAUJO, 2001). No entanto, havia uma interpretação na legislação em que os partidos políticos não eram obrigados a preencher as vagas em sua totalidade, alegando, por exemplo, que não se tinham mulheres para compor essas vagas "[...] A lei possibilita aos partidos não completar as candidaturas, desde que respeite o limite máximo de 70% para o sexo majoritário" (ALVES, CAVENAGHI; ALCÂNTARA, 2007, p. 196).

No entanto, essa obrigatoriedade só aconteceu em 2009, após uma reformulação no texto da legislação, com a substituição do termo *deverá reservar* para *preencherá*. Fazendo com que não se tenham dúvidas que as candidaturas de mulheres fossem obrigatórias a partir das próximas eleições (BOLOGNESI, 2012).

Desde a implementação dessas leis, alguns estudos vêm se debruçando em analisar como se deu a evolução da política de cotas de gênero ao longo desses anos (ALVES; CAVENAGHI; ALCÂNTARA, 2007; ARAUJO 2001; BOLOGNESI, 2012; PEIXOTO, MARQUES, RIBEIRO, 2022).

De modo geral, esses estudos apontam não haver dúvidas quanto a importância dessa legislação, porém a sua aplicação sozinha não se apresenta como suficiente para a inserção de mais mulheres nos espaços da política. Uma das alegações como forma de uma melhor

---

[57] Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. *Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.034%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%202009.&text=Altera%20as%20Leis%20nos,julho%20de%201965%20%2D%20C%C3%B3digo%20Eleitoral. Acesso em: 09 jan. 2023.

[58] Lei n° 9.100, de 29 de setembro de 1995. *Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

[59] Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. *Estabelece normas para as eleições.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

efetivação dessa política diz respeito ao financiamento de campanha, conforme aconteceu a partir das eleições de 2018[60]. Em que os partidos políticos passaram a reservar 30% do fundo eleitoral para financiar as campanhas das candidaturas femininas.

Cabe destacar, que essa problemática se estende também a diversos outros países, principalmente na América Latina. Dentre esse levantamento, os estudos destacam sobretudo, dois tipos de cotas paras as mulheres nas candidaturas: (i) as aplicadas pela legislação, com cotas mínimas por sexo ou de paridade; (ii) as adotadas por iniciativa voluntária dos partidos políticos. (ARAUJO, 2001; ALVES; CAVENAGHI; ALCÂNTARA, 2007). Há também, as cotas de gênero nas eleições que se aplicam diretamente nas vagas para as eleitas com reserva mínima ou de paridade: as cotas como iniciativas dos próprios partidos políticos e as cotas como legislação nacional com reserva direta nos assentos parlamentares (ARAUJO, 2001).

Os fatores para a não entrada das mulheres na política são diversos, entre os quais cabe destacar a divisão sexual do trabalho, a exclusão histórica dessas mulheres na política, e a violência política, um tema que vem ganhando destaque nas pesquisas. "[...] há que se considerar as características da competição eleitoral no que diz respeito ao seu aspecto econômico, particularmente a ausência de financiamento público e democrático das campanhas." (ARAUJO, 2001, p. 245).

Conforme discutido por Rios, Pereira e Rangel (2017, p. 42-3), são elencados alguns dos obstáculos que ajudam a compreender a sub-representatividade de mulheres negras na política: (i) barreiras dentro dos partidos políticos para se lançar enquanto candidatas; (ii) falta de acesso a recursos econômicos e, em alguns casos, falta de capital social que ajuda na rede de contatos e; (iii) em especial a partir da realidade de mulheres negras e indígenas a dupla jornada, a violência política.

As estudantes trouxeram um questionamento se existe algum preconceito na hora de votar em mulheres negras:

> [...] será que existe algum preconceito da população na hora de votar em mulheres negras? Talvez as pessoas não votem em mulheres" (Trecho diário de campo estudante Olívia Santana).

Tomando esse questionamento, acredita-se que a análise individual do voto está relacionada a uma combinação de fatores que envolve desde questões que podem ser mensuradas como campanha eleitoral e ideologia partidária, até mesmo, por questões que

[60] Notícia retirada do site do TSE *Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020*. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020. Acesso em: 09 jan. 2020.

envolvem gostos e particularidades das pessoas em um determinado contexto histórico, econômico, cultural e político. Não se tratando, portanto, do objetivo inicial desta análise, que perpassa por compreender as questões estruturais que envolvem a sub-representação de mulheres negras na política institucional.

Feito essa contextualização, acredita-se que um outro fator que torna a política eleitoral de gênero como não eficiente refere-se ao mau uso da política de cotas ao preencher essas vagas com as popularmente chamadas *candidaturas laranjas.* Segundo Wylie, Santos e Marcelino (2019, p.7), ao analisar esses tipos de candidaturas no Brasil, o termo *candidaturas laranjas* é utilizado como intermediário em negócios fraudulentos, fictícios ou de fachada, e se estende, também, às candidaturas fraudulentas.

Os autores, ainda, afirmam que esse fenômeno não é novo, mas tem aumentado muito e principalmente por candidaturas de mulheres, em que os partidos burlam a legislação como forma de escapar das punições, pelo não cumprimento dos 30%, presente na legislação de 2009 (WYLIE; SANTOS; MARCELINO, 2019, p. 7).

A partir de um estudo aprofundado, eles categorizam as *candidaturas laranjas* no Brasil em quatro tipos: (i) as laranjas de licença (*on leave*), por lei as/os funcionárias/os públicas podem tirar licença remunerada de dois meses para concorrer às eleições, elas se afastam, recebem a licença e não concorrem; (ii) laranjas não consensuais (*non-consensual*) as candidatas que nem sabem que estão participando da campanha eleitoral, as vezes os partidos pegam os dados em redes sociais e elas só ficam sabendo depois; (iii) laranjas ingênuas (*naive laranja*), as candidatas que concorrem ativamente mas não possuem chance de vitória e (iv) laranjas estratégicas (*strategic laranja*), candidatas que aceitam dar o seu nome ao partido como forma de completar a cota de gênero e não participam ativamente do processo eleitoral (WYLIE; SANTOS; MARCELINO, 2019).

Tabela 3 – Pessoas candidatas para o cargo de vereadora/or no município

ANO	Qtd. MASCULINO	Qtd. FEMININO	TOTAL	% MASCULINO	% FEMININO
2004	23	6	29	79,31	20,69
2008	23	6	29	79,31	20,69
2012	24	11	35	68,5	31,43
2016	21	9	30	70	30
2020	25	14	39	64,1	35,9

Fonte: Elaborada pela autora com base no banco de dados do TSE, 2023.

A título de comparação, a Tabela 3 apresenta os dados das últimas eleições no município apenas para o cargo de vereadora/or. Cabe destacar que os dados de 2008 e 2012 permitem analisar as eleições antes e depois da mudança das cotas de gênero em 2009.

Nas eleições de 2008 e 2004 o número de mulheres candidatas era muito menor que o permitido por lei, 25% na época. Nas eleições de 2012 e 2016, ocorreu uma mudança nesses números de quase exatos 30%, exatamente a mesma porcentagem permitida por lei.

No ano de 2020, portanto, ocorre um aumento nas candidaturas um pouco mais significativo, observa-se um crescente aumento de mulheres candidatas nas eleições municipais, talvez ocasionado pela mudança do financiamento das campanhas das candidaturas femininas.

Após essa discussão, ao analisar a entrevista com uma candidata a prefeita no município, cabe destacar os seguintes pontos sobre a sua candidatura:

> "A decisão de ser prefeita em cima da hora. A minha trajetória na política é o seguinte... é curto, é um período curto. [...] Como eu falei no início, eu sai do município e tive que trabalhar fora, então a pouco anos eu voltei e a gente busca o desenvolvimento dentro da cidade porque, você vê o desenvolvimento lá fora e você vê o município não tanto desenvolvido como deveria. E aí você fala: como eu vou ajudar? Como vou fazer? E as vezes você sai na rua e as pessoas te perguntam, porque você não sai como candidata? Só que tem muito no município, é as pessoas falarem assim: *seja candidata a vereador*. Isso foi um dos motivos também que eu pudesse estar colocando o meu nome para concorrer [como prefeita], *não foi só o fato ganhar ou fazer*, mas também abrir uma margem para que as pessoas possam olhar e fazer assim: eu posso" (Trecho fala da entrevistada, grifo nosso).

> "Incentivar durante a campanha que sobre a importância de outras mulheres na política, agora mesmo, teve a política, a segunda né, [ela se refere as eleições municipais que ocorreram em 2021] e só teve dois homens. E eu gostaria de que mulheres tivessem ido sim. Viu, e mudou. A história de ser mulher, muda muito". (Trecho fala da entrevistada, grifo nosso).

Porém, quando se analisa o número de mulheres eleitas para o cargo de vereadora no município ao longo desses anos, os dados continuam muito baixos e com pouca variação ao longo dos anos, apenas em 2008 que foram eleitas duas mulheres ao cargo legislativo.

Tabela 4 – Mulheres eleitas para o cargo de vereadora no município

ANO	ELEITAS	COR/RAÇA
2004	1	não informado
2008	2	não informado
2012	1	não informado
2016	1	Parda
2020	1	Parda

Fonte: Elaborada pela autora com base no banco de dados do TSE, 2023

Os anos de 2004 a 2012 não tem informação sobre a cor/raça das candidatas, visto que esse campo é uma mudança recente. Apenas a partir das eleições de 2014 que esses dados passaram a ser informados nas candidaturas do TSE[61]. Ainda segundo os dados, as cinco últimas pessoas que obtiveram zero votos nas eleições municipais de 2020 para o cargo de vereadora eram do sexo feminino.

Até o momento, ainda não se tem uma política de cotas eleitorais de raça/etnia. Porém, em 2020, há avanço no quesito da distribuição do fundo partidário solicitado pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) em que ela submeteu uma consulta pública TSE [62]. Ao levar a proposta, o item (i) foi aprovado. Na consulta, a deputada solicitou:

> (i) garantir às candidatas negras percentual dos recursos financeiros e do tempo em rádio e TV destinados às candidaturas femininas no montante de 50%, dada a distribuição demográfica brasileira; (ii) institui reserva de 30% das candidaturas de cada partido a pessoas negras, nos termos da cota de gênero prevista na Lei nº 9.504/1997; (iii) determinar o custeio proporcional das campanhas dos candidatos negros, destinando-se a estes no mínimo 30% do total do FEFC e; (iv) assegurar tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão proporcional às candidaturas de pessoas negras, respeitando-se o mínimo de 30%.

Nos demais itens foi alegado que cabe uma decisão do setor legislativo para se pensar em políticas de cotas raciais e de gênero no país. Nesse sentido, o mais recente é o PL n. 4041/2020 da mesma deputada que solicita alteração na lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições) e n. 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos).

Essa proposta foi inspirada na distribuição de verbas proporcionais para as campanhas de mulheres, aprovada em 2018. Nesse sentido, o movimento negro questiona esse acesso a recursos nas candidaturas de pessoas negras, porém, em termos de legislação, as candidaturas de pessoas negras não possuem um número estabelecido. Esse é ainda um ponto complexo, e pode fazer com que os partidos reduzam o número de candidaturas negras para não ter problema de distribuição de verbas (PEIXOTO, MARQUES, RIBEIRO, 2022; CAMPOS; MACHADO, 2020).

Ao analisar a fala da entrevistada, ela comenta mesmo que de forma indireta as dificuldades encontradas sobre o financiamento de campanha:

---

[61] Resolução nº 23.405 do TSE solicita cor ou raça de todas/os candidatas/os a partir das eleições de 2014. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/normas-e-decisoes/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.405. Acesso em: 09 jan. 2023.

[62] *Consulta (11551) nº 0600306-47.2019.6.00.0000 (Pje) - Brasília -Distrito Federal.* Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/tse-consulta-060306-47-voto-ministro-edson-fachin-30-06-2020/@@download/file/Declarac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Voto%20-%20CTA%200600306-47.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

> "[...]o crescimento de uma cidade as pessoas acham que só quem tem dinheiro já ganhou, ou quem tem um poder sobre a cidade pode concorrer. Só que não é verdade. Então, tanto que quando eu coloquei o nome e foram quatro candidatos nessa época, justamente por, fomos o que dá pra ir. Dá para sair mais candidatos dentro um município, que isso assustou bastante a comunidade aqui, é que aqui só saiam dois candidatos. Uma outra coisa aqui, só saia também quem tinha um poder, né. Mas não, é para que também você faça a diferença e deixa um exemplo para todos. Você pode! Você pode sim! Então, em cima da política foi que eu decidi colocar o nome para sair como candidata a prefeita [nome do município], porque até então eu ia sair como candidata a vereadora ou talvez como nada" (Trecho fala da entrevistada).

> "Eu percebi que quando eles [os outros dois candidatos a prefeito] marcavam as carreatas, era dia um, dia o outro. Eu bati o pé, porque se não ficava de fora. Mas eu fiz a maior parte da minha campanha de porta em porta. E eu sei, na ponta dos dedos quem votou em mim aqui na cidade" (Trecho entrevistada).

Segundo o censo do IBGE, de 2010, a população do município era composta por 88,8% de pessoas negras, a soma de pardos e pretos. Voltando essa discussão para os dados das eleições do município, ao analisar o indicador de proporcionalidade realizada a partir da variável cor/raça, quando se analisa as pessoas negras no município, estas pessoas estão sub-representadas na população geral.[63] A partir desse censo não foram encontrados os dados de mulheres negras no município, não conseguindo, nesse caso, fazer o mesmo cálculo com o cruzamento das variáveis sexo e cor/raça.

Ao analisarem os dados, um fator que chamou a atenção das estudantes foi a quantidade de pessoas que se autodeclararam como pardas no município. A partir deste levantamento, a discussão da pesquisa ganhou outro rumo. Neste momento as estudantes sentiram a necessidade de levantar uma discussão sobre colorismo e identidade pois, ao serem confrontadas com as autodeclarações de cor/raça das/os candidatas/os, passaram a julgar o que estava expresso nos dados e a discordar, entendendo que os dados não estavam de acordo com a realidade.

Devido à extensão do município e à quantidade de habitantes, a maior parte das pessoas candidatas eram conhecidas das estudantes, logo, a comparação entre a autodeclaração e a imagem que cada uma tinha das pessoas gerou questionamentos:

> Como pode tanta gente ter se declarado parda? Muitas pessoas brancas se declaram pretas. E pardo é a cor do papel? (Trecho diário de campo estudante Olívia Santana).

> [...] meio chocada com as autodeclarações. Por exemplo: pessoas visivelmente 'negras' se declarando como 'pardas' (Trecho diário de campo estudante Vilma Reis).

---

[63] O cálculo realizado foi: a divisão da porcentagem de pessoas negras eleitas (71,5%) pela porcentagem de pessoas negras que compõem a população do município (88,8%). O resultado do cálculo (71,5/88,8) é igual a 0,80.

Isto posto, foi realizado alguns questionamentos com as estudantes a respeito dessa discussão: de onde vem a compreensão de pretos e pardos? A mesma categoria que o IBGE utiliza deve ser a mesma para se referir a população negra? O que se faz com o termo pardo? E o colorismo nesse contexto?

Conforme assinalado por Campos (2013, p. 84), um marco para os estudos das categorias de cor/raça no país se deu a partir de 1970 com os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva ao utilizarem os dados do IBGE em suas pesquisas. A partir dos marcadores *de brancos* e *não brancos*, eles conseguiram mensurar as desigualdades de classe de oportunidades da população brasileira a partir de uma coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista. A parcela de *não brancos* estudada por eles se refere a uma população de pessoas pardas, até então não discutidas por outros intelectuais da época.

Ainda segundo o autor depois do estudo desses intelectuais que pretos e pardos passam a ser analisados em uma única categoria gera, então, um amplo debate dentro do movimento negro. “Esses estudos sobre mobilidade social serviram para atestar estatisticamente os obstáculos que se interpõem à ascensão social dos autodeclarados “pardos” e pretos”” (CAMPOS, 2013, p.84, aspas do autor).

> Para alguns militantes negros, esses dados provam que o brasileiro que se declara “pardo” é visto pelos outros como “negro” e, por isso mesmo, é uma vítima do racismo. Portanto, haveria no Brasil uma vergonha de ser negro que impediria as pessoas que assim são percebidas de se enxergarem como tal. E é justamente por isso que as discriminações raciais tenderiam a ser identificadas pelas suas vítimas como expressões de elitismo ou preconceito social, e não racial (CAMPOS, 2013, p. 85).

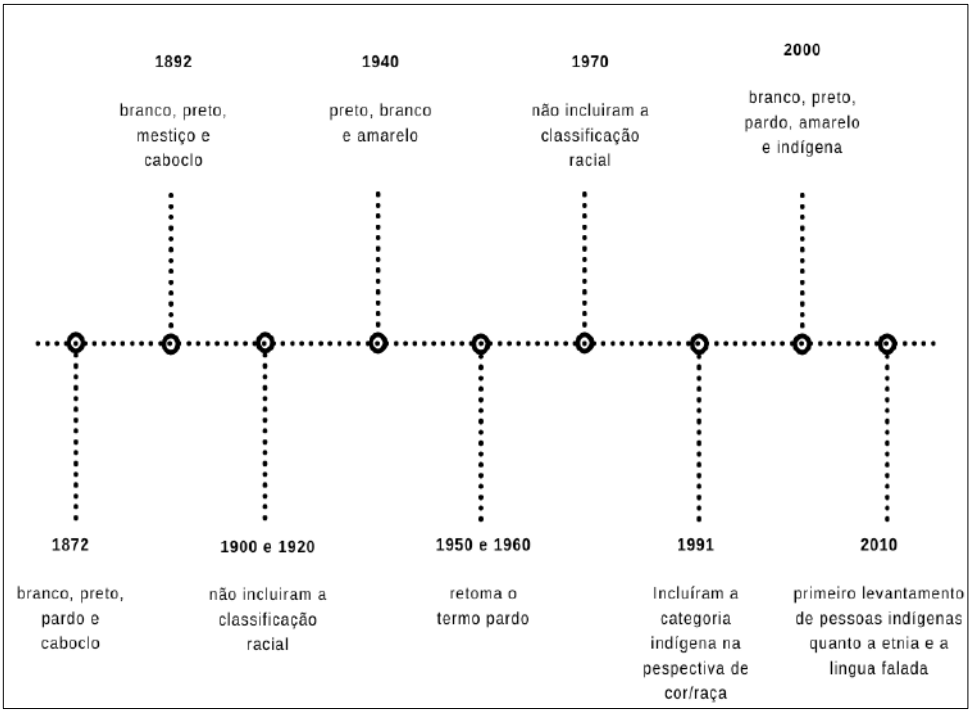
A ideia da criação de um critério pré-estabelecido de raça era justamente para permitir e conjugar um grupo maior, que são as pessoas negras no Brasil, e permitir uma heterogeneidade da população. Esta mesma ideia, quando aplicada ao IBGE, serve para englobar dentro do que é ser negro as pessoas que têm algum grau de miscigenação. Ela é utilizada para criar um conglomerado que abriga o que é o grupo negro no Brasil (CARNEIRO, 2004).

Em outras palavras, dizer que são negras as mesmas pessoas que têm a pele de cor parda e as pessoas de cor preta não significa dizer que essas pessoas têm vivências absolutamente idênticas. O que vai determinar que elas sejam lidas como do mesmo grupo mais diretamente e marcante é o lugar que esses grupos ocupam dentro da estrutura social e racial da sociedade brasileira. O lugar social que pretos e pardos ocupam é extremamente

parecido, principalmente quando colocado em comparação os ocupados por pessoas brancas e por outros grupos raciais como os indígenas.

Na classificação do IBGE, conforme apresentado na Figura 6, é apresentado como ficou historicamente a categoria pardo ao longo das coletas de dados no país.

Figura 6 - Classificação histórica da categoria cor/raça utilizada pelo IBGE



Fonte: Elaborada pela autora com base em Osório (2003).

Institucionalmente falando, o IBGE diz que as pessoas negras são a soma das pessoas pretas e pardas, mas essa questão se apresenta como mais complexa e mais profunda e está relacionada com três características impostas pelo racismo: o racismo como um fenômeno social multifacetado (ALMEIDA, 2021). Ou seja, o racismo é um sistema que está impregnado em toda a sociedade e vai ter interferência direta em como se constrói as imagens das pessoas negras.

Atualmente, o IBGE utiliza cinco categorias de cor/raça: brancos, pretos, amarelos, pardos e indígenas. O aspecto mais problemático para classificar as identidades raciais, não se trata, portanto, de entender a importância do mapeamento desses dados para se pensar em políticas públicas no país, a questão é a maneira como ela classifica as identidades raciais misturando o quesito cor e raça. Ou seja, as duas categorias são utilizadas como se fossem a mesma coisa ou estando pelo menos associadas (OSÓRIO, 2003).

Isso gera alguns problemas, porque por mais que cor e raça estejam obviamente associadas, eles não são a mesma coisa. A compreensão de raça discutida neste trabalho se

configura como um conceito social. Para pensar em seu funcionamento, precisa-se analisar como se dá o processo de racialização. No Brasil, esse processo é atravessado pela cor, mas não só, ele é um racismo que leva em conta os traços fenotípicos, que fazem com que uma pessoa seja não apenas lida, mas como é tratada como branca, indígena, amarela, etc.

Em outras palavras, o racismo no Brasil leva muito mais em conta os elementos fenotípicos que têm a ver com a aparência e com os traços físicos, sem ter uma relação tão grande com questões genéticas. Em função disso, as manifestações do nosso racismo vão variar de acordo com a leitura social que varia com a cor de pele e com a presença ou ausência desses traços. Desse modo, o racismo também se configura como uma sobreposição de uma raça sobre a outra que vai garantir uma série de privilégios para pessoas brancas e negar esses privilégios para as pessoas negras. Essa imagem social da negritude e esses privilégios vão ter impacto em muitas dimensões da vida social e em muitos valores ideológicos que são compartilhados (MUNANGA, 2003).

A análise da cor nesse contexto não é apenas uma questão de identidade, ela determina diretamente o lugar social que a pessoa racializada irá ocupar e a maneira como ela vai ser tratada em absolutamente todos os espaços sociais. Por conta dessa questão, o debate da cor da pele não é tão simples. Isso funciona dessa maneira por conta de um fenômeno chamado colorismo, que faz com que esse racismo seja pigmentocrático, ou seja, ele vai variar de acordo com a tonalidade da pele, que nesse caso, quanto mais melanina, maior a chance de ser reconhecido como negro e de sofrer racismo.

O racismo se manifesta no Brasil pela ideia do embranquecimento e é partir dele que se constrói o colorismo. O preconceito de marca (FERNANDES; PEREIRA; NOGUEIRA, 2006, p. 178) tem como foco a aparência física. Desse modo, a ideia de branco varia conforme o nível de mestiçagem, o que faz com que seja segregacionista e racista.

Nesse caso, não é apenas ter mais ou menos chance, quando o racismo acontece com pessoas de pele escura, essas manifestações tendem a ser muito mais pesadas do que com pessoas de pele clara, em outras palavras, assim como se tem várias cores de pele negra, se tem muitas facetas de manifestação desse racismo.

Esse racismo ainda é embranquecedor, porque se a ideia de se reconhecer como negro é vista como algo negativo, logo, existe um ideal de uma estética branca europeia valorizada. Por existir uma demanda social por esse processo de embranquecimento, que se manifesta até na linguagem. Por se ter, nesse caso, essa ideia de uma raça parda. Nesse caso, faz com que as pessoas negras de pele clara sejam colocadas nas mais diversas classificações de cor (CARNEIRO, 2004).

Diante do apresentado, essa negação desse não lugar as pessoas, essa categorização com o colorismo, faz com que as pessoas não se reconheçam diante da sua negritude, que se encaixem na categoria de branquitude, da qual não pertencem. Por branquitude entende-se como não oposta da categoria negritude, ela implica na mobilização de privilégios e implica em sistema de poder. Desse modo, como apresentado por Sueli Carneiro (2004, n.p) "[...] o racismo aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas", enquanto as pessoas brancas são representadas na sua diversidade. "[...] a branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de toda sorte de indagação."

O colorismo é tanto uma prática quanto uma ideologia que se baseia no nosso processo de colonização e é, portanto, historicamente determinado. Ele está profundamente ligado ao racismo, e tem como objetivo colocar pessoas racializadas em lugares pré-determinados e historicizados de subalternidade. Nesse processo de hierarquização racial, que é pautado na ideia de branquitude, as pessoas negras são hierarquizadas como pessoas inferiorizadas seguindo a diferenciação através de seus fenótipos, segundo a presença mais forte ou menos forte de melanina na pele. (DEVULSKY, 2021).

De acordo com a ideologia do colorismo, pessoas com mais traços negros serão menos aptas a trabalhos intelectuais e consequentemente serão menos remuneradas. O racismo, nesse caso, depende da ideia de branquitude e o colorismo se pauta nesse padrão europeu para determinar quem são considerados inferiores e superiores. Enquanto a ideia da branquitude é extremamente restrita e possui muitos parâmetros excludentes, o da negritude é muito amplo e possui parâmetros inclusivos (DEVULSKY, 2021).

A ideia de um critério pré-estabelecido de raça era justamente para permitir e conjugar em um lugar maior as pessoas negras no Brasil e permitir essa heterogeneidade. Por outro lado, a ideia de pardo pensa em uma pessoa negra de pele mais clara, mas, muito possivelmente tem uma presença indígena. A ideia de ser pardo no Brasil, é um critério para permitir que pessoas racializadas, possam reinvindicar sua negritude sem necessariamente se confundir com pessoas negras de pele escura, porque são existências diferentes. As negritudes são múltiplas, não existe só uma maneira de ser negra. Ser negro significa ser multifacetado, assim como se olha para as pessoas brancas. As experiências dessas negritudes, por conta do peso do racismo, são vivenciadas de forma diferentes.

Ao questionar, portanto, o porquê mais mulheres negras na política brasileira é necessário entender que precisa de pessoas negras que pautam questões em benefício da

população negra, do ponto de vista institucional, para que temáticas urgentes e necessárias voltadas para a população negra ganhem mais evidências nos espaços de poder.

3.2 **A representatividade importa?** Óbvio que sim! Mas é o suficiente no combate ao racismo?[64]

Ao realizar a entrevista com uma candidata a prefeita no município nas eleições de 2020 que se autodeclarou como preta, cabem aqui alguns destaques em sua fala quando se refere a identidade. Fizemos apenas duas perguntas para a entrevistada, e ela falou de temas dos mais diversos e de forma livre. No trecho a seguir ela comenta sobre a sua trajetória na política no município até ela se candidatar ao cargo de prefeita nas eleições de 2020:

> "[...] Há dificuldades na vida e na política. Mas a dificuldade de *ser mulher* e *ser pobre*. São... são... é muito difícil, né. Então eu vim de uma situação que eu nasci e sou filha adotiva, então eu fui criada por uma outra família e ainda muito nova, aos dez anos, meu pai adotivo faleceu. O meu pai, que era o meu pai, ele sumiu. Então eu acabei sendo criada, sou adotiva e tive que trabalhar na roça para sobreviver, né" (Trecho fala da entrevistada, grifo nosso).

> "E sempre que a vida me dá uma oportunidade eu agarro e faço dela uma escada para minha vida. E por isso hoje eu tenho o prazer em dizer: obrigado senhor pela minha vida. E a gente superou tudo isso, e eu fui convidada para fazer parte de um partido justamente por as pessoas ver o desempenho, a forma de falar, de agradar as outras pessoas, se me dão uma tarefa eu vou lá e faço e tento fazer o melhor possível, se tem alguém precisando eu ajudo porque eu passei por essas dificuldades na vida então a gente tem que ajudar as outras pessoas. Então o tempo, o período de dificuldade na minha vida foi o período de aprendizado, eu pego como aprendizado na minha vida. Então hoje, a questão política veio através daí. No desenvolver do dia a dia da minha vida. E eu fui convidada para fazer parte de um partido político. E hoje eu sou presidente de um partido aqui em [nome da cidade]" (Trecho fala da entrevistada).

Antes de trazer uma discussão a respeito desses trechos, outro dado merece ser destacado. No dia de realização da entrevista, quando já estávamos na casa dela, junto com as estudantes, ao dirigirmos a primeira pergunta à entrevistada, já com o gravador ligado, ela não conseguiu responder de imediato.

A pergunta realizada, até então, era a primeira de um questionário com nove outras questões. Mas essa em específico questionava-a sobre sua atuação, enquanto mulher negra, na política local. Nesse momento, ela nos informa que a pegamos de surpresa e a partir daí demoramos alguns minutos para retomarmos a entrevista. Uma de suas filhas, que estava presente no momento, nos traz uma orientação: a entrevista seria mais produtiva se a

---

[64] Trecho baseado no livro *Racismo Estrutural* de Silvio Almeida, 2021, p. 109.

candidata pudesse falar livremente sobre a sua trajetória na política, pois, dessa forma ela ficaria mais à vontade para responder as perguntas.

Seguimos essa orientação, já no final da sua fala, sem nenhum encaminhamento do que deveria falar, ela retoma o primeiro questionamento que tínhamos feito anteriormente:

> "É muito fácil falar para vocês sobre o declarar a parte é do ser negra. Ser negra é assumir o que você verdadeiramente é. Só que o descobrir que às vezes é doloroso. Porque você descobre em uma situação assim: Alguém olha para você e fala, negra, negra feia e você vai vivendo esta história desde sempre, desde criança. Então isso não é legal, não é bom. Mas por outro lado, eu consegui digerir bem como as pessoas falam e a gente vai dando a volta por cima. Porque ser negro é ser bacana, é ser bom. Mas é muito difícil. No momento que estamos vivendo... é o preconceito, a gente quando é criança vai vendo o desprezo humano um para com o outro, simplesmente pelo fato de ser negro, né. Mas deu a volta por cima. Eu gosto de estar falando sobre eu sou negro, sou quem sou e eu nasci assim. Eu costumo falar muito assim, olha você não escolhe como você nasce, mas você pode escolher como viver. É uma qualidade de vida". (Trecho da entrevista, grifo nosso).
>
> "Você pode sim, mesmo você sendo negra e mesmo você sendo uma pessoa pequena. Pequena é a renda financeira. Por quê? Porque ali você consegue ver que, você é negro, mas você raciocina como todo mundo" (Trecho fala da entrevistada).
>
> "Eu agradeço muito vocês, por está falando tanto de uma negra, quanto está falando de pessoas humildes de uma cidade também carente, humilde, maravilhosa que é a nossa" (Trecho da entrevista).

Os trechos: *ser mulher, ser pobre, ser negra* vão se configurando na fala da entrevistada ao apresentar a sua trajetória na política do município. Quando ela se afirma dessa forma, ela se atribui uma série de características que a colocam em particularidades que, ao mesmo tempo, vão definindo-a enquanto indivíduo e ao analisar a entrevista é possível reconhecer as suas singularidades, mas que ao mesmo tempo, a coloca como semelhante de grupos que possuem as mesmas características.

Isso se configura como identidade. Segundo Silva, Hall e Woodward (2014, p. 8) as identidades "[...] adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas". A representação, por sua vez, [...] significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas" (HALL, 2016, p. 31).

Isto posto, a identidade é a contraface da diferença. A partir do momento que ela se identifica com certas características: mulher, pobre, negra, ela se identifica e é identificada. Como acontece, por exemplo, com a ideologia do colorismo, citado anteriormente. Dessa forma, "identidade e diferença são ativamente produzidas" (SILVA, HALL, WOODWARD, 2014, p. 76). A identidade, portanto, não pode ser analisada fora da história, do contexto social e das relações políticas. Ela se configura também como um dado da política que forma

o indivíduo da forma como ela passa a ver o mundo e de como ela se relaciona consigo mesmo.

Desse modo, fica evidente que a identidade tem uma série de perspectivas em relação às formas de se ver no mundo, por isso quando a entrevistada diz: "[...] Ser negra é assumir o que você verdadeiramente é. Só que o descobrir que às vezes é doloroso [...]" não dá para analisar esse contexto separado das relações sociais, da economia, dos meios materiais da sociedade que são construídos.

> A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que a sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, HALL, WOODWARD, 2014, p. 81).

Nesse sentido, Haider (2019) define a construção da subjetividade como processo de construção da identidade, olhando para o contexto histórico daquilo que se apresenta. "Identidade" é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos a nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais" (HAIDER, 2019, p. 35).

Ainda segundo o autor, a identidade individualista, universal, europeia, centrada no homem branco e se torna o modelo para outras formas de identidade e de cultura ao redor do mundo. Ele faz a crítica do sujeito universal, da identidade universal que deve seguir parâmetro para todas as outras. Nesse processo a identidade estará diretamente relacionada ao sujeito e à sociedade. (HAIDER, 2019).

Outro ponto da identidade e da política é a capacidade de se transformar dentro da luta política. Os movimentos de transformação política passam pela luta de identidade. Defendendo, portanto, que não é possível falar de política sem falar de identidade. Dito isto, a representatividade importa quando estão a serviço de mudanças nas estruturas da sociedade. E se caracteriza com dois pontos importantes no combate à discriminação:

> 1. propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo;
> 2. desmantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam as minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva. (ALMEIDA, 2021, p. 110).

Os limites do debate da representatividade, com a defesa de mais mulheres negras na política institucional, parte do questionamento se mais pessoas de grupos minoritários, é capaz de mudar a dinâmica nesses espaços? Agora, ao mesmo tempo, o que significa ter

mulheres negras na política institucional, significa também que a luta e a pressão dessas mulheres afetam a dinâmica dessas instituições. Então, essa representatividade está no campo do racismo institucional. As instituições podem oferecer distintas formas de representação daquilo que são. O racismo institucional se apresenta como o racismo reflete nas instituições. Precisamos entender que tipo de representatividade é essa e que dinâmica nos espaços de poder são estabelecidas.

É importante, mas, não é o ponto fundamental. Importante para tencionar os espaços, principalmente dos movimentos sociais. O debate da representatividade é importante para tensionar vários espaços, e cobrar mudanças institucionais de vários espaços, mas não resolve o problema do racismo.

Desse modo, as lutas por cotas de gênero e raça nas eleições são fundamentais para a presença de pessoas negras no congresso, na câmara, nas prefeituras, nesses espaços de governo. Mas por outro lado, tem que pensar em como essas pessoas vão adentrar a esses espaços, que precisa ser modificado para que outras mulheres possam adentrá-lo. A discussão não é apenas a política de cotas nas eleições é necessário pensar em políticas de financiamento nas campanhas e formas com que essas mulheres não sofram violência política nesses espaços.

4 OS JOGOS DIDÁTICOS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA

O jogo está presente cada vez mais em nosso dia a dia. Historicamente, ele é objeto de estudo de alguns/as historiadoras/es, sociólogas/os, folcloristas, *designers* de jogos, entre diversas outras áreas. A ideia é discutir o jogo como uma prática social que pode ser inserida à sala de aula, valorizando as suas potencialidades e a sua presença na vida da estudante.

Nesse sentido, os jogos didáticos utilizados no ensino de sociologia vão muito além de ser apenas uma estratégia em sala de aula para articular a teoria científica com a prática. Eles se fazem presentes também a partir do seu potencial criativo, atrativo, divertido, de interação social, de participação e de criação. Se tornando, então, uma ferramenta em sala de aula que auxilia as docentes a problematizar fenômenos sociológicos e o cotidiano a sua volta de maneira que a estudante possa desenvolver um senso crítico e mais participativo da realidade na qual está inserida.

Esta dissertação possui como produto educacional o jogo didático *Representatividade na Política.* Dessa forma, a proposta deste capítulo é justamente apresentar algumas definições de jogos e o seu processo milenar da humanidade. Em seguida, discutir o que faz dele um material didático no contexto da educação, apresentando também a sua presença no ensino de sociologia. Por fim, analisar o levantamento bibliográfico das produções de jogos didáticos no ensino de sociologia como forma de verificar como anda a produção de jogos por professoras e estudantes.

4.1 Os jogos

O jogo é considerado um fenômeno antigo da humanidade. Sendo defendido por pesquisadores da área que ele antecede a cultura, e, portanto, um elemento que o ajudou a construí-la, por estar, até mesmo, presente na rotina dos animais. “[...] Bastará que observemos os cachorrinhos para constatar que, em suas alegres evoluções, encontram-se presentes todos os elementos essenciais do jogo humano” (HUIZINGA, 2019, p. 21). Estando presente desde formas mais simples até formas mais complexas de jogos.

Alguns estudos atestam que os jogos na antiguidade eram utilizados para fins religiosos ou ritualísticos. Entre esses jogos podemos destacar o jogo de tabuleiro *SENET*, onde suas peças foram encontradas em tumbas no Egito há cerca de 5.100 anos atrás. “Era um jogo de tabuleiro jogado pela elite e pelos faraós, e acredita-se que uma partida de *SENET*

representava a jornada da alma no pós-vida" (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 19). Na Mesopotâmia, a 5.000 anos atrás, tem relatos de um jogo de corrida feito com dados de ossos humanos, o Jogo Real de UR, e ainda no período pré-histórico tem relatos de jogos feitos com a produção de ossos humanos (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018).

A respeito de uma definição do termo *jogo*, alguns pesquisadores levam em conta todo o seu processo milenar e defendem que a falta de estudos sobre essa temática, em comparação com a literatura ou o teatro, por exemplo, para as produções de jogos, elas se dão de forma bem mais escassas. O conceito de jogo possui muitas definições que trazem toda a sua complexidade (CAILLOIS, 1990; HUIZINGA, 2019; SALEN; ZIMMERMAN, 2012).

Huizinga enumera as características formais que caracteriza um jogo: [...] "o jogo é uma atividade voluntária" (HUIZINGA, 2019, p. 29); jamais imposto, não é visto como obrigação, não sendo, neste caso, vida real; ele é desinteressado, possui atividade temporária com finalidade autônoma e distingue-se da vida comum, com limites de tempo e espaço, pode ser repetido a qualquer momento; ele cria ordem e é ordem; o jogo perpassa pela incerteza e pelo acaso; as regras do jogo são absolutas e não permitem discussão, se elas forem quebradas acaba com o jogo e gera o colapso (HUIZINGA, 2019).

> Resumindo as características formais do jogo, poderíamos considerá-lo uma atividade livre, conscientemente tomada como "não séria" e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes (HUIZINGA, 2019, p. 34, aspas do autor).

Diante dessa questão, Caillois (1990, p. 28-9) também traz algumas características essenciais que auxiliam na definição de jogos. Entre eles, o jogo se caracteriza como livre, visto que caso se tornasse obrigatório haveria o risco de perder a ideia de diversão; é delimitado, pois possui caraterística de espaço e tempo delimitados; é incerto quanto ao seu desenrolar e o resultado; é improdutivo, porque não gera bens nem riquezas; é regulamentado, possui regimentos e normas próprias, não condizentes necessariamente com as leis da vida real; e é fictício, pois envolve outra realidade em relação à vida normal.

Ainda como forma de conceituar os jogos, Caillois (1990, p. 31) classifica os jogos em quatro formas: (i) *agon*, quando acontece uma competição pura e simples entre os jogadores; (ii) *mimesis*, quando o jogo envolve mímica ou interpretação; (iii) *alea*, nesse caso, o acaso é

o papel principal desses jogos; (iv) *ilenx*, jogos que proporcionam alguma alteração de percepção. Quanto ao modo, Caillois define os jogos em dois: *ludus*, que são jogos com regras estruturadas e explícitas e *paidia*, são as brincadeiras espontâneas.

> [...] o jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da "vida cotidiana" (HUIZINGA, 2019, p. 57, aspas do autor).

Segundo Salen e Zimmerman (2012, p. 95) "[...] um jogo é um sistema no qual os jogadores se envolvem em um conflito artificial, definido por regras, que implica um resultado quantificável". E os dividem em três aspectos: as regras de organização projetadas pelos criadores; a interação lúdica, englobando todo tipo de experiência humana relacionada ao jogo (aspectos visuais, ilustrações); e a cultural, entendendo o jogo no seu contexto mais amplo (SALEN; ZIMMERMAN, 2012).

Outra modalidade importante dos jogos que se mostra muito mais recente são os jogos digitais. Que se diferenciam dos não digitais pelo seu suporte. O que no início era visto apenas como divertimento infantil, hoje a indústria dos jogos digitais atinge diversas faixas etárias. "[...] Em 2007, a indústria dos jogos digitais já superava a do cinema em termos de faturamento" (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 13).

O jogo como uma mediação didática é visto como uma das formas de mediação, ele atrai, anima, mexe com a fruição. É uma forma de transpor o conhecimento científico para uma linguagem mais acessível que consiga se comunicar com toda a população. Para atingir esse fim, o jogo precisa ser feito, refeito, testado, estudado. Analisando as suas potencialidades e limitações, sendo construído em parceria estudante e professor/a (ROGÉRIO, 2020).

Após a definição de alguns conceitos, a ideia não é esgotar o tema, mas trazer uma noção do que vem a ser essa definição de jogos tão presente no nosso cotidiano. A ideia é discutir uma temática tão presente na vida das estudantes, seja em jogos de cartas, tabuleiro, nas gincanas e/ou jogos no celular.

4.2 Os jogos na educação

O jogo utilizado com uma finalidade educacional se apresenta como uma forma de mediação didática. Sendo, portanto, uma maneira de abordar o conhecimento científico no

ambiente escolar, proporcionando o potencial criativo da estudante em sala de aula, demonstrando, nesse sentido, ser um facilitador para todo o processo de ensino.

> Denominamos "jogos didáticos" o uso de atividades lúdicas para os fins de aprendizagem ou aquisição do conhecimento. [...] A diferença primordial do "jogo didático" em relação àquilo que acima denominamos de "jogos" é que o foco do primeiro não está na realização da atividade em si (ou seja, jogar não é o fim, é o meio), mas é apenas um suporte para a realização do processo de ensino-aprendizagem (ROGÉRIO, 2020, p.191, aspas do autor).

Os jogos didáticos possuem caráter didático até mesmo no seu processo de criação, se aprende muito sobre um determinado assunto, quando se elabora um jogo didático sobre ele, por exemplo. Diante de produções acadêmicas, observa-se cada vez mais a necessidade de desenvolver jogos didáticos por professoras e estudantes. Ao produzir um jogo didático, é necessário que seja pensado previamente em todo o seu material teórico. O seu processo de produção perpassa pelas etapas de ser feito, refeito, testado, estudando as suas potencialidades e limitações para que atenda a temas próximos da realidade das estudantes, tendo objetivos e métodos de fácil entendimento.

Existe também a necessidade da utilização de uma epistemologia que oriente a produção desse material, a fim de não cair em uma visão utilitarista ou ainda na aleatoriedade dos conhecimentos. Portanto, é fundamental que a base teórica, contida nele, dialogue com os conteúdos das áreas do conhecimento a serem trabalhados em sala de aula.

Sobre essa temática, os autores Vasconcellos, Carvalho e Araujo (2018, p. 61), que discutem a produção de jogos no ensino em saúde, abordam o conceito de letramento de jogos, baseado no conceito de Paulo Freire no livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, que vai além do uso instrumental da alfabetização, mas com a ideia de ler o funcionamento do mundo sempre procurando analisar o seu contexto.

Nesse sentido, os autores (2018, p. 62) defendem a ideia de "ver o mundo através dos jogos":

> Fazer um jogo é um desafio interdisciplinar, que envolve conhecimentos e habilidades diferentes a serem combinados em torno da atividade, promove a participação por causa da natureza da atividade em grupo, e seu sucesso é acompanhado de um grande sentimento de recompensa pela superação do desafio de chegar ao produto final (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 62).

Um aspecto importante para a produção de qualquer jogo didático é a mudança de um conhecimento científico para uma linguagem mais acessível, pertinente aos jogos. O que os autores defendem como indispensável a parceria com especialistas para ajudar na mudança dessa linguagem (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 56).

O momento de avaliação do jogo também se faz muito importante nesse contexto, os autores relatam, que o momento de avaliação, os testes se tornam importantes em dois momentos: antes da finalização do mesmo e depois de um tempo de utilização (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 59).

Outra discussão muito importante é sobre a criação das regras dos jogos. Eles defendem a importância de se jogar diversos jogos como forma de poder adaptar as suas regras para a construção dos jogos novos. Essa estratégia é conceituada de *reskinning*, o processo de aproveitar as regras de outros jogos. Sobre a criação de novas regras:

> [...] Criar regras do jogo [...] é uma atividade que demanda conhecimento especializado e multidisciplinar envolvendo matemática, teorias dos sistemas entre outros campos. Criar as regras de um jogo é um processo criativo complexo que envolve testes constantes, refinamentos e ajustes. Demanda conhecimento e tempo (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p.83).

Um assunto em bastante discussão quando se refere a aplicabilidade dos jogos utilizados na educação é quanto ao seu modo de aplicação: competitivo ou cooperativo. Para Huizinga, uma das características principais dos jogos é a competição "[...] quanto mais estiver presente o elemento competitivo mais apaixonante se torna o jogo. Essa tensão chega ao extremo nos jogos de azar e nas competições esportivas" (HUIZINGA, 2019, p. 34).

Caillois (1990, p. 33) segue nesse mesmo sentido e defende que uma das categorias fundamentais dos jogos é a competição "[...] como um combate em que a igualdade de oportunidades é criada artificialmente para que os adversários se defrontem em condições ideais, susceptíveis de dar valor preciso e incontestável ao triunfo do vencedor" (CAILLOIS, 1990, p. 33).

Em outro sentido, Orlick (1978) desconstrói a ideia de competição considerada como natural dos jogos e do ser-humano, e defende que a partir de histórias de culturas diversas pode-se comprovar que a ideia de competição é algo construído socialmente e tem relação direta com o tipo de sociedade. Por exemplo, a ideia de educação que estamos acostumados parte da competição em que acontece um emaranhado de questões em que as estudantes são estimuladas a competir para saber quem é a melhor e quem tira a maior nota. "O valor da cooperação e o significado da diversão são cada vez mais importantes à medida que a nossa sociedade se torna mais competitiva e técnica" (ORLICK, 1978, p. 112).

O autor defende ainda que a ideia de competição e cooperação está atrelada ao tipo de sociedade que se espera:

> Os jogos competitivos nas culturas cooperativas não parecem constituir um grande problema, porque vencer nunca é uma questão de vida ou morte. Embora o jogo seja

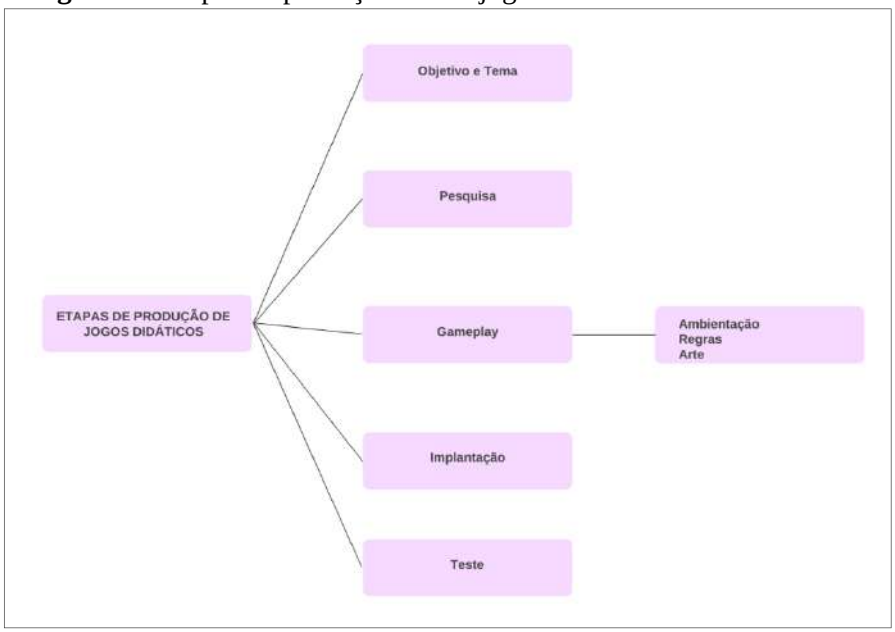
> estruturado de forma competitiva, os jogadores o encaram de uma maneira amistosa e cooperativa (ORLICK, 1978, p. 114).

Para construir um jogo cooperativo, deve-se ter objetivos comuns entre as participantes. Parece difícil pensar em jogos cooperativos estimulantes e não competitivos que não tenham perdedores (ORLICK, 1978, p. 124). Pensando nisso, o autor divide os jogos cooperativos em: a) jogos cooperativos sem perdedores; b) jogos de resultado coletivo: jogos que tendem a derrubar a ideia em que duas equipes jogam uma contra as outras, a ideia é um resultado ou objetivo comum, sem que haja competição entre os times; c) jogos de inversão: envolvem o rodízio de jogadores entre os times e não se tem a ideia de ganhar o perder; d) jogos semicooperativos: criados em que a ênfase no jogo está no desenvolvimento ativo e na diversão que ele proporciona, todas as pessoas passam a ter a mesma oportunidade de jogar e as regras do jogo são ajustadas conforme a necessidade das participantes.

> O objetivo primordial dos jogos cooperativos é criar oportunidades para o aprendizado cooperativo e a interação cooperativa e prazerosa. [...] a simples reunião de pessoas socializadas competitivamente, em pequenos grupos, não é suficiente para melhorar a cooperação ou a amizade (ORLICK, 1978, p. 123)

Entendendo as dificuldades de colocar as regras de jogos cooperativos em prática, o trabalho de Melim (2009) evidencia, ao analisar o funcionamento do jogo Célula Adentro com estudantes do ensino superior e ensino médio, o seguinte: “Os resultados mostraram que a cooperação foi tão eficiente quanto a competição, no que diz respeito à aquisição de conhecimentos durante um jogo” (MELIM, 2009, p. 79).

Figura 7 - Etapas de produção de um jogo didático



Fonte: Elaborada pela autora com base nos textos de Vasconcellos, Carvalho, Araujo (2018).

Conforme apresentado na Figura 7, para o processo de criação de um jogo são necessárias algumas etapas. A Conceituação é a etapa inicial em que se delimita o objetivo do jogo. O Levantamento de Informação, uma vez delimitado o tema do jogo, é necessário fazer um levantamento de informações necessárias para a construção dele. Essas informações não necessariamente terão que aparecer todas no jogo, mas darão embasamento à forma de construção da mesma. A *gameplay* refere-se à forma de como se dará a experiência de jogo: as questões visuais, sonoras, a plataforma utilizada, os períodos em que será jogado. Nesse momento poderá utilizar as regras de outros jogos para uma maior familiaridade dos jogadores com a experiência do jogo (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 116).

A ambientação é onde se define o contexto em que ocorre o jogo, a narrativa, os personagens e o cenário. A arte é o momento em que o jogo começa a ganhar forma com o formato das peças, dos personagens, as cores, os modelos. Lembrando que dependendo da plataforma que esse jogo será desenvolvido exige uma linguagem própria. Jogos digitais diferem de jogos não digitais. As Regras, são os momentos de definir as mecânicas objetivas do jogo. Essas três etapas podem ser utilizadas sem uma ordem pré-estabelecida e/ou simultaneamente (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 117).

Por fim, a fase da Implementação, é o momento de criação final de junção de todos os elementos de construção do jogo, com todas as suas fases específicas, peças, regras. Nessa etapa o jogo vai ganhando forma final para se puder passar para a fase de teste, em que é necessário que o jogo seja testado e experienciado, para que assim possa definir melhor as funcionalidades do jogo. Essa etapa deve ser utilizada no momento de elaboração e após um determinado tempo que o jogo já tiver disponível para as pessoas avaliando se há alguma necessidade de ajuste ou aprimoramento do mesmo (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018).

Lembrando que essas regras não são definitivas, e a ideia não é esgotar o tema abordado. Mas proporcionar às estudantes e docentes a possibilidade de criar jogos didáticos relacionados a temas diversos. Muitos desses jogos, por exemplo, são elaborados sem muitos recursos, mas que envolvem muito investimento e estudo para sua elaboração.

4.3 Os jogos no ensino de sociologia

A sociologia possui características que se mostram importantes na educação básica. Ela pode trazer à estudante uma perspectiva de como enxergar o mundo social, fazendo com que ela perceba que várias das problemáticas que ela está inserida são problemas sociais e coletivos que tem a ver com questões mais amplas. Além disso, a sociologia é importante devido à sua capacidade de mostrar para a juventude como a sua individualidade se liga ao que está acontecendo coletivamente, mostrando outra forma de pensar a realidade, de pensar o social e de praticar o pensamento voltado para o coletivo.

Quando se analisa a aplicação da sociologia na educação básica, podemos destacar que a cada reforma da educação sua presença é questionada nos currículos. Essa intermitência faz com que a mesma seja indagada sobre seu significado, sua utilidade e sua relevância (MACHADO, 1987; MORAES, 2011; SILVA, 2010).

Diante do contexto social, político e econômico a qual estamos inseridas que dialoga com o pensamento ultraliberal e ultraconservador que vem se consolidando com algumas políticas, cabe destacar a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a PEC dos Gastos, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a lei n. 13.415/2017 da Reforma do Ensino Médio, com essa lei a sociologia deixa de ser obrigatória nos três anos do ensino médio, e passa a ser diluída na grade curricular, ficando a mesma ameaçada depois de quase uma década de continuidade na educação básica.

Importante ressaltar as condições das professoras de sociologia. Destaca-se que essas profissionais atuam nas escolas em dois ou três turnos diferentes, problema esse, ocasionado pela reduzida carga horária da disciplina ou por motivos de baixos salários. Quem leciona sociologia hoje nas escolas, em sua maioria, não possui formação na área, sendo os pedagogos e historiadores os que mais cumprem essa função, quadro que pode se agravar com a atual reforma do ensino médio, além da escassez de recursos didáticos (BODART; SILVA, 2019).

Neste caso, a mediação didática se torna extremamente importante para um maior aprofundamento teórico em diálogo com autoras, teses e teorias da sociologia. Os jogos didáticos entram, nesse caso, como facilitadores e como um “suporte para a realização do ensino aprendizagem” (ROGÉRIO, 2020, p.191). Em outras palavras, os jogos didáticos são como um suporte didático, um meio para se chegar a atividades específicas.

4.4 Levantamento bibliográfico de jogos didáticos no ensino de sociologia

Segundo o livro *Dicionário do ensino de sociologia* (2020) no verbete sobre *Jogos*, ao apresentar um levantamento de produções de jogos didáticos aplicados no ensino de sociologia, foi identificado um número reduzido de publicações de artigos, dissertações e teses que abordam a temática do uso de jogos didáticos produzido por professoras ou por estudantes. Ainda segundo o autor, se faz necessário um estudo com relação ao estado da arte sobre o uso desta ferramenta, como também sobre a rede de pesquisadores e das condições de produções científicas sobre essa temática (ROGÉRIO, 2020).

4.4.1 Como o levantamento foi realizado

Para investigar as publicações sobre jogos didáticos no ensino de sociologia, foi realizado um levantamento bibliográfico a partir das publicações nas plataformas: EduCapes, anais da ABECS, anais do ENESEB, Periódico CABECS, Revista Perspectiva Sociológica, Dissertações do Profsocio e dos anais do GT ensino de sociologia da SBS, melhor detalhados no Quadro 4:

Quadro 4 – Plataformas utilizadas para realização do levantamento bibliográfico

Plataforma	Descrição	Edições	Site
ABECS Anais	Anais publicados no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).	Até a 5° edição em 2022	https://abecs.com.br/
EduCapes	Portal com publicações educacionais.	Qualquer data	https://educapes.capes.gov.br/
ENESEB Anais	Anais do Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica. (Evento bianual).	Até a 7° edição em 2021	https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-eneseb
Periódico CABECS	Cadernos da Associação Brasileira de ensino de Ciências Sociais, vinculada à ABECS.	Até o volume 5 em 2022	https://cabecs.com.br/index.php/cabecs
Periódico Perspectiva sociológica	Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia, vinculada ao Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.	Até o número 29 em 2022	https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS
Profsocio Dissertações	Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional.	Turmas de 2018 e 2019	https://profsocio.ufc.br/pt/trabalhos-de-conclusao/
SBS GT Ensino de sociologia anais	Grupo de Trabalho realizado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia.	Até 20° edição em 2021	https://sbsociologia.com.br/congressos/anais-de-congressos/

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os levantamentos foram realizados com o seguinte marco temporal: 1) Anais da ABECS, todas as edições até a sua 5° edição em 2022; 2) Anais do ENESEB, todas as edições até a sua 7° edição em 2021, o evento é bianual; 3) Periódico CABECS, todos os volumes da revista, até a sua edição de volume 5 publicado em 2022; 4) Periódico Perspectiva Sociológica, todas os números da revista até o número 29 em 2022; 5) Anais do GT ensino de sociologia da SBS, todas as edições até a 20° edição; 6) Dissertações do Profsocio, turmas de 2018 e 2019 disponibilizadas no *site* do programa e 7) Portal EduCapes, pesquisa realizada restrições de data.

Nas plataformas EduCapes, nos periódicos Perspectiva Sociológica e periódico CABECS os descritores utilizados foram "jogos" *and* "sociologia", "jogos didáticos" *and* "ensino de sociologia", "jogos pedagógicos" *and* "sociologia", "material didático" *and* "sociologia", jogos didáticos" *and* "na aula de sociologia", "jogos didáticos" *and* "ensino médio" e "uso de jogos didáticos" e "jogos didáticos" *and* "ensino". Nos anais ABECS, CABECS, SBS e Profsocio por serem eventos próprios do ensino de sociologia, foram utilizados apenas o descritor "jogos".

O critério de exclusão dos trabalhos encontrados se deu pela leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, e quando necessário, a leitura da obra inteira procurando identificar a produção de trabalhos que dialogassem com a temática de jogos didáticos produzidos na/para as aulas de sociologia.

O resultado das produções encontradas ficou conforme apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia

Plataforma	Quantidade encontrado	Tipo de publicação	Anos encontrados
ABECS	4	Anais	2020
EduCapes	2	Dissertação	2017 e 2021
ENESEB	8	Anais	2017 a 2021
Periódico CABECS	1	Artigo	2019
Periódico Perspectiva Sociológica	1	Artigo	2021
Profsocio Dissertações FUNDAJ	1	Dissertação	2020
UFCG	3	Dissertação	2020
UFPR	1	Dissertação	2020
SBS GT Ensino de Sociologia	2	Anais	2009 e 2021

Fonte: Elaborada pela autora. (2023).

Dos 23 trabalhos encontrados, observa-se que as produções encontradas são recentes. Com apenas um trabalho de 2009, do GT ensino de sociologia da SBS, os demais trabalhos

são de até 2017. Quanto ao tipo de publicação, os anais correspondem a maior parte das publicações, 14 no total. Acredita-se nesse caso, que esse número corresponda, em muitos casos, a relatos de experiência de professoras/es e docentes em eventos científicos. E que outro tipo de publicação, como artigos e dissertações demanda um maior aprofundamento teórico e epistemológico sobre a temática. Outro ponto a ser destacado é a importância de eventos voltados para a área de ensino de sociologia, como a ABECS, o ENESEB e o GT ensino de sociologia da SBS, proporcionando que trabalhos como esses sejam divulgados valorizando, assim, ensino de sociologia.

Foram encontradas sete dissertações e dois artigos sobre a temática. O que indica um número considerável de produções na pós-graduação voltados para a produção de jogos didáticos, o que pode estar relacionado com elaborações dos produtos educacionais, obrigatórios nos mestrados profissionais, como o caso do Profsocio.

As universidades da rede Profsocio com produções de jogos didáticos no ensino de sociologia foram: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) com uma publicação; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com três publicações e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com uma publicação.

Durante a leitura mais aprofundada dos trabalhos, foram encontradas nas referências e nas citações ao longo dos textos outras publicações que dialogavam com a produção de jogos no ensino de sociologia, que são eles, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 – Outras referências encontradas no levantamento bibliográfico

Plataforma	Tipo de publicação	Anos encontrados
PIBID Subprojeto de Sociologia Unioeste - Campus de Toledo – PR	Anais	2012
IV Encontro de Iniciação à Docência - PIBID da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Anais	2013
I Congresso Nacional de Educação (CONEDU)	Anais	2014
II Seminário Estadual PIBID do Paraná	Anais	2014
I Seminário de Ciências Sociais e Educação Básica do Colégio Pedro II – RJ	Anais	2015
Universidade Federal Fluminense	Monografia	2016
Universidade Federal de Santa Maria	Monografia	2017
V Colóquio Internacional de Educação (CEDUCE)	Anais	2018
Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Concórdia	Anais	2018
Periódico Iniciação Científica CESUMAR	Artigo	2018
Revista Temas em Educação	Artigo	2021
9° Simpósio de Ensino, Extensão, Inovação e Pesquisa e 28º Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Anais	2022

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Desses 12 trabalhos encontrados, nas referências dos trabalhos citados anteriormente, encontram-se duas monografias, dois artigos e oito publicações em anais de eventos, observa-se, nesse caso, publicações de 2012 até 2022. Os dados mais detalhados dessas publicações, serão analisados no próximo subcapítulo.

A categoria de análise dessas pesquisas se deu a partir das discussões de Rogério (2020) e Carvalho, Maçaira e Azevedo (2020) sobre as produções de jogos didáticos no ensino de sociologia. A ideia é mapear as diversas produções existentes sobre a temática. Ao todo foram selecionadas 35 produções, entre anais, dissertações e artigos.

4.4.2 As produções encontradas

Aqui serão apresentados os resultados e as discussões a partir do levantamento realizado. Os quadros a seguir serão analisados separados pelo tipo de publicação: dissertações, artigos, monografias e anais, respectivamente.

Quadro 6 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - Dissertações

NOME DO JOGO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORAS(ES)	ANO
República em Jogo	A república em jogo: o lúdico como recurso didático nas aulas de sociologia para o debate sobre participação política.	Rafael Santana da Silva	2017
Jogo da memória sociológico; Quiz sociológico; A sociologia e o jogo das três pistas	Ensino de sociologia e estratégias pedagógicas para alunos surdos no ensino médio	Rosângela Ferreira de Melo	2020
-	O jogo como recurso pedagógico nas aulas de sociologia: o racismo em questão	José Ailton Marcolino da Silva	2020
Jogo Prefácio de perguntas e respostas	Aprendendo sociologia no fazer sustentável	Cassiano Quinino de Medeiros Figueiredo	2020
Balaio sociológico cultural	O jogo didático no ensino de sociologia como potencializador no processo de ensino-aprendizagem para os alunos surdos e ouvintes através da mediação na educação de jovens e adultos	Adriana Farias do Nascimento	2020
Jogos LARP	Sociologia no ensino médio: o LARP como ferramenta pedagógica na aprendizagem de perspectivas clássicas sobre trabalho	Camila Mariane de Souza	2020
Trilha da Cidadania	A sociologia no ensino médio e o estudo do conceito de cidadania a partir da Pedagogia Histórico-Crítica e produto educacional “Trilha da cidadania”	Michel Gustavo de Almeida Silva	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Das sete dissertações encontradas, duas delas criaram jogos didáticos de tabuleiros como produto educacional, *Trilha da Cidadania* e *República em Jogo*, foram desenvolvidos para serem discutidos a temática como os assuntos cidadania, democracia e participação política nas aulas de sociologia com estudantes do terceiro ano.

Dois deles referem-se a jogos didáticos de perguntas e respostas. O *jogo Prefácio* foi elaborado a partir de um projeto de intervenção social com a temática da sustentabilidade em que as estudantes, divididas em equipes, elaboraram perguntas a partir do livro didático para a outra equipe. O jogo didático sobre a temática étnico-racial, em que as equipes recebiam perguntas sobre a temática com o intuito de serem debatidas em sala de aula. *O jogo LARP*, baseado em interpretação de personagens, em que as estudantes discutiam o tema trabalho a partir da perspectiva de Marx, Weber e Durkheim.

Dois desses jogos didáticos trazem a discussão sobre jogos de sociologia adaptados para pessoas surdas. Um deles faz a adaptação de três jogos: *Quiz Sociológico, Jogo da Memória Sociológico e a Sociologia e o Jogo das Três Pistas*, todos trazem temas diversos da área da sociologia. O outro aborda a discussão de estudantes surdos e ouvintes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), *o jogo Balaio Sociológico Cultural* para ser trabalhada a temática da cultura com as estudantes.

Nessa discussão sobre jogos adaptados para pessoas com deficiência, temos como exemplo o jogo *JECRIPE* (Jogos de Estímulo Criados Para Pessoas Especiais) para pessoas com síndrome de *down*, elaborado pelo professor André Luiz Brandão. Sendo o primeiro jogo do mundo criado para crianças com síndrome de *down*. Em seguida elaborou outros como o *PARAJECRIPE* abordando esportes paraolímpicos e o *WHEELCHAIR JECRIPE* com foco em jogadores cadeirantes. (VASCONCELLOS, CARVALHO, ARAUJO, 2018, p. 107).

Quadro 7 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - Artigos

Nome do Jogo	**Título do trabalho**	**Autoras(es)**	**Ano**
Sociologia na Trilha	Aprendendo no jogar: uma experiência nas aulas de sociologia do ensino médio	José Luciano Martins da Silva	2019
Quiz Antropológico	Quiz Antropológico: jogos didáticos e formação de professores	Ana Paula Carvalho, Julia Polessa Maçaira, Gustavo Cravo De Azevedo	2020
Triologia, Jogo do Privilégio e Vidas Quadradas	Jogos didáticos no ensino de sociologia no ensino médio: relato de uma experiência.	Radamés de Mesquita Rogério, Isaias Ribeiro Gonçalves, Ana Luiza Marques de Sousa Pinto e Mariane da Silva Bessa	2018
Projeto Quando Jogar é aprender	Jogos, dimensão formativa e aprendizagem em sociologia	Vergas Vitória Andrade Silva, Éberton da Costa Moreira, Kleberson Almeida	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Dos quatro artigos encontrados, dois deles são de revistas da área de ensino de sociologia e dois da área de educação. Nesses trabalhos percebe-se um maior aprofundamento teórico sobre as produções de jogos didáticos no ensino de sociologia.

Dois deles referem-se a jogos de perguntas e respostas. O jogo *Sociologia na Trilha* refere-se a um jogo de tabuleiro com perguntas e respostas que pode ser usado de forma competitiva e cooperativa. O *Quiz Antropológico* faz parte do projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da aplicação da Olimpíada de Sociologia, e trata-se de um jogo de perguntas e respostas que aborda a área da antropologia.

O jogo *Triologia* discute as teorias de Marx, Weber e Durkheim por meio de um jogo de perguntas e respostas. O *Jogo do Privilégio* que discute os privilégios a partir dos marcadores sociais na sociologia, adaptado com bexigas, e a elaboração das perguntas ocorreu após um longo período de observação da turma onde o jogo didático seria aplicado. Também foi apresentado o jogo *Vidas Quadradas*, que discutia a temática do suicídio a partir da teoria de Durkheim.

Por fim, o relato de experiência do projeto *Quando jogar é aprender* a partir da divulgação de jogos digitais e não digitais como: *a corrida das teorias sociológicas*, *jogo do milhão sociológico*, *Cruzadinha sociológica*.

Quadro 8 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - Monografias

Nome do Jogo	Título do trabalho	Autoras(es)	Ano
Jogada das afirmativas e bate e bola das questões	Vamos brincar de aprender? Jogos como estratégia para a transposição didática no ensino de Sociologia.	Gabriela da Silva Moura	2016
Passa ou repassa sociológico	Vamos jogar! A experiência do jogo didático nas aulas de sociologia	Vandrisia Neves Balthezan	2017

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As duas monografias referem-se a experiências no estágio docência durante o curso de licenciatura em ciências sociais. Nesse sentido, observa-se a importância dos estágios como uma oportunidade de estimular as futuras docentes a produzirem e aplicarem em sala de aula os jogos didáticos.

Os dois jogos relatados nas monografias são jogos de perguntas e respostas elaborados com estudantes do ensino médio. O jogo *passa ou repassa sociológico*, baseado no livro didático com a temática de vários assuntos na disciplina de sociologia. O outro a experiência de dois jogos: *Bate e bola das questões* com a discussão sobre a temática das relações étnico raciais e *Jogada das afirmativas* um jogo de verdadeiro ou falso sobre perguntas do ensino de sociologia.

Quadro 9 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia - Anais

(continua)

Nome do Jogo	Título do trabalho	Autoras(es)	Ano
Oficina da cidadania	Refletindo a cidade: o jogo da cidadania	Osmir Dombrowski, Maria Salete Souza de Amorim	2009
Dominó sociológico	Dominó sociológico	Jaqueline Resmini Hansen; Monique Oliveira.	2012
-	O uso dos jogos como estratégia de ensino de sociologia na Escola Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante Dr. Elpídio de Almeida	Josemário da Silva Sousa, Eliete Alves de Sousa, Mary Elenn Campos Soares, ThayseSonally Silva Porto.	2013
Jogo da memória estudando as profissões, Baralho dos pensadores	Relato de experiência da aplicação de atividades lúdicas como estratégias de ensino de sociologia e filosofia	Adelita Alves de Souza	2014
Jogo do Poder	“Jogo do poder” Uma metodologia lúdica para aplicação do conteúdo de Sociologia.	Michelle de Moraes Ferraz	2015
Jogo Perfil sociológico	Relato de experiências: ensino de sociologia através de jogos educativos	Mirian Gomes de Souza et al.	2015
Jogo Cara a Cara com a política	Uma estratégia pedagógica: Utilização do jogo "cara à cara com a política" nas aulas de sociologia do ensino médio	João Paulo Dellasta do Nascimento	2017
Jogo patrimônio cultural	O patrimônio histórico como representação coletiva: o uso de um recurso lúdico na construção do saber	Mário Jorge Barreto Ribeiro.	2017
-	Os jogos lúdicos no ensino de sociologia no ensino médio: experiências do PIBID Ciências Sociais nas abordagens sobre comunicação e política	Vinícius Oliveira de Melo, Isabela Augustonelli, Maria Paula Alvarenga, Elias Evangelista Gomes	2017
Jogo Violetas	Discussão de gênero a partir do Jogo “Violetas: Cinema e Ação no enfrentamento da violência contra a mulher"	Fernanda Mendes Dias, Gabriel Borges Fonseca, Luana dos Santos Godoy Ramos, Leticia Maia De Paula Pinto.	2017
Pife sociológico, jogo da memória sociológico e dominó sociológico	Jogando sociologia	Julia Ferreira Juvino, Joicimara Fátima Pomagerski, Liamara Teresinha Fornari	2017

(continuação)

Quadro 9 – Levantamento bibliográfico sobre jogos e o ensino de sociologia – Anais

Quem sou eu na organização política brasileira, Jogo antialienação, Jogo de tabuleiro: Os contratualistas	Ensino da sociologia e jogos didáticos: uma articulação fértil como estratégia de mediação?	Elisabete Cristina Cruvello da Silveira, Natália Silva Pereira	2018
O jogo dos privilégios	Racismo estrutural em jogo: um tabuleiro sobre a desigualdade racial no Brasil	Vinicius dos Santos Palenske, Lauriza Lucia da Silva, Kelem Ghellere Rosso.	2019
Jogo da Vida	Jogos no Ensino de Sociologia: Relato de Experiência sobre o processo de construção de um jogo didático	Bianca Souza Bernardino, Natalia Aimar Ferreira, Rogéria Campos de Almeida Dutra	2020
-	Os clássicos em sociologia: a utilização de jogos didáticos como processo de ensino e aprendizagem	Andreia dos Santos, Marina Apolinario.	2020
Olimpíada de Sociologia: Lutas simbólicas, República em jogo e Quiz antropológico	A dimensão formativa da Olimpíada de sociologia do Rio de Janeiro	Julia Polessa Maçaira, Andreia Luiza Diniz Isola Lago, Taísa Vitória Feliciano da Silva, Yasmin Jardim Moreira	2020
Jogo Banco Latifundiário	Sociologia em movimento: temas geradores e metodologias ativas na construção da sala de aula multicultural	Amanda Cristina De Oliveira, Júlia Puhl, Lucas Rigo Yoshimura.	2020
Jogo Agência	Agência ou Estrutura? O uso do jogo de cartas Agência no ensino de sociologia	Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana, Peterson Roberto da Silva.	2021
Jogo de classes	Relato de experiência: processo de elaboração do jogo didático “O Jogo de Classes”	Eric de Oliveira Pinto, Nicholas dos Santos Faria Corrêa, Venâncio Lázaro Batalhone Neto.	2021
-	Negras, mulheres e o jogo de política: como debater com jovens do ensino médio?	Franciele Brito Barbosa, Elis Cristina Fiamengue	2021
Quiz Antropológico, Lutas Simbólicas, Jogo República em jogo	Ensino de Ciências Sociais por meio de jogos didáticos: Ludicidade, Extensão e Formação Docente	Julia Polessa Maçaira, Ana Paula Soares de Carvalho, Gustavo Cravo de Azevedo	2021
Bingo das Pretas	O uso de jogos e a educação das relações étnico-raciais: um relato de experiência nas aulas de sociologia	Franciele Brito Barbosa, Elis Cristina Fiamengue	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os tipos de produções mais encontrados foram os anais. Ao todo foram 22 anais publicados, em diversos eventos da área de ensino de sociologia e educação. Esse tipo de publicação como uma oportunidade das professoras relatarem as suas experiências de produção de jogos didáticos.

O relato de experiência do projeto de extensão do ensino de sociologia, produzido pelas professoras, apresenta a discussão das *Olimpíadas no ensino de sociologia* e os jogos *quiz antropológico, lutas simbólicas* e *república em jogo*. A Olimpíada está em processo de organização para a sua segunda edição.

Foram encontrados, jogos didáticos com características de situações problema e jogos em que as estudantes simulam situações problemas. *O jogo da Vida* que simula situações com o tema trabalho. *O jogo sobre os clássicos da sociologia* colocava as estudantes diante de situações problemas e baseado nos clássicos. O projeto de extensão *Sociologia em Movimento* que apresenta a elaboração *banco latifundiário*, que representa a disputa de terras no Brasil, em que as estudantes se colocam nos papéis das pessoas indígenas e o *jogo da meritocracia*, em que elas se colocam em diferentes papéis sociais diante dos marcadores sociais da diferença.

Encontrou-se uma produção relevante de jogos didáticos relacionados à temática da política: o jogo *cara a cara com a política*, jogo de perguntas com pistas para explorar o funcionamento dos partidos políticos. *Jogo Comunicação Política*, com a temática de democracia e cidadania. *Jogo da Cidadania*, com jogo de tabuleiro com dados estilo banco imobiliário. Na mesma produção são apresentados três jogos: *quem sou eu na organização política*, *jogo antialienação* e *jogo de tabuleiro os contratualistas*. E, também, o *jogo do Poder*, de perguntas e respostas sobre Estado mínimo.

Foram encontrados também, jogos sobre a temática de relação de gênero e raça. O *jogo violetas*, que aborda uma discussão de gênero. O *jogo dos privilégios*, um jogo de tabuleiro com cartas que discute a temática racial. O *bingo das pretas*, um bingo que discute a sensibilização da trajetória de mulheres negras no campo da política, da história, da ciência, entre outros.

Algumas produções chamam atenção pelo estilo de criação dos jogos. O jogo de cartas que aborda a representação coletiva em Durkheim com a discussão da *educação patrimonial*. *Jogo Agência*, um jogo de cartas sociológico que trata da questão da sociedade-indivíduo com estudantes do primeiro ano do ensino médio, Marx, Weber e Durkheim. *Jogo luta de classes*, baseado no livro o manifesto do partido comunista de Marx, jogo de tabuleiro que pode ser jogado de forma competitiva e colaborativa.

Os jogos: *baralho dos pensadores* e *dominó sociológico* que pode ser utilizado nas aulas de sociologia e de filosofia, com conceitos e definições de assuntos diversos da sociologia. O jogo *pife sociológico*, que aborda um jogo de baralho em que o naipe do baralho é representado pelos sociólogos Comte, Durkheim, Weber e Marx.

Jogo de perguntas e respostas e *jogo tabuleiro* sobre organização do trabalho taylorismo, fordismo e toyotismo. Jogo *perfil sociológico* sobre cultura, poder, trabalho e globalização.

A partir desse levantamento, pode-se observar um avanço significativo de produções sobre jogos didáticos no ensino de sociologia nos mais diversos tipos de publicações. Ainda assim, foi identificado um número menor de publicações de monografias e artigos, em contrapartida, encontrou-se um número crescente de dissertações fruto dos mestrados profissionais com destaque para o Profsocio. Essas dissertações, vale destacar, pesquisam a sociologia no campo da educação básica, como o caso, por exemplo, das dissertações do Profsocio.

Ainda assim, as maiores produções encontradas são publicações em anais de eventos, tanto na área da educação como na área da sociologia, o que para Rogério, essas publicações se caracterizam por serem "[...] espaços reduzidos, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo, a maiores análises conceituais" (ROGÉRIO, 2020, p. 194).

Esse levantamento possui algumas limitações, a proposta seguinte é que esse material encontrado seja organizado em categorias e divulgado para que mais docentes e discentes tenham acesso a essas produções. Os próximos passos serão: identificar se os jogos foram desenvolvidos por estudantes em parceria com as docentes; ou se os jogos foram desenvolvidos apenas pelas professoras; se os jogos didáticos dialogam com qual teoria da sociologia; se o jogo apresenta alguma versão online ou física que possa ser utilizada por outras pessoas. A proposta é desenvolver esse material no grupo de pesquisa realizado na UESC, em parceria com a professora Dra. Elis Cristina Fiamengue.

De modo geral, pode-se afirmar que essas publicações são um avanço para a discussão da temática o que contribui à consolidação da sociologia na educação básica, como também, para que se tenha mais produções de jogos didáticos desenvolvidos por estudantes e docentes na educação básica e no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Jornal Mulherio*: Lélia, o que você acha do slogan "mulher vota em mulher"?
>
> *Lélia Gonzalez*: Esse papo é tão furado quanto aquele de "negro vota em negro" e ambos se diferenciam daquele que afirma que "trabalhador vota em trabalhador". Enquanto esse último tem sua coerência apoiada justamente na denúncia da exploração da classe trabalhadora pela classe dominante, os outros dois escamoteiam essa questão. Afinal, existem mulheres e negros que pertencem e/ou fazem o jogo da classe dominante, buscando perpetuar privilégios dela, e ao mesmo tempo, participar desses privilégios. (Entrevista de Lélia Gonzalez ao jornal Mulherio, 1982, p.5).

Esta entrevista da intelectual feminista Lélia Gonzalez, busca evidenciar a discussão central quando se propões uma discussão sobre a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira da qual se refere este trabalho. A sub-representatividade de mulheres negras e indígenas na política institucional é um problema histórico no país, a presença dessas pessoas nesses espaços ajudam a tencionar a estrutura desses espaços, porém, vale ressaltar que essas políticas apenas não são suficientes para combater o problema do racismo.

Nesse sentido, esta pesquisa trouxe uma discussão para a realidade de uma experiência de pesquisa com estudantes de uma escola pública da rede estadual da Bahia e que teve como resultado a elaboração do jogo didático *Representatividade na política*. Tendo como objetivo analisar a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira com estudantes do ensino médio. Se tratando, nesse caso, de uma temática apoiada na educação das relações étnico-raciais, orientada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, teve a seguinte pergunta de pesquisa: como a educação das relações étnico-raciais pode fomentar a discussão sobre representatividade política com estudantes do ensino médio?

A importância das relações étnico-raciais, enquanto educadora, reforça a necessidade de valorizar, reconhecer e ressignificar as trajetórias e histórias da diversidade, pautada em um processo de sociedade em que as pessoas, principalmente, as negras e indígenas, sejam devidamente reconhecidas, compreendidas e respeitadas nos mais diversos campos da sociedade.

Compreendendo essa importância, e sendo pautada desde a minha formação, ao adentrar na escola pública da rede estadual como professora de contrato temporário, tive contato direto com a implementação da Reforma do Ensino Médio. Nesse sentido, foi necessário pensar em linhas de fuga para que a discussão das relações étnico-raciais pudesse ser abordada com uma discussão mais aprofundada que fuja de imediatismo e

superficialidades ou de questões problemáticas como as que estão presentes nos itinerários formativos, como é o caso do Projeto de Vida.

Isto posto, ao expor em sala de aula a discussão da temática da representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira com as estudantes, houve uma identificação das estudantes pela temática, ocasionada também, pelo cenário político das eleições municipais de 2020. Ao fazer o levantamento das pessoas candidatas e eleitas no município, os dados apontaram ainda uma sub-representatividade de mulheres negras na política do município.

A respeito da variação do número de candidatas relacionado com o baixo número de eleitas para a câmara de vereadoras/es do município, pode estar relacionada com as cotas eleitorais de gênero, que estabelecem que ao menos 30% das candidaturas sejam ocupadas por pessoas do sexo feminino. Que nesse caso, para cumprir com essa obrigatoriedade as vagas são ocupadas pelas chamadas candidaturas laranjas.

Desses dados, a maior parte das pessoas que compõem o município e como consequência refletiu na política, foram as pessoas que se autodeclararam como pardas. Esse dado chamou a atenção das estudantes, o pardo no Brasil serve para permitir que as pessoas consideradas não-brancas, e que não se consideram negras de pele escura. Esta mesma ideia, quando aplicada ao IBGE, serve para englobar dentro do que é ser negro as pessoas que têm algum grau de miscigenação.

A representatividade de mulheres negras evidenciou o problema central de que a discussão de mais mulheres na política, por si só, pode não significar nada. Inclusive colocar pessoas de grupos minoritários em espaços de poder sem que esses sejam modicados e transformados, serve apenas como um discurso para legitimar a continuidade da discriminação e vai servir para que pessoas de grupos minoritários continuem sendo discriminadas nesses espaços.

Para tanto, ao responder a pergunta de pesquisa desta dissertação buscamos analisar como se deu todo o processo até se chegar na realização da pesquisa com as estudantes. Um desses fatores, se deu a partir da minha relação de educadora, contratada por um regime temporário, atuando em uma escola piloto de implantação da Reforma do Ensino Médio.

Com a redução dos componentes curriculares presentes na base comum, como é o caso de áreas como filosofia, sociologia, biologia, história e outras, que terão sua carga horária reduzida. Em contrapartida, ocorre um aumento dos itinerários formativos como Projeto de Vida, por exemplo, além dos componentes que são voltados para a profissionalização, presentes na matriz do ensino médio regular de turno noturno.

Algumas dificuldades encontradas surgiram a partir da discussão da temática em si. O município em questão estava experienciando um momento de grande euforia política e era de se esperar que algumas pessoas ficassem preocupadas com a discussão dessa temática na escola. Outro fator, ocasionou nas discussões sobre representatividade de mulheres na política somado a peculiaridade do município onde as estudantes residiam a respeito das eleições municipais.

No período da campanha e das eleições, que também foi o período em que esta pesquisa se desenvolveu, as pessoas da cidade não falavam de outra coisa. As aulas de sexta-feira eram disputadas com as carreatas das/dos candidatas/os. A campanha política influenciava até na cor da roupa que escolhiam vestir. Nada de amarelo ou azul se não quisesse "dar pinta" de qual candidato você estava apoiando.

Além das dificuldades relacionadas ao contexto geral que as pessoas estavam vivenciando, outro fator que merece destaque foi a necessidade de realizar encontros com as estudantes fora do período das aulas. Momentos para orientação, tirar dúvidas, debate de algumas ideias, definição de algumas tarefas, enfim, atividades que não podiam ser realizadas durante o período da aula.

Muitas vezes os encontros se davam um tempo após o final das aulas, antes que as estudantes voltassem para suas casas, ou nas aulas vagas que porventura surgissem. Vale ressaltar, que a escola já havia aderido ao ensino em período integral, portanto não havia a possibilidade de marcar reuniões no turno oposto ao das aulas.

Por outro lado, a cada encontro ficava mais que evidente o esforço das estudantes em fazer esta experiência de pesquisa dar certo. As estudantes me procuravam nos intervalos das aulas, nas salas das professoras, nos períodos fora das aulas, o que sempre causava um espanto, ao vê-las tão interessadas com essa discussão.

Aqui cabem algumas indagações a respeito desta experiência durante a pesquisa: a juventude não se interessa por política? É uma juventude que não quer nada? Por que a escola se recusa a discutir política? E as temáticas da diversidade, tão presente no cotidiano das jovens? Os relatos presentes nos cadernos de campo das estudantes suscitaram em um aprendizado coletivo na construção do saber na temática do racismo, da discriminação, e do preconceito presente na discussão sobre representatividade de mulher negras na política, permitindo as estudantes questionarem a sua própria realidade desigual e adversa em que se encontram.

A ideia, no entanto, não é romantizar os pontos positivos de construção do processo de pesquisa. Porque cabe aqui a reflexão dos embates, dos desmontes da educação pública

ocasionada por reformas que são antipovo e antieducação pública. Que visam um desserviço aos filhos da classe trabalhadora, com disciplinas sem teor científico e crítico voltadas para uma inserção precária das estudantes no mercado de trabalho. Fazendo refletir, portanto, como que enquanto docente, sob um ataque constante à educação pública, nesse caso específico do ensino médio, se resiste a um processo de mudança que o Estado impõe, em que as áreas do conhecimento perdem o teor científico e crítico, se pode atuar nas brechas para se pensar na educação das relações étnico-raciais?

Pensar em linhas de fuga para que docentes possam ocupar um espaço que parece estratégico de resistência e trazer uma discussão mais aprofundada que fuja de imediatismo e superficialidades ou de questões problemáticas como as que estão presentes nos itinerários formativos, como é o caso do Projeto de Vida.

Essa discussão com as estudantes, resultou na elaboração de um jogo didático *Representatividade na Política* com o objetivo de discutir em sala de aula a importância da representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira e como essa discussão levanta o debate sobre o combate ao racismo no Brasil.

Dessa forma, o jogo se apresenta na sociedade como um fenômeno atual que deve ser explorado por docentes, estudantes de graduação e estudantes da educação básica em todos os espaços escolares com o propósito de trazer a ludicidade para a sala de aula como forma de mediação didática.

A partir das produções encontradas sobre jogos didáticos no ensino de sociologia, evidencia um ainda crescente, porém significativo, número de jogos apresentados nos mais diversos tipos de publicações. O que faz com que outras docentes e discentes tenham contato com esse material e possam se inspirar em utilizar em sala de aula e, até mesmo, incentivar as produções para ser utilizada como atividade em sala de aula.

Nesse caso em específico, jogos didáticos que trazem temáticas voltadas para a discussão das relações étnico-raciais e da discussão científica em áreas do conhecimento que estão perdendo espaço a partir da atual Reforma do Ensino Médio que está em processo de implementação no país.

Sendo assim, pode-se afirmar que por meio da pesquisa desenvolvida na escola, presente em todo o contexto de desmonte de políticas públicas educacionais, proporcionaram as estudantes um diálogo crítico entre o saber da educação das relações étnico-raciais e da vida cotidiana, quando elas puderam identificar a importância da discussão da política dentro da escola. Portanto, é possível perceber a importância da sociologia no ensino médio em discussão com a pesquisa e o seu caráter de proximidade com a realidade das estudantes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Observação participante e "Survey": uma experiência de conjugação. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.) **Aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta; ALCÂNTARA, Adeilton Pedro. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 45, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, maio, 1983.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, p. 155-195, 2001.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 231-252, 2001.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médi***o.* Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos et al. Profissionalização e a reforma do ensino médio: dispositivos institucionais na política pública paulista. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 483-503, 2022.

BEZERRA, Vinícius de Oliveira; BRITO, Silvia Helena de Andrade de. Ensino Médio em Disputa: correlação de forças na conjuntura do Projeto de Lei Nº 6.840/2013 e da Medida Provisória Nº 746/2016. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, 2022.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Quem leciona Sociologia após 10 anos de presença no ensino médio brasileiro? In: BODART, Cristiano Neves (Org.). **Ensino de Sociologia no Brasil**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. p.35-61.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?. Paraná Eleitoral: **Revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 1, n. 2, 2012.

BRANCO, Emerson Pereira et al. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades? **Debates em Educação**, v. 11, n. 25, p. 155-171, 2019.

BRANCO, Emerson Pereira *et al*. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do ensino médio. **Debates em Educação**, v. 10, n. 21, p. 47-70, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Exposição de Motivos. EM n.º 00084/2016/MEC**. Brasília, 15 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: Inep, 2015.

BRASIL. **Resumo técnico do estado da Bahia: censo escolar da educação básica**, *2021*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2022.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens**: a máscara e a vertigem. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**, v. 63, p. 80-91, 2013.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Editora Zouk, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara por Sueli Carneiro. **Portal Geledés**, 2004. Disponível em: https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/. Acesso em: 09 jan. 2023.

CARVALHO, Ana Paula; MAÇAIRA, Julia Polessa; AZEVEDO, Gustavo Cravo de. Quiz Antropológico: jogos didáticos e formação de professores. **Perspectiva Sociológica**, n. 28, p. 114-128, 2020.

CASTELLS, Manuel. As novas fronteiras da metodologia sociológica. **Information, sur les Sciences Sociáles**, v. 9, n. 6, p. 79-108, 1970.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. 2 ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Um" templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 517-534, 2008.

DRAGO, Crislaine Cassiano; MOURA, Dante Henrique. Implantação do Novo ensino médio no Amapá. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 357-376, 2022.

EZPELETA, Justa. Notas sobre pesquisa participante e construção teórica. *In*: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan; PEREIRA, João Baptista Borges; NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. **Revista USP**, n. 68, p. 168-179, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; CYPRIANO, Alessandra Martins Constantino. O Novo ensino médio no Espírito Santo: os desafios de diretores/as escolares. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 443-461, 2022.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz... bem se entende. Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina REPEM, 2006. Disponível em: https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 34-41, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 79 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GATINHO, Andrio Alves. **O movimento negro e o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitiativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasi**l: uma breve discussão, 2005. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relações-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discussão.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes, 2017.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 2016.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In:* THEODORO, Mário. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após abolição. p. 131-166, 2008.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina De Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

LIMA, Helton Souto. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. *In:* WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural***:* questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, p. 143-149, 2002.

LIMA, Maria da Conceição Silva; GOMES, Danyella Jakelyne Lucas. Novo ensino médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 315-336, 2022.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. **A Radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MACHADO, Celso de Souza. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. Boitempo Editorial, 2013. [Ebook].

MELIM, Leandra Marques Chaves. **Cooperação ou competição***?* Avaliação de uma estratégia lúdica de ensino de Biologia para o Ensino Médio e o Ensino Superior. 2009. 127 f.

Dissertação (Mestrado em Ensino em Biologia Celular e Molecular) – Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

MONTEIRO, Santiago. Castigio e. Estratégias da privatização da educação básica na rede estadual da Bahia (2005-2018). *In:* VENCO, Selma.; BERTAGNA, Regina. Helena; GARCIA, Teise (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018), São Carlos: Pedro e João Editores, p. 84-111, 2021.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio: medida provisória nº 746/2016. (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do Exílio**: Brasil 1964-19??:1. De Muitos caminhos. v.1. Lisboa: Editora Arcádia, p. 23-52, 1978.

NOSELLA, Paolo. Ensino Médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, 2011.

NOSELLA, Paolo. Ensino Médio: unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 121-142, 2015.

OLIVEIRA, Brena Kécia Andrade de; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. Trazendo o contexto para o centro da análise sobre a atuação das políticas: um estudo acerca da reforma do ensino médio e da BNCC em escolas do Ceará. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1128-1147, 2021.

ORLICK, Terry. **Vencendo a competição: como usar a cooperação**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. IPEA: Brasília, 2003.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). **Estudos Avançados**, v. 36, p. 93-116, 2022.

PERBONI, Fabio, LOPES, Maria de Lourdes de Macedo Ferreira. Reforma do ensino médio no Mato Grosso do Sul. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 377-397, 2022.

PEREIRA, Natália Silva; CIAVATTA, Maria; GAWRYSZEWSKI, Bruno. O processo da reforma do ensino médio no Rio de Janeiro. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 463-481, 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; EVANGELISTA, Neima Alice Menezes; MORADILLO, Edilson Fortuna de. A reforma do “novo ensino médio”: uma interpretação

para o ensino de ciências com base na pedagogia histórico-crítica. **Debates em Educação**, v. 12, n. 26, p. 242-260, 2020.

PINTO, Samilla Nayara Dos Santos; MELO, Savana Diniz Gomes. Mudanças nas Políticas Curriculares do ensino médio no Brasil: Repercussões da BNCCEM no Currículo Mineiro. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

QUEIROZ, Lavínia Maria Silva; AZEVEDO, Alessandro Augusto de. Parcerias público-privadas: ressignificações docentes em uma escola no Rio Grande do Norte. *In:* **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 295-313, 2022.

RAMOS, Luciana de Oliveira et al. **Cidades, raça e eleições**: uma análise da representação negra no contexto brasileiro. Nota técnica n.1. São Paulo: FGV, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos SUR 24**, v.13, n.24, pp. 99 – 104, 2016.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 1, p. 39-44, 2017.

ROGÉRIO, Radamés de Mesquita. O ensino de sociologia e os jogos didáticos. *In:* BRUNETTA, Antônio Alberto. et. al. **Dicionário do ensino de sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

SALEN, Katie; ZIMMERMAN, Eric. **Regras do jogo**: fundamentos do design de jogos São Paulo: Blucher, 2012.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Marcia Betânia; SILVA, Maria Kélia. Tensões sem medida: impactos da reforma na escola de ensino médio. **Interfaces Da Educação**, v. 8, n. 23, p. 134-159, 2017.

SANTOS, Sayarah Carol Mesquita dos; SILVA, Katharine Ninive. A dualidade educacional no ensino médio brasileiro (2004-2018). **Revista Brasileira do Ensino Médio**, v. 3, p. 45-59, 2020.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Angela; LUCE, Maria Beatriz. Não está calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 419-442, 2022.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury (Org.). **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia**. Brasília: MEC, p.15-44, 2010.

SILVA, Katharine Ninive Pinto. Novo Ensino Médio no contexto das contrarreformas neoliberais brasileiras. **Revista Lex Cult**, v. 6, n. 1, p. 128-136, 2022.

SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres; KÖRBES, Cleci. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 399-417, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Tiago Zanquêta de; NOVAIS, Gercina Santana. Colonialismo e colonialidade na educação: da denúncia ao anúncio da resistência propositiva popular. **Debates em Educação**, v. 13, n. 31, p. 527-550, 2021.

SUHR, Inge Renate Frose. A reforma do ensino médio como estratégia de adequação da educação às demandas do setor produtivo. **Debates em Educação**, v. 11, n. 24, p. 402-415, 2019.

THEODORO, Mário. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. *In:* THEODORO, Mário. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após abolição. p. 167-176, 2008.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

VASCONCELLOS, Marcelo Simão de; CARVALHO, Flávia Garcia de; ARAUJO, Inesita Soares de. **O jogo como prática de saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

VENCO, Selma; SOUSA, Flávio Bezerra. Os professores da educação básica no Brasil: brancos e precários? **Políticas Educativas**, Paraná, v. 14, n. 1, p. 76-85, 2020.

VIDAL, Eloisa Maia; OLIVEIRA, Ana Gardennya Linard Sirio; AVELAR, Davi Miranda Lucena de. A reforma do ensino médio no Ceará. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 337-356, 2022.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Ideologia x Cultura: como harmonizar esses conceitos tão antagônicos. *In:* SOUZA, Eliana Melo et al. **Teoria e Prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: UNESP/FCL, Laboratório Editorial, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos; MARCELINO, Daniel. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. **Opinião Pública**, v. 25, p. 1-28, 2019.

ANEXO A: Carta de anuência

À equipe gestora,

Prezado senhora vice-diretora,

Ao cumprimentar-lhes, encaminhamos a apresentação da pesquisa intitulada “Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio”, cadastrada junto a Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, desenvolvido pela pesquisadora Franciele Brito Barbosa e por sua orientadora Elis Cristina Fiamengue.

A pesquisa tem por objetivo geral analisar o funcionamento do sistema político brasileiro e da representatividade de gênero e raça na política brasileira com jovens do ensino médio. Para tanto, será realizada com as/os estudantes uma experiência de pesquisa.

O público-alvo da pesquisa serão as(os) estudantes. A escolha das(os) estudantes se dará por meio de uma seleção com a professora pesquisadora. A carga horária do Projeto de Iniciação à Pesquisa será de 30horas.

Informamos que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade das(os) estudantes e da instituição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta pesquisa científica em nossa região.

Atenciosamente,

_____

Franciele Brito Barbosa
E-mail: franbr.barbosa@gmail.com

Recebido ___/____/___

ANEXO B: Carta de apresentação

Ao:
Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos
Universidade Estadual de Santa Cruz

Senhor(a) Coordenador(a) do CEP-UESC

Eu, equipe gestora, conheço o Protocolo de Pesquisa intitulado “Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio”, desenvolvido pela pesquisadora Franciele Brito Barbosa, e concordo com sua realização após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente preenchido e assinado pelas partes. O início desta pesquisa neste Serviço só poderá ocorrer, a partir da apresentação da carta de aprovação do Sistema CEP/CONEP.

Atenciosamente,

_____

Carimbo com o nome do responsável institucional

ANEXO C: Termo de assentimento das/dos estudantes menores

Você, estudante, está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa na área de Educação, intitulada "Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio", de responsabilidade da prof.ª pesquisadora Franciele Brito Barbosa e da sua orientadora a prof.ª Elis Cristina Fiamengue. Essa pesquisa se justifica a partir do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo que interfere em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, violência, expectativa de vida, entre outros. Este contexto de desigualdade racial também reflete na política brasileira. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar o funcionamento do sistema político brasileiro e da representatividade de gênero e raça na política brasileira com jovens do ensino médio. A sua participação consistirá em fazer parte experiência de pesquisa, com carga horária de 30horas: onde será levantada a trajetória de mulheres negras na política brasileira; será delineado o perfil das pessoas candidatas e das pessoas eleitas nas eleições municipais de 2020 no município e produzido um jogo de política que aborde a representatividade de mulheres negras na política nacional. Além disso, será analisado o caderno de campo produzido por você, com a finalidade de verificar o processo de ensino-aprendizagem realizado durante a pesquisa. Estas atividades serão realizadas nas aulas que serão ministradas por esta professora. Cabe ressaltar que está atividade não será validada como atividade das disciplinas, sendo totalmente voluntária a participação da pesquisa. Para evitar a sua identificação, trocaremos seu nome por outro, fictício, e não divulgaremos quaisquer imagens, para evitar constrangimentos e/ou desconfortos. Os dados serão tratados com sigilo e confidencialidade para proteger a privacidade de todas(os) as(os) envolvidas(os). É importante que você saiba que a sua participação é totalmente voluntária e, como tal, você não terá nenhum tipo de despesa com esta pesquisa, bem como nada será pago pela sua participação. Você poderá retirar seu assentimento em qualquer fase da pesquisa, antes de sua conclusão, inclusive durante o período de pesquisa e mesmo após ter assinado esse termo, sem qualquer prejuízo. Sendo a responsável legal por esta pesquisa, comprometo-me em manter sigilo de todos os seus dados pessoais em todas as etapas da pesquisa. Informo que você tem direito à indenização, caso sofra algum prejuízo físico ou moral decorrente dessa pesquisa. Você também tem direito ao ressarcimento, se porventura, tiver gastos decorrentes desta pesquisa. A sua participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, mas caso haja da sua parte algum constrangimento, fica resguardado aqui, o seu direito de não participar parcialmente ou totalmente da pesquisa, sem que isso venha trazer nenhum problema para você, já que é um direito seu participar ou não. Em relação aos benefícios da pesquisa: esperamos que este estudo resulte em um aprendizado desenvolvido no processo de pesquisa, tendo como o objetivo despertar a reflexão sobre a importância da representatividade na política brasileira. Este termo foi impresso em duas vias iguais e você ficará com uma delas. Neste documento consta o endereço e o telefone da pesquisadora responsável, tendo liberdade para tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

_____

Franciele Brito Barbosa (Pesquisadora Responsável)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu_____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu assentimento para a participação na pesquisa "Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio", e declaro que fui devidamente informada(o) sobre minha participação na mesma, bem como sobre meus direitos.

_____, ____de _____ de _____

_____

Assinatura da/o participante

Nome do responsável que autorizou a participação do(a) estudante: _____

ANEXO D: Termo de assentimento das/dos responsáveis

Você, responsável legal pelo(a) estudante, está sendo convidado(a) a tomar conhecimento do que se trata a pesquisa e autorizar a participação do(a) estudante em uma pesquisa da área de Educação, intitulada "Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio", de responsabilidade da prof.ª pesquisadora Franciele Brito Barbosa e da sua orientadora a prof.ª Elis Cristina Fiamengue. Essa pesquisa se justifica a partir do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo que interfere em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, violência, expectativa de vida. Entre outros, este contexto de desigualdade racial também reflete na política brasileira. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar o funcionamento do sistema político brasileiro e da representatividade de gênero e raça na política brasileira com jovens do ensino médio. Para tanto, será realizada com as/os estudantes uma experiência de pesquisa: onde será levantada a trajetória de mulheres negras na política brasileira; será delineado o perfil das pessoas candidatas e das pessoas eleitas nas eleições municipais de 2020 no município e produzir um jogo de política que aborde a representatividade de mulheres negras na política nacional. Além disso, vamos analisar os cadernos de campo dos(as) estudantes com a finalidade de verificar o processo de ensino-aprendizagem realizado durante a pesquisa. Estas atividades serão realizadas durante as aulas que será ministrada por esta professora. Cabe ressaltar que está atividade não será validada como atividade das disciplinas, sendo totalmente voluntária a participação da pesquisa. Para evitar a identificação do(a) estudante, trocaremos seu nome por outro, fictício, e não divulgaremos quaisquer imagens, para evitar constrangimentos e/ou desconfortos. Os dados serão tratados com sigilo e confidencialidade para proteger a privacidade de todas(os) as(os) envolvidas(os). É importante que você saiba que a participação do(a) estudante, é totalmente voluntária e, como tal, nem o(a) senhor(a), nem ele(a), terão nenhum tipo de despesa com esta pesquisa, bem como nada será pago por sua permissão nem pela participação dele(a).Você poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, antes de sua conclusão, inclusive durante o período de pesquisa e mesmo após ter assinado esse termo, sem qualquer prejuízo. Sendo a responsável legal por esta pesquisa comprometo-me em manter sigilo de todos os seus dados pessoais e do(a) estudante em todas as etapas da pesquisa. Informo que você e o(a) estudante têm direito à indenização, caso sofram algum prejuízo físico ou moral decorrente dessa pesquisa. Você e o(a) estudante também têm direito ao ressarcimento, se porventura, tiverem gastos decorrentes desta pesquisa. A participação do(a) estudante nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, mas caso haja da parte do(a) estudante algum constrangimento, fica resguardado aqui, o seu direito de não participar parcialmente ou totalmente da pesquisa, sem que isso venha trazer nenhum problema para ele(a) ou para o(a) senhor(a), já que é um direito dele(a) participar ou não. Em relação aos benefícios dapesquisa: esperamos que este estudo resulte em um aprendizado desenvolvido pelo(a) estudante no processo de pesquisa, tendo como o objetivo despertar a reflexão sobre a importância da representatividade na política brasileira. Este termo foi impresso em duas vias iguais e você ficará com uma delas. Neste documento consta o endereço e o telefone da pesquisadora responsável, tendo liberdade para tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

_____

Franciele Brito Barbosa (Pesquisadora Responsável)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu_____,
responsável legal pelo(a) estudante_____,
de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para a participação dele(a) na pesquisa "Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio", e declaro que fui devidamente informados(a) sobre a participação dele(a) na mesma bem como sobre nossos direitos.

_____, ____de _____ de _____

_____
Assinatura do responsável ou impressão datiloscópica
Grau de parentesco/responsabilidade do(a) estudante: _____

_____
Testemunha 1

_____
Testemunha 2

ANEXO E: Termo de assentimento da entrevistada

Você, entrevistado (a), está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa na área de Educação, intitulada "Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio", de responsabilidade da prof.ª pesquisadora Franciele Brito Barbosa e da sua orientadora a prof.ª Elis Cristina Fiamengue. Essa pesquisa se justifica a partir do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo que interfere em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, violência, expectativa de vida, entre outros. Este contexto de desigualdade racial também reflete na política brasileira. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar o funcionamento do sistema político brasileiro e da representatividade de gênero e raça na política brasileira com jovens do ensino médio. A sua participação consistirá em realizar uma entrevista e concordar em ter registro da sua entrevista gravada, para futura análise. Apenas suas falas serão citadas e analisadas ao longo do trabalho de pesquisa. Porém, em nenhum momento esses áudios serão divulgados ou veiculados. Ao final da pesquisa, os dados digitais serão descartados. Para evitar a sua identificação, trocaremos seu nome por outro, fictício, e não divulgaremos quaisquer imagens, para evitar constrangimentos e/ou desconfortos. Os dados serão tratados com sigilo e confidencialidade para proteger a sua privacidade. É importante que você saiba que a sua participação é totalmente voluntária e, como tal você não terá nenhum tipo de despesa com esta pesquisa, bem como nada será pago por sua permissão nem pela sua participação. Você poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, antes de sua conclusão, inclusive durante o período de pesquisa e mesmo após ter assinado esse termo, sem qualquer prejuízo. Sendo a responsável legal por esta pesquisa, comprometo-me em manter sigilo de todos os seus dados pessoais em todas as etapas da pesquisa. Informo que você tem direito à indenização, caso sofra algum prejuízo físico ou moral decorrente dessa pesquisa. Você também tem direito ao ressarcimento, se porventura, tiver gastos decorrentes desta pesquisa. A sua participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, mas caso haja da sua parte algum constrangimento, fica resguardado aqui, o seu direito de não participar parcialmente ou totalmente da pesquisa, sem que isso venha trazer nenhum problema para você, já que é um direito seu participar ou não. Em relação aos benefícios da pesquisa, esperamos que este estudo resulte em informações importantes sobre a representatividade de mulheres negras na política brasileira. Este termo foi impresso em duas vias iguais e você ficará com uma delas. Neste documento consta o endereço e o telefone da pesquisadora responsável, tendo liberdade para tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

_____

Franciele Brito Barbosa (Pesquisadora Responsável)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para a minha participação na pesquisa "Negras, mulheres e o jogo de política: um debate sobre representatividade política com jovens do ensino médio", e declaro que fui devidamente informada(o) sobre minha participação na mesma bem como sobre meus direitos.

_____, ____de _____ de _____

_____

Assinatura da participante

APÊNDICE A: Produto Educacional

PRODUTO EDUCACIONAL
PPGE/UESC

JOGO DIDÁTICO: REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA

Antonieta de Barros
Áurea Carolina
Érica Malunguinho
Marielle Franco
Rejane de Almeida
Vilma Reis
Regina Sousa
Carolina Iara
Maria Nascimento
Maria Aragão
Sofia Teixeira
Benedita da Silva
Almerinda Gama
Ideli Salvatti
Talíria Petrone
Jurema Batista
Laélia de Alcântara
Leci Brandão
Maria dos Reis

FRANCIELE BRITO BARBOSA

FRANCIELE BRITO BARBOSA

ELIS CRISTINA FIAMENGUE

QUEM DÁ AS CARTAS NO JOGO DA POLÍTICA?

Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio

JOGO DIDÁTICO

REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA

Produto Educacional da pesquisa "**Quem dá as cartas no jogo da política?** Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio", apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Elis Cristina Fiamengue.

ILHÉUS - BAHIA

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4
INTRODUÇÃO 5
1 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 7
2 JOGO DIDÁTICO REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA 12
2.1 Componentes do jogo 12
2.2 Preparando o jogo 13
2.3 Objetivo do jogo 14
2.4 Como jogar 15
2.5 Pós-jogo 16
2.6 Glossário do jogo didático 17
CONSIDERAÇÕES FINAIS 19
REFERÊNCIAS 20
APÊNDICE A: LINK DE ACESSO A OUTROS JOGOS 21
APÊNDICE B: DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA 24
APÊNDICE C: O JOGO DIDÁTICO 25

APRESENTAÇÃO

Olá, educadora. Este produto educacional tem por objetivo apresentar o jogo didático *Representatividade na Política* originado da pesquisa: *Quem dá as cartas no jogo da política? Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – PPGE/UESC.

Trata-se de um jogo de cartas e de tabuleiro, que se desenrola em uma Comissão Parlamentar da Câmara das/os Deputadas/os e tem por objetivo conseguir votos nas audiências públicas para aprovações de Projetos de Lei (PL) com temáticas de combate ao racismo. No entanto, o referido jogo didático discute também a importância da representatividade, principalmente de mulheres negras, para aprovação desses Projetos e até que ponto a representatividade nas instituições políticas contribuem para superar o problema do racismo no Brasil.

A temática abordada no jogo didático *Representatividade na Política* se justifica pelo contexto de desigualdade de gênero e raça, presente no Brasil, que se apresenta como um processo histórico, econômico e social. Essa desigualdade se materializa, entre outros espaços, na política institucional, onde mulheres negras encontram-se historicamente sendo sub-representadas em diversos cargos políticos.

O jogo foi elaborado com o intuito de ser aplicado nas aulas de sociologia com estudantes do ensino médio e encontra-se apoiado na educação orientada pelas leis n° 10.639/2003 e 11.645/2008. A ideia inicial de construção do jogo, entre outros motivos, foi de produzir um material didático com a discussão das relações étnico-raciais e o ensino de sociologia. Por meio dele, busca-se oferecer ferramentas que possam ser utilizadas como brechas para atuar no contexto da atual Reforma do Ensino Médio, regulada pela lei federal n° 13.415/2017, em que as áreas do conhecimento vêm perdendo o seu teor científico e crítico.

Nesse sentido, este jogo didático possibilita a construção de conhecimento de temas atuais relacionados à política institucional, representatividade, desigualdade de gênero e raça. O tempo de duração de uma partida desse material, incluindo a orientação das regras e a discussão final, é de duas aulas, de 40 minutos cada.

Desta forma, espera-se que este jogo didático possa ser utilizado como uma estratégia para articular a prática e a realidade das estudantes com a teoria do ensino de sociologia, se tornando, portanto, uma ferramenta em sala de aula, com o propósito de problematizar os fenômenos sociais e o cotidiano de maneira que a estudante possa desenvolver um senso crítico da realidade na qual está inserida.

Você, educadora, desempenha um papel fundamental nesse processo, antes, durante e depois da partida. Portanto, a ideia desse produto educacional, além de divulgar o jogo didático *Representatividade na Política*, é servir de orientação e inspiração para discussões de jogos didáticos nas aulas de sociologia.

Utilizaremos, ao longo deste produto educacional, uma linguagem inclusiva para nos referirmos às pessoas. Ao citarmos grupos não utilizaremos a forma masculina como sinônimo de *neutro* e *universal*.

Bom jogo!
Franciele Brito Barbosa

START

INTRODUÇÃO

A pesquisa da qual se originou este produto educacional, intitulada *Quem dá as cartas no jogo da política? Uma análise sobre representatividade de mulheres negras com estudantes do ensino médio*, teve como objetivo geral analisar a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira, com jovens do ensino médio. E para a construção desse produto educacional, produzir um jogo didático que aborde a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira.

A ideia de trabalhar com a produção de um jogo didático se deu, entre outros motivos, pela minha atuação como professora de sociologia em uma escola pública da rede estadual da Bahia. Atuei nessa escola por dois anos como professora temporária, contratada pelo REDA.

Neste período, observei o envolvimento de algumas estudantes em constantes discussões políticas referentes às eleições municipais de 2020. Envolvimento este que se intensificou, se estendendo por todo o ano de 2021, tendo em vista uma particularidade no município onde a escola está situada, a saber: o caso de um candidato a prefeito eleito pela maioria dos votos válidos que teve sua candidatura indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e que por conta disso fez surgir a necessidade de serem realizadas novas eleições para o cargo de prefeito.

A partir dessa situação, fui tomada pela inquietação de discutir a representatividade na política a partir do questionamento de uma estudante, que me indagou sobre como estaria a representatividade de mulheres negras no município. Inquietação esta, que se apresenta como o problema de pesquisa do trabalho desenvolvido pelas estudantes.

Portanto, a ideia de construção do jogo didático se justifica pelo interesse das estudantes por essa temática, pelo uso de jogos ser uma estratégia que vem ganhando visibilidade na área de sociologia e como forma de produzir materiais didáticos para as professoras da educação básica como forma de fortalecer o ensino das humanidades.

Sobre a importância de se produzir jogos didáticos, as leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas do país, por meio de suas diretrizes, enfatizam a importância da elaboração de material didático que discuta a temática das relações étnico-raciais (BRASIL, 2004).

Na sala de aula, os jogos didáticos apresentam-se como uma das formas de mediação didática. Sendo, portanto, uma maneira de trazer o conhecimento científico para o ambiente

escolar, passando pela ludicidade da estudante, demonstrando ser um facilitador para todo o processo de ensino. O jogo didático, nesse sentido, se apresenta como uma atividade externa e por ludicidade entende-se "[...] Um estado interno de bem-estar, de alegria, de plenitude ao investir energia e tempo em alguma atividade" (LUCKESI, 2014, p. 17).

No processo de produção de um jogo didático, existe a necessidade da utilização de uma epistemologia que oriente a sua produção, a fim de não cair em uma visão utilitarista ou ainda na aleatoriedade dos conhecimentos. Sendo fundamental, portanto, que a base teórica contida nele dialogue com os conteúdos das áreas do conhecimento a serem trabalhados em sala de aula.

Posto isso, evidenciou-se ainda a demanda de publicações e divulgações, por parte das professoras, de materiais didáticos produzidos em sala de aula no que tange a utilização dos jogos didáticos no ensino de sociologia (ROGÉRIO, 2020; CARVALHO; MAÇAIRA, AZEVEDO, 2020).

Desse modo, este produto educacional objetiva apresentar o jogo didático *Representatividade na Política*, que se desenrola em uma Comissão Parlamentar da Câmara das/os Deputadas/os e tem por objetivo conseguir votos nas audiências públicas para aprovações de Projetos de Lei (PL) voltados para a população negra.

No entanto, o referido jogo didático discute também a importância da representatividade, principalmente de mulheres negras, para aprovação desses Projetos de Lei. Por meio dele, pretende-se dar início a uma discussão sobre o apagamento de trajetórias de mulheres negras no campo da política institucional, que perpassa pelo contexto de desigualdade étnico-racial no Brasil, buscando a valorização da história e cultura da população negra como, também, trazer a discussão de até que ponto a representatividade nas instituições políticas ajudam a superar o problema do racismo.

Para tanto, este produto educacional divide-se em dois capítulos. O capítulo um, discute a temática da educação das relações étnico-raciais e procura trazer algumas reflexões por que educar para as relações étnico-raciais? Como o Estado atua diante desse contexto? Quais são os processos de resistência? O capítulo dois apresenta o jogo didático *Representatividade na Política*.

1 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As leis 10.639/2003[1] e 11.645/2008[2], nas quais este produto educacional está fundamentado, determinam que o ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas seja obrigatório nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio em todo território brasileiro. Estabelece, também, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

A Lei 10.639 altera a LDBEN de 1996, com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B. Em 2008, com a Lei 11.645, a LDBEN passa por uma nova alteração no artigo 26-A, com a inserção da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

A criação destas normativas simboliza uma mudança, por meio da educação, tornando obrigatória, na educação básica, a aplicação de novas bases teóricas que incluam outros olhares para a diversidade das relações étnico-raciais. Ou seja, busca o processo de reconhecimento, reparação e valorização das diferenças étnico-raciais diante dos efeitos nefastos deixados historicamente pela colonização e escravidão. (BRASIL, 2004, p. 10)

Dessa forma, o Estado brasileiro responde às reivindicações históricas do movimento negro e indígena por meio de políticas públicas de ações afirmativas. No entanto, vale ressaltar que até o processo de aprovação das referidas leis, outros sete projetos foram apresentados. O primeiro deles, apresentado pelo então deputado federal Abdias do Nascimento (PDT-RJ), em 1983. Ou seja, a sua aprovação se dá apenas vinte anos depois do primeiro projeto de lei. (GATINHO, 2008, p.72).

Ao apresentar esse dado, fica evidente que a luta histórica por acesso a direitos é oriunda do protagonismo do movimento negro e indígena. Além disso, cabe dialogar sobre a ausência das políticas públicas, constantemente abandonadas pelo Estado brasileiro, e o seu forte impacto para a população nos dias atuais, que se contextualiza, a partir dos resquícios da colonialidade e da escravidão.

Para melhor compreender a temática abordada, se faz necessário partir do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo que interfere em

---

[1] Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. *Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

[2] Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. *Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, segurança, expectativa de vida, entre outros.

Contexto este, que também reflete na política brasileira. Segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[3], as mulheres correspondem a 51% da população brasileira. Desse total de mulheres, metade delas são negras, o que seria a soma, segundo o IBGE, das que se autodeclaram como pretas e pardas[4]. Apesar deste dado, segundo a Nota Técnica *Cidades, raça e eleições* (2021), construída em parceria com o movimento Coalizão Negra por Direitos, nas eleições nacionais de 2018, as mulheres negras corresponderam a apenas 2% dos assentos na câmara dos deputados federais. Outro dado mais preocupante é o da representação, ainda nas eleições de 2018, de apenas uma deputada indígena, sendo esta a primeira eleita para o cargo na história do país. (RAMOS et al, 2021, p. 5).

Fruto de um contexto histórico, esta sub-representação também se evidenciou nas eleições municipais de 2020 em todo o Brasil, onde 84% dos vereadores eleitos são homens e 16% são mulheres. Do número de mulheres eleitas em 2020, 9% são mulheres brancas, 6% são mulheres negras e apenas 0,05% são mulheres indígenas. (RAMOS et al, 2021, p. 13-4).

A nota técnica conclui que, a partir do levantamento de dados das pessoas que venceram as eleições para as câmaras municipais em 2020, as mulheres estão sub-representadas em todos os grupos étnico-raciais, diferente dos homens que estão sobrerrepresentados em praticamente todos os grupos. (RAMOS et al, 2021, p. 13).

Ainda sobre o resultado das eleições municipais de 2020, houve um aumento na candidatura de pessoas negras quando comparado às eleições municipais de 2016. Pela primeira vez as pessoas candidatas que se autodeclararam negras superaram o total de brancas. O mesmo ocorreu nas candidaturas femininas. (RAMOS et al, 2021, p. 15). Entre as pessoas eleitas, cabe destacar a representatividade de mulheres negras, indígenas, cis e trans em municípios e capitais[5]. Certamente esse avanço, mesmo que pequeno, torna-se bastante significativo para uma maior representatividade das mulheres na política brasileira.

Além disso, ocorreu também em 2020, a primeira disputa eleitoral em que os partidos políticos tiveram de cumprir regras para garantir o repasse de verba do Fundo Eleitoral para

---

[3] Dados retirados do censo 2010 do IBGE: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php. Acesso em: 09. jan. 2023.

[4] Para o IBGE pessoas negras são o conjunto de pessoas que se autodeclaram pardas e pretas.

[5] Notícia retirada do site ONU Mulheres. *ONU Mulheres e Gênero e Número analisam candidatura de mulheres negras, indígenas, trans e quilombolas nas eleições municipais brasileiras*. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-genero-e-numero-analisam-candidatura-de-mulheres-negras-indigenas-trans-e-quilombolas-nas-eleicoes-municipais-brasileiras/. Acesso em: 09 jan. 2023.

pessoas negras, com distribuição proporcional para financiamento de campanha e de tempo de propaganda eleitoral na TV e no rádio, exigido pelo Projeto de Lei (PL) n. 4041/2020, da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).[6].

As eleições gerais que ocorreram em 2022 também evidenciaram um aumento no número de pessoas negras candidatas, superior ao número de pessoas brancas[7], o correspondente a 50,2% do total de todas as candidaturas. Nesse mesmo ano, de todas as deputadas eleitas, 1,7% foram mulheres negras e 0,7% foram mulheres indígenas[8]. Diante destes dados, comparado com as eleições gerais de 2018, percebe-se que mesmo com o aumento do número de candidaturas de pessoas negras, houve uma queda no número de deputadas negras eleitas.

Apesar dos números de pessoas eleitas negras e indígenas continuarem muito abaixo do esperado, o número recorde de candidaturas deste ano teve também como protagonismo o empenho de movimentos e organizações com o objetivo de articular a disputa eleitoral de pessoas negras nas eleições de 2022. Como exemplo, podemos citar: o *Quilombo nos Parlamentos*[9], organizado pela Coalizão Negra por Direitos; *Comitês Antirracistas*[10]; *Estamos Prontas*[11], do Instituto Marielle Franco e do movimento Mulheres Negras Decidem; *Pretas no Poder*[12], do Instituto Odara; *A tenda das Candidatas*[13]; entre outros.

Por outro lado, ainda sobre o aumento de candidaturas negras nas eleições gerais de 2022, um fato que ganhou notoriedade, e que vale de exemplo, foi o caso do candidato a governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães (ACM Neto/União Brasil-BA), que se autodeclarou pardo no registro de candidaturas do TSE[14]. Aliado a esse fato, o portal de

---

[6] O TSE aprovou o projeto de lei em agosto de 2020, porém alguns partidos alegaram não ter mais tempo para a distribuição equânime dos recursos financeiros, tornando a obrigatoriedade nas eleições de 2022.

[7] Notícia retirada do site do TSE. *Mais da metade dos candidatos aos cargos das Eleições 2022 se autodeclarou negra.* Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra. Acesso em: 09 jan. 2022.

[8] Notícia retirada do site Câmara dos Deputados. *Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados.* Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/. Acesso em: 9 jan. 2022.

[9] Quilombo nos Parlamentos. Disponível em: https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2022/06/04/quilombo-nos-parlamentos/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[10] Comitês Antirracistas. Disponível em: https://votoantirracista.com.br/abdias/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[11] Estamos Prontas. Disponível em: https://www.estamosprontas.org/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[12] Pretas no Poder. Disponível em: https://institutoodara.org.br/conheca-a-campanha-pretas-no-poder/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[13] A tenda das Candidatas. Disponível em: https://atendadascandidatas.org/. Acesso em: 09 jan. 2023.

[14] Notícia retirada do site Jornalismo Preto e Livre. *Candidatos ao governo da Bahia, ACM Neto e vice se autodeclaram negros*. Disponível em: https://almapreta.com.br/sess;ao/politica/candidatos-ao-governo-da-bahia-acm-neto-e-vice-se-autodeclaram-negros. Acesso em: 09 jan. 2023.

notícias UOL[15] criou uma banca de heteroidentificação racial, liderada pela professora doutora em sociologia, Marcilene Garcia de Souza, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e chegaram à conclusão que das 517 pessoas negras eleitas para as câmaras estaduais e para a câmara federal nas eleições gerais de 2022, duzentas e sessenta e três delas não são negras.

Esse dado, portanto, revela uma fraude na autodeclaração das candidaturas, e que por certo, pode dificultar o avanço da representatividade na política institucional e a efetividade de políticas públicas nesse setor. Outro indício grave sobre essa questão envolve a distribuição das verbas de campanha do fundo partidário, em que os partidos políticos descumpriram as regras de repasse de verbas à candidatura de pessoas negras[16].

Como tentativa de criar uma banca de heteroidentificação permanente no registro de candidaturas do TSE, as deputadas federais Taliria Petrone (PSOL-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) propuseram a PL n° 2697/2022, nomeada de *PL Antonieta de Barros*, como forma de impedir abusos e fraudes nas candidaturas de pessoas negras nas próximas eleições.

A falta de representatividade de gênero e raça nas instituições políticas brasileiras se apresenta como um problema histórico e que impacta, sobretudo, as minorias sociais atravessadas pelos marcadores de raça, classe, gênero, orientação sexual, religião, cultura, região, entre outros. Diante disso, o que os dados apontam é que quem disputa o poder por decisões das políticas públicas no país são homens, brancos, héteros e de classe alta.

Trazendo esta realidade para o contexto do trabalho, a ideia de se produzir um jogo didático, como produto educacional desta pesquisa, que discute a representatividade de gênero e raça na política institucional brasileira, pressupõe um processo de aprendizado de conceitos e de análise de dados necessários para a posterior elaboração do material didático. Desta forma, também se efetiva na sala de aula como uma das possibilidades de cumprimento das leis n° 10.639/2003 e n° 11.645/2008.

Além disso, a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações das instituições de ensino, em especial as que desenvolvem programa de formação inicial e continuada de professores, com base na implantação da lei n° 10.639/2003, no seu Art. 3°, §1°, enfatiza a importância da criação de materiais didáticos necessários para a educação das relações étnico raciais. (BRASIL, 2004, p.150).

---

[15] Notícia retirada do site Portal Uol. *Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos*. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

[16] Notícia retirada do site O Globo. *Maioria dos partidos descumpriu regra de repasse de verbas a candidatos negros*. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/politica/maioria-dos-partidos-descumpriu-regra-de-repasse-de-verbas-candidatos-negros-25615460.html. Acesso em: 9 jan. 2023.

Discutir a representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira com estudantes do ensino médio evidencia a necessidade de conciliar as temáticas que dialogam com a responsabilidade, enquanto educadora, de desenvolver um currículo democrático e que acolha as diversidades. Entendendo, nesse caso, currículo como um espaço de poder que resulta em todos os esforços realizados dentro da escola para se produzir conhecimento.

Nesse sentido, entendendo o Estado como uma relação social que não se pode separar do contexto econômico, cabe dialogar sobre a ausência das políticas públicas historicamente negligenciadas por ele, e o seu forte impacto para a população nos dias atuais. “[...] Está longe de ser o Estado o resultado de um contrato social, a corporificação da vontade popular democrática, o ápice da racionalidade ou o instrumento de opressão da classe dominante”. (ALMEIDA, 2021, p. 91). Nesse sentido, com essa sub-representação histórica fica evidente que a luta por acesso a direitos é oriunda do protagonismo dos movimentos sociais.

Nesse sentido, a educação das relações étnico-raciais confirma às educandas e educadoras a necessidade de ressignificar a história e as trajetórias dos diversos grupos sociais desde a sua formação até os dias atuais. Orientando para um processo de sociedade em que as pessoas, principalmente as pessoas negras e indígenas, sejam devidamente reconhecidas, compreendidas e respeitadas nos mais diversos campos da sociedade.

2 JOGO DIDÁTICO REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA

O jogo didático *Representatividade na Política* é um jogo de cartas e de tabuleiro, em que as jogadoras interpretam um grupo de deputadas em uma comissão parlamentar e precisam negociar com diversos grupos da sociedade: empresas, organizações internacionais, profissionais da área, pesquisadoras/es e movimentos sociais. O objetivo é trabalhar em cooperação para aprovar o maior número de Projetos de Lei (PL) voltados para o combate ao racismo na sociedade brasileira, em um determinado limite de audiências públicas (número de rodadas)

Jogadoras: 4

Tempo de jogo: 40 minutos

Porém, para um melhor aproveitamento é necessário duas aulas para contextualizar a temática abordada e as regras do jogo didático com antecedência.

2.1 Componentes do jogo

2 tabuleiros: 1 tabuleiro *Comissão Parlamentar* e 1 tabuleiro *Painel de Votação*; 36 parlamentares: 6 parlamentares indígenas, 6 parlamentares negras, 7 parlamentares brancas, 7 parlamentares negros e 10 parlamentares brancos; 19 cartas de votos a favor e 19 cartas de votos contra; 1 carta de aprovação do Projeto de Lei e 1 carta de reprovação do Projeto de Lei; 6 cartas com a quantidade de audiências públicas; 12 cartas de negociação empresas; 12 cartas de negociação organizações internacionais; 12 cartas de negociação movimentos sociais; 12 cartas de negociação pesquisadoras/es; 12 cartas de negociação profissionais da área; 4 Projetos de Lei (PL); 1 dado de seis lados.

2.2 Preparando o jogo[17]

Antes de começarem a jogar organizem os componentes do jogo didático *Representatividade na Política* sobre uma superfície plana. A ordem dos componentes foi numerada de **1** a **7**, conforme apresentado na Figura 1.

[17] Para melhor entendimento de como jogar acessar o vídeo *Jogo didático Representatividade na Política - como jogar*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cZzs76GS3l4. Acesso em: 09 jan. 2023.

Figura 1 – Organização dos componentes do jogo didático Representatividade na Política

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

1 Posicione o tabuleiro *Comissão Parlamentar e* ao lado dele coloque também o tabuleiro *Painel de Votação*.

2 Coloque as *Cartas de Negociação* nos seus respectivos espaços: cartas de negociação empresas, cartas de negociação organizações internacionais, cartas de negociação profissionais da área, cartas de negociação movimentos sociais e cartas de negociação pesquisadoras/es. Antes, embaralhem as cartas.

3 No campo *Parlamentares* do tabuleiro *Comissão Parlamentar*, posicione quais serão os parlamentares que irão compor a rodada. Inicialmente, cada um deles já começam com dois parlamentares cada: 2 parlamentares homens brancos; 2 parlamentares mulheres brancas; 2 parlamentares homens negros; 2 parlamentares mulheres negras e; 2 parlamentares indígenas. Joguem o dado para escolher cada uma/um delas/es conforme esquema abaixo:

Parlamentares brancos: o número do dado + 2

Parlamentares negros: o número do dado – 1

Parlamentares brancas: o número do dado – 2

Parlamentares negras: o número do dado – 2

Parlamentares indígenas: o número do dado – 2

O esquema acima foi pensado no sentido de trazer a representação dos parlamentares o mais perto possível da realidade da política institucional brasileira. Seguindo esse esquema, o número de parlamentares brancos terá mais representação em cada jogada, diferente das/dos parlamentares indígenas e mulheres negras, por exemplo.

7 Jogue o dado, mais uma vez, para saber o número das audiências públicas dessa jogada. O número de audiências públicas equivale ao número de rodadas. Coloque as cartas com o quantitativo de audiências públicas no respectivo espaço sobre o tabuleiro *Painel de Votação.*

O dado só será utilizado nesse momento, para definir o número de parlamentes e o número de audiências públicas (rodadas) de cada jogo.

2.3 Objetivo do jogo

O objetivo principal do jogo didático *Representatividade na Política é* aprovar, de forma cooperativa, a partir das negociações com os representantes da sociedade – *cartas de negociação*, o maior número de Projetos de Lei (PL), a partir do número de parlamentares de cada jogo e da quantidade de audiências públicas (rodadas).

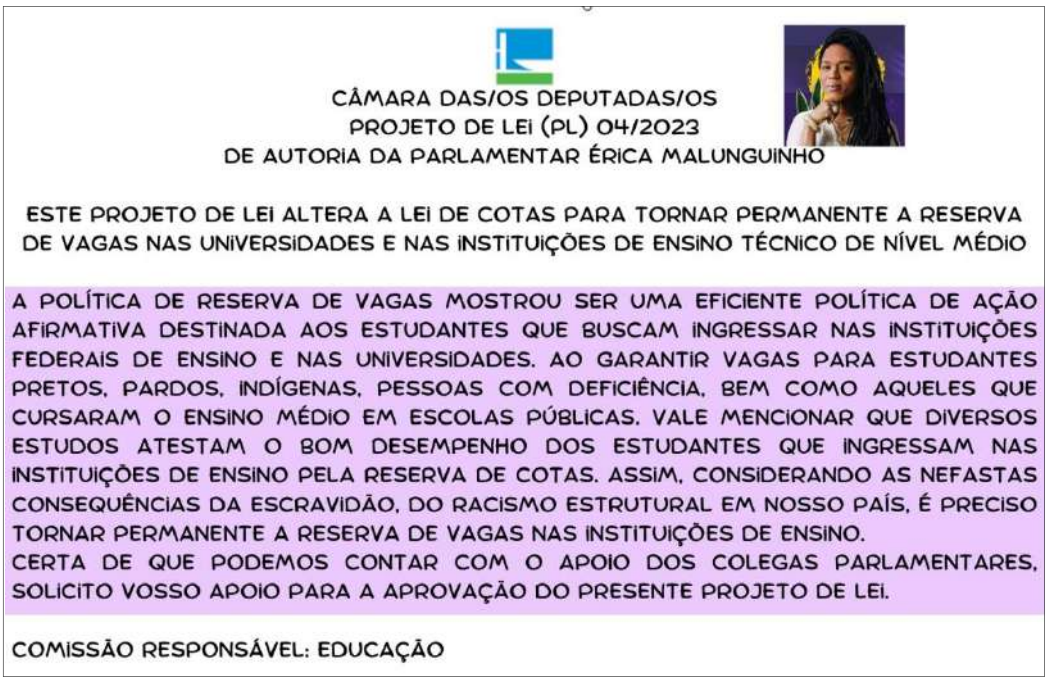
Para aprovação do PL precisa conseguir a maioria dos votos absolutos mais um, que nesse caso, corresponde a soma dos parlamentares de cada jogada. Exemplo: Se na jogada estiverem 26 parlamentares no total, serão necessários 14 votos a favor para aprovação do PL, ou seja, metade dos parlamentares mais um.

2.4 Como jogar

As quatro jogadoras irão definir quem será a relatora da jogada. O papel da relatora consiste basicamente em fazer a leitura do PL para todas as presentes e mediar a jogada.

Isso definido, a relatora da comissão parlamentar, escolhe um PL, conforme a Figura 2, para tentativa de aprovação na(s) audiência(s) pública(s). É necessário que faça a leitura da mesma a todas as jogadoras. Começando pela relatora, cada jogadora terá que, por rodada, negociar com os representantes da sociedade (empresas, organizações internacionais, profissionais da área, movimentos sociais e pesquisadoras/es) e tirar uma carta de negociação que dirá quantas votos contra ou a favor conseguirão para aprovação (ou não) do PL.

Figura 2 - Exemplo Projeto de Lei do jogo didático Representatividade na Política


CÂMARA DAS/OS DEPUTADAS/OS
PROJETO DE LEI (PL) 04/2023
DE AUTORIA DA PARLAMENTAR ÉRICA MALUNGUINHO

ESTE PROJETO DE LEI ALTERA A LEI DE COTAS PARA TORNAR PERMANENTE A RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES E NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

A POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS MOSTROU SER UMA EFICIENTE POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA DESTINADA AOS ESTUDANTES QUE BUSCAM INGRESSAR NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO E NAS UNIVERSIDADES. AO GARANTIR VAGAS PARA ESTUDANTES PRETOS, PARDOS, INDÍGENAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, BEM COMO AQUELES QUE CURSARAM O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS. VALE MENCIONAR QUE DIVERSOS ESTUDOS ATESTAM O BOM DESEMPENHO DOS ESTUDANTES QUE INGRESSAM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PELA RESERVA DE COTAS. ASSIM, CONSIDERANDO AS NEFASTAS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO, DO RACISMO ESTRUTURAL EM NOSSO PAÍS, É PRECISO TORNAR PERMANENTE A RESERVA DE VAGAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.
CERTA DE QUE PODEMOS CONTAR COM O APOIO DOS COLEGAS PARLAMENTARES, SOLICITO VOSSO APOIO PARA A APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI.

COMISSÃO RESPONSÁVEL: EDUCAÇÃO

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

4 Após tirar a carta de negociação e fazer a leitura é necessário representar os votos de contra ou a favor e colocar no mural de votação, o tabuleiro *Painel de Votação.*

Fazer esse mesmo processo até terminar o número de audiências públicas (rodadas) até se atingir o número da maioria absoluta mais 1 para aprovação ou reprovação do PL.

Cada negociação possui um limite de vezes por rodada, e cabe às jogadoras, a partir da realidade de cada comissão parlamentar, de verificar quais as melhores táticas para se conseguir a aprovação do PL.

Conseguindo o número de votos de aprovação ou de reprovação, colocar a respectiva carta, **5** ou **6**, sobre o PL e pegar o próximo PL e seguir o mesmo processo. Como dito anteriormente, o objetivo é aprovar o maior número de Projetos de Lei (PL).

2.5 Pós-jogo

No final da partida, é interessante propor um debate com as estudantes procurando discutir a importância da representatividade na política institucional para o combate ao racismo. A ideia, não é discutir se a representatividade importa, mas sim como que essa representatividade pode ajudar no combate ao racismo com toda a complexidade presente na

sociedade brasileira[18]. Uma outra sugestão para ser trabalhada em sala de aula, a educadora pode elaborar outros Projetos de Lei (PL) com outras temáticas para ser discutida em sala de aula.

Os limites do debate da representatividade, com a defesa de mais mulheres negras na política institucional, parte do questionamento se mais pessoas de grupos minoritários, é capaz de mudar a dinâmica nesses espaços? Agora, ao mesmo tempo, o que significa ter mulheres negras na política institucional, significa também que a luta a pressão dessas mulheres afeta a dinâmica dessas instituições.

É o que Almeida (2021) diferencia de racismo institucional e estrutural. Então essa representatividade está no campo do racismo institucional. As instituições podem oferecer distintas formas de representação daquilo que são. É importante, mas não é o ponto fundamental. O racismo institucional se apresenta como o racismo reflete nas instituições. Precisamos entender que tipo de representatividade é essa e que dinâmica nos espaços de poder são estabelecidas...

É importante, mas não é o ponto fundamental. Importante para tencionar os espaços, principalmente dos movimentos sociais. O debate da representatividade é importante para tensionar vários espaços, e cobrar mudanças institucionais de vários espaços, mas não resolve o problema do racismo.

Desse modo, as lutas por cotas de gênero e raça nas eleições são fundamentais para a presença de pessoas negras no congresso, na câmara, nas prefeituras, nesses espaços de governo. Mas por outro lado, tem que pensar em como essas pessoas vão adentrar a esses espaços, como esse espaço precisa ser modificado para que outras mulheres possam adentrar a esses espaços também. A discussão não é apenas a política de cotas nas eleições é necessário pensar em políticas de financiamento nas campanhas e formas com que essas mulheres não sofram violência política nesses espaços.

O ponto fundamental é que se tenha de maneira permanente formas de discutir a discriminação e as desigualdades no interior desses espaços institucionais, porque se não tiver isso de maneira permanente. A discriminação não vai ceder simplesmente porque tem pessoas negras naqueles espaços. Se a instituição não se modifica, não adianta colocar pessoas nesses espaços sem uma política institucional para receber essas pessoas.

---

18 Como sugestão, a leitura do capítulo três desta dissertação pode ajudar nessa discussão.

2.6 Glossário do jogo didático[19]

Audiências Públicas: Reunião realizada por órgão colegiado com representantes da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite ou para debater assuntos de interesse público relevante.

Câmara das/os deputadas/os: Casa Legislativa federal integrante do Congresso Nacional, composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado da Federação, em cada Território e no Distrito Federal.

Comissão Parlamentar: Órgão parlamentar formado por uma parte dos integrantes da Casa Legislativa, constituído na forma do respectivo regimento para o exercício de uma série de atribuições relevantes do processo legislativo e das atividades de fiscalização e controle da Administração Pública. Atualmente, as comissões parlamentares possuem poder decisório sobre algumas matérias, podendo aprovar ou rejeitar Projetos de Lei (PL) sem necessidade de passarem pelo crivo do plenário.

Diário Oficial: Os diários oficiais são jornais criados, mantidos e administrados por governos para publicar as literaturas dos atos oficiais da administração pública executiva, legislativa e judiciária.

Parlamentar: Membro do Parlamento que, no Congresso Nacional, corresponde ao Deputado Federal ou ao Senador da República. É utilizado também para qualificar o que pertence ou é relativo ao Parlamento, como, por exemplo, recesso parlamentar.

Plenário: Órgão máximo de deliberação da Casa Legislativa, composto por todos os seus membros. Refere-se também ao local onde os parlamentares realizam as sessões.

Projetos de Lei: Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional. Sujeita-se, após aprovado, à sanção ou ao veto presidencial.

Maioria absoluta dos votos: Quórum de aprovação de determinadas matérias que exige número de votos favoráveis maior que a metade da composição do colegiado.

---

19 Glossário de Termos Legislativos. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo. Acesso em: 09 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este produto educacional teve por objetivo apresentar o jogo didático *Representatividade na Política* com o objetivo de discutir em sala de aula a importância da representatividade de mulheres negras na política institucional brasileira e como essa discussão levanta o debate sobre o combate ao racismo no Brasil.

A luta pela educação das relações étnico-raciais como um direito social, ofertada a todas as pessoas, grupos e etnias, está presente na luta dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro. É certo que a importância objetiva de lutar por essa educação é superar o racismo e proporcionar a emancipação de toda a sociedade. (GOMES, 2017, p. 13).

Para trabalhar com a educação das relações étnico-raciais, em primeiro lugar, é preciso perpassar pelo processo de racismo e de desigualdade que se perpetuam historicamente na sociedade brasileira e refletem nos dias atuais. Esse contexto encontra-se marcado pela colonização, escravidão e por processos inacabados como a própria renovação política do Estado, como também, somado a esses processos, as tensões e resistências presentes nas lutas sociais.

Nesse caso em específico, jogos didáticos que tragam temáticas voltadas para a discussão das relações étnico-raciais e da discussão científica em áreas do conhecimentos que estão perdendo espaço a partir da atual Reforma do Ensino Médio que está em processo de implementação no país.

Dessa forma, o jogo se apresenta na sociedade como um fenômeno atual que deve ser explorado por docentes, estudantes de graduação e estudantes da educação básica em todos os espaços escolares com o propósito de trazer a ludicidade para a sala de aula como forma de mediação didática.

De maneira geral, espera-se que este jogo didático possa ser utilizado como uma estratégia para articular a prática e a realidade das estudantes com a teoria da educação das relações étnico-raciais e o ensino de sociologia, se tornando, portanto, uma ferramenta em sala de aula, com o propósito de problematizar os fenômenos sociais e o cotidiano de maneira que a estudante possa desenvolver um senso crítico da realidade na qual está inserida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CARVALHO, Ana Paula; MAÇAIRA, Julia Polessa; AZEVEDO, Gustavo Cravo de. Quiz Antropológico: jogos didáticos e formação de professores. **Perspectiva Sociológica**, n. 28, p. 114-128, 2020.

GATINHO, Andrio Alves. **O movimento negro e o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador*:*** saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes, 2017.

LUCKESI, Cipriano. Ludicidade e formação do educador. **Revista Entreideias:** Educação, Cultura e Sociedade, v. 3, n. 2, p. 13-23, 2014.

RAMOS, Luciana de Oliveira et al. **Cidades, raça e eleições:** uma análise da representação negra no contexto brasileiro. Nota técnica n.1. São Paulo: FGV, 2021.

ROGÉRIO, Radamés de Mesquita. O ensino de sociologia e os jogos didáticos. *In:* BRUNETTA, Antônio Alberto. et. al. **Dicionário do ensino de sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

VASCONCELLOS, Marcelo Simão de; CARVALHO, Flávia Garcia de; ARAUJO, Inesita Soares de. **O jogo como prática de saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

APÊNDICE A: LINK DE ACESSO A OUTROS JOGOS

Ao fazer o levantamento de jogos no ensino de sociologia e durante a escrita dessa dissertação, foram encontrados outros jogos das mais diversas áreas que podem auxiliar e/ou inspirar a educadora que estiver interessada nessa temática em sala de aula. Os jogos a seguir podem ser utilizados a partir de uma teoria sociológica, uma teoria de outra área do conhecimento ou, até mesmo, de forma interdisciplinar.

A

Jogo Ágora - http://desafioagora2030.fiocruz.br/. Objetiva discutir, disseminar e fomentar a adoção de uma ética do compartilhamento e participação cidadã na produção da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.

Jogo Anamnesis - https://educare.fiocruz.br/resource/show?id=rPmrdtpk. O objetivo do jogo é compreender a necessidade de acolhimento adequado à diversidade de gênero e sexualidades nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

B

Jogo Banco Latifundiário - https://semusp.wixsite.com/home/post/conhe%C3%A7a-nosso-jogo-do-banco-latifundi%C3%A1rio. Jogo didático aborda e reflete os assuntos e problemas atuais relacionados à terra no Brasil e como a divisão de terra no território brasileiro se desenvolveu entre os diversos grupos sociais durante a história.

Jogo Beabá-do-Cidadão - https://www.beaba.org.br/produtos?fbclid=IwAR0XrZEoZnMsnYJ9fM8nRx6suzp4Y1iIxgh9OVQI1S_jytQg9XSaec-oZO8. O jogo possui dinâmicas que convidam as participantes a debater e refletir questões sobre democracia, organização, estrutura e funcionamento do Estado, direitos e deveres.

C

Jogo Caixa de Pandora - http://www.de.ufpb.br/~labteve/projetos/pandora.html. Jogo voltado para a capacitação de profissionais de saúde orientada para o enfrentamento do problema da violência contra a mulher.

Jogo Célula Adentro - http://celulaadentro.ioc.fiocruz.br/. Jogo de tabuleiro onde as participantes possuem pistas com diferentes casos sobre o funcionamento da célula.

Jogo Cidade Saudável - https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/35752.

Jogo Corrida Contra do Aedes - https://educare.fiocruz.br/resource/show?id=1Zd2ORIL. Jogo sobre aconscientização do combate a proliferação do mosquito *aedes aegypti*.

Jogo CoVida - https://portal.fiocruz.br/noticia/rede-covida-lanca-jogos-educativos-sobre-o-novo-coronavirus. Jogo com o objetivo de trazer informações para o público infantil sobre a Covid-19 e formas de prevenção de modo lúdico e em uma linguagem adequada.

D

Jogo DaOnda - https://www.ioc.fiocruz.br/educacao-em-saude/jogo-da-onda#:~:text=Jogo%20de%20tabuleiro%20e%20cartas,quest%C3%B5es%20emocionais%2C%20familiares%20e%20pedag%C3%B3gicas. Jogo de tabuleiro e cartas que esclarece dúvidas e promove reflexões sobre a prevenção da Aids e sobre a dimensão social e afetiva do uso indevido de drogas, enfocando questões emocionais, familiares e pedagógicas.

Jogo DengueRom - https://educare.fiocruz.br/resource/show?id=TKp94KBz. Compreende a doença dengue com sua sintomatologia, transmissão do vírus, prevenção, cuidados ambientais e domésticos para evitar a proliferação do mosquito, de forma lúdica e educativa.

Jogo do Acesso Aberto - https://www.icict.fiocruz.br/jogo-do-acesso-aberto. Jogo que tem por objetivo desperta interesse do público sobre o debate do acesso aberto nas universidades.

F

Jogo Farmanji - https://view.genial.ly/60d0e8c46d52520d14cf31ff/interactive-content-farmanji. Apresenta acontecimentos do dia a dia relacionados aos medicamentos e que parecem inofensivos, mas podem trazem prejuízos significativos à saúde individual e coletiva.

Jogo FastFood da Política - https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408747/mod_resource/content/2/manualdejogos_molho-especial-atualizado.pdf. Apresentam os jogos: Direitos e Silêncios, Queda do Patriarcado, Jogo das Vozes, Mulheres na Política e Feminismo Indefinido.

Jogo Fuxico - https://nigs.ufsc.br/publicacoes/fuxico/. Jogo que discute a temática de gênero e sexualidade.

H

Jogo HijiSushi - https://www.ioc.fiocruz.br/hijisushi/. Jogo que auxilia na compreensão do processo correto para higienização das mãos.

J

Jogo JECRIPE - https://jecripe.wordpress.com/. Jogo de Estímulo a Crianças com Síndrome de Down em Idade Pré-Escolar (JECRIPE).

K

Jogo Kontaê - https://sites.google.com/view/kontae/. Discute a representação e o protagonismo negro no período pós-abolição do Brasil, com destaque para os importantes feitos de quatro heroínas negras brasileiras.

L

Jogo Leis Para Todos - https://supernova.games/leis-para-todos/. Jogo que apresenta a aprovação de leis por um recém eleito deputado.

N

Jogo No Lugar Dela - https://sites.usp.br/generoviolenciaesaude/jogo-no-lugar-dela/. O jogo é uma experiência que evoca as complexas decisões com as quais mulheres que vivem situações de violência se deparam quando buscam lidar com essas situações e procurarem ajuda no sentido de superá-las.

P

Jogo Politize - http://materiais.politize.com.br/1e4Ve3Q7t/Curadoria-Jogo-da-politica. O Jogo da Política é um conjunto de três jogos que simulam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Q

Jogo Quem Deixou Isso Aqui? https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files/jogo/index.html. Objetiva conscientizar sobre os perigos existentes no ambiente doméstico.

S

Jogo Semeando o cuidado - https://www.epsjv.fiocruz.br/semeandoocuidado. Jogo cooperativo de tabuleiro, em que os jogadores interpretam Agentes de Saúde e precisam dialogar com a população para resgatar e sistematizar saberes sobre plantas medicinais dentro do limite de rodadas.

Jogo Sherlock Dengue - https://larva.joinville.udesc.br/dengue/#VER. Jogo de computador para ser utilizado com outro participante com o objetivo de combater a dengue.

Jogo Sociedade Justa? - https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600754. Jogo filosófico sobre política e sociologia.

Jogo Super SUS - https://supersus.fiocruz.br/#sobre. Jogo que estimula a população a conhecer seus direitos na saúde pública brasileira.

T

Jogo Tosse Misteriosa - https://portal.fiocruz.br/livro-jogo-territorio-saude-e-ambiente-tosse-misteriosa. Jogo, similar ao RPG, que trata do tema da tuberculose e das políticas públicas em favelas e periferias urbanas.

V

Jogo Vetores Digitais - https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/35755. O jogo tem por objetivo conhecer seis espécies de vetores. Identificar as diferenças e semelhanças entre os vetores e, com isso, sua habilidade de sugar sangue, voar, pousar, reproduzir.

Z

Jogo Zig-Zaids - http://www.fiocruz.br/piafi/zigzaids/. O jogo ajuda a esclarece dúvidas sobre a epidemia de HIV/AIDS e as Doenças Sexualmente Transmissíveis.

APÊNDICE B: DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

Até o presente momento, esta pesquisa desenvolvida no mestrado, resultou em alguns desdobramentos como forma de dar continuidade a este trabalho e são eles:

Feiras de Ciências no Ensino Médio: Durante a realização da pesquisa com as estudantes, ainda em 2021, o projeto de pesquisa foi submetido em duas feiras de ciências:

Feira dos Municípios e Mostra de Iniciação Científica da Bahia (FEMMIC)	O projeto foi finalista, realizado em outubro de 2021, de forma online.
Feira de Ciências da Bahia (FECIBA)	O projeto ficou em 2° lugar, como pesquisa em andamento, na área de Ciências Humanas. Realizado em dezembro de 2021, de forma online.

Bolsas de Iniciação Científica para as estudantes da escola: Devido a participação na Feciba, em 2021, a escola foi contemplada com duas bolsas de iniciação científica do programa Mais Estudo do Governo do Estado da Bahia.

Grupo de pesquisa: Em parceria com a minha orientadora, a professora. Dra. Elis Cristina Fiamengue, fomos contempladas com duas bolsas de iniciação científica, vigência 2022/2023, para o grupo de pesquisa desenvolvido na UESC:

Uma bolsa Fapesb *Estado da arte das pesquisas sobre jogos didáticos para o ensino de sociologia.*	Realizar um levantamento das produções e pesquisas sobre jogos didáticos criados para as aulas de sociologia.
Uma bolsa CNPQ *"Press Start": uma análise das produções de jogos didáticos para o ensino de sociologia.*	Objetivo de sistematizar e analisar as produções de jogos didáticos criados para as aulas de sociologia.

APÊNDICE C: O JOGO DIDÁTICO

CÂMARA DAS/OS DEPUTADAS/OS
PROJETO DE LEI (PL) 01/2023
DE AUTORIA DA PARLAMENTAR BENEDITA DA SILVA

ESTE PROJETO DE LEI PROPÕE CANDIDATURAS ÉTNICO-RACIAIS NAS ELEIÇÕES E ASSEGURA RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA E TEMPO DE TELEVISÃO E RÁDIO

A REALIDADE DAS COMUNIDADES NEGRAS AO LONGO DA HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS TEM SE CARACTERIZADO PELA POBREZA E MARGINALIDADE SOCIAL. NESSE SENTIDO, O SISTEMA POLÍTICO REPRODUZ, ASSIM COMO OUTROS MECANISMOS SOCIAIS, A EXCLUSÃO DE HOMENS E MULHERES NEGROS DAS ESFERAS DE PODER E DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DAS LEIS QUE GOVERNAM NOSSO PAÍS.
DESSE MODO, ESTE PROJETO DE LEI ACERCA DO FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS PARA CANDIDATAS/OS NEGRAS/OS ASSEGURA MAIOR REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS PLEITOS ELEITORAIS.

COMISSÃO RESPONSÁVEL: DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

CÂMARA DAS/OS DEPUTADAS/OS
PROJETO DE LEI (PL) 02/2023
DE AUTORIA DA PARLAMENTAR TALIRIA PETRONE

ESTE PROJETO DE LEI PROPÕE MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES CANDIDATAS E NO EXERCÍCIO DA VIDA POLÍTICA

DE ACORDO COM O ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019, A CADA DUAS HORAS UMA MULHER É ASSASSINADA NO BRASIL. NESSE MESMO PERÍODO, A TAXA DE HOMICÍDIOS CONTRA MULHERES NEGRAS CRESCEU. NA ESFERA PÚBLICA NÃO É DIFERENTE, SÃO INÚMEROS OS RELATOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA SOFRIDOS PELAS PARLAMENTARES NEGRAS. ELAS, PORTANTO, TÊM MENOR ACESSO A RECURSOS PARTIDÁRIOS E ENFRENTAM MAIORES DIFICULDADES DO QUE AS BRANCAS PARA SE ELEGEREM. SOMA-SE A ISTO OS EFEITOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, O QUE MUITO EXPLICA A BAIXA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.
DESTA FORMA, O PL PROPOSTO É FUNDAMENTAL PARA ASSEGURAR O EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES.

COMISSÃO RESPONSÁVEL: DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

CÂMARA DAS/OS DEPUTADAS/OS
PROJETO DE LEI (PL) 03/2023
DE AUTORIA DA PARLAMENTAR ÁUREA CAROLINA

ESTE PROJETO DE LEI PROPÕE MEDIDAS DE GARANTIA DA EQUIDADE À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA EM CASOS DE EPIDEMIAS, PANDEMIAS, SURTOS DE DOENÇAS CONTAGIOSAS OU DURANTE A DECRETAÇÃO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

A POPULAÇÃO NEGRA FAZ PARTE DO GRUPO COM OS PIORES INDICADORES DE SAÚDE E COM MAIOR INCIDÊNCIA DE DOENÇAS QUE PODERIAM SER EVITADAS COMO DIABETES, HIPERTENSÃO E TUBERCULOSE – DOENÇAS QUE SÃO, TAMBÉM, AGRAVANTES PARA A COVID-19. DOS 1.658 ÓBITOS MATERNOS EM 2018, 66% FORAM DE MULHERES NEGRAS; O RISCO DE UMA CRIANÇA PRETA OU PARDA MORRER ANTES DOS 5 ANOS, POR CAUSAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS, É 60% MAIOR DO QUE O DE UMA CRIANÇA BRANCA. A PORCENTAGEM DE PACIENTES MORTOS POR COVID-19 ENTRE OS PRETOS E PARDOS PASSOU DE 32,8% PARA 54,8% ENTRE 10 DE ABRIL E 18 DE MAIO DE 2020.
PELA RELEVÂNCIA DO TEMA CONTAMOS, PORTANTO, COM O APOIO DOS NOBRES PARES PARA A APROVAÇÃO DESTA PROPOSIÇÃO.

COMISSÃO RESPONSÁVEL: SAÚDE

CÂMARA DAS/OS DEPUTADAS/OS
PROJETO DE LEI (PL) 04/2023
DE AUTORIA DA PARLAMENTAR ÉRICA MALUNGUINHO

ESTE PROJETO DE LEI ALTERA A LEI DE COTAS PARA TORNAR PERMANENTE A RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES E NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

A POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS MOSTROU SER UMA EFICIENTE POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA DESTINADA AOS ESTUDANTES QUE BUSCAM INGRESSAR NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO E NAS UNIVERSIDADES. AO GARANTIR VAGAS PARA ESTUDANTES PRETOS, PARDOS, INDÍGENAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, BEM COMO AQUELES QUE CURSARAM O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS. VALE MENCIONAR QUE DIVERSOS ESTUDOS ATESTAM O BOM DESEMPENHO DOS ESTUDANTES QUE INGRESSAM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PELA RESERVA DE COTAS. ASSIM, CONSIDERANDO AS NEFASTAS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO, DO RACISMO ESTRUTURAL EM NOSSO PAÍS, É PRECISO TORNAR PERMANENTE A RESERVA DE VAGAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.
CERTA DE QUE PODEMOS CONTAR COM O APOIO DOS COLEGAS PARLAMENTARES, SOLICITO VOSSO APOIO PARA A APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI.

COMISSÃO RESPONSÁVEL: EDUCAÇÃO

PARLAMENTARES
EMPRESAS
2X
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
2X
PROFISSIONAIS DA ÁREA
1X
MOVIMENTOS SOCIAIS
1X
PESQUISADORAS/ES
1X

QUANTAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS? _____

PAINEL DE VOTAÇÃO

PARA APROVAÇÃO
MAIORIA ABSOLUTA +1

VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR
VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA
VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR
				VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR	VOTO A FAVOR
				VOTO CONTRA	VOTO CONTRA	VOTO CONTRA			

PROJETO DE LEI REPROVADO

1 AUDIÊNCIA PÚBLICA

2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

4 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

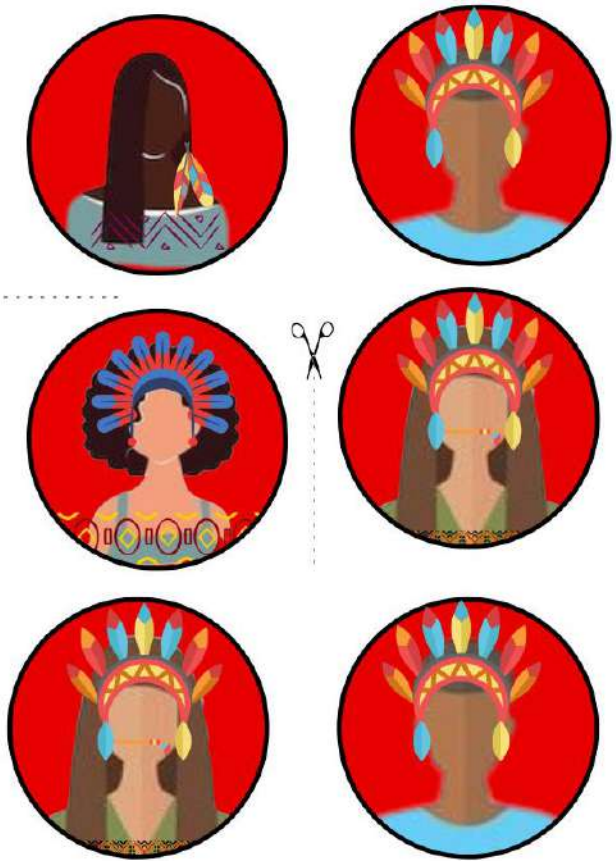
5 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

6 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DIÁRIO OFICIAL

PL APROVADO

APROVADO POR MAIORIA NA CÂMARA DAS/DOS DEPUTADOS, PL TAMBÉM É APROVADO NO SENADO E PELA PRESIDENTA DA REPÚBLICA.



NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

TODOS OS PARLAMENTARES BRANCOS VOTAM A FAVOR

DOBRE

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

TODAS AS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM A FAVOR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

TODAS AS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM A FAVOR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM CONTRA

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM UMA PARTE DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO

DUAS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

DOBRE

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A PAUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONSEGUIU COMOÇÃO DA POPULAÇÃO

DOIS PARLAMENTARES NEGROS VOTAM A FAVOR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A PAUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONSEGUIU COMOÇÃO DA POPULAÇÃO

DOIS PARLAMENTARES BRANCOS VOTAM A FAVOR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MUITA PRESSÃO NA AUDIÊNCIA CONTRÁRIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

DUAS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM CONTRA

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MUITA PRESSÃO NA AUDIÊNCIA CONTRÁRIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

DOIS PARLAMENTARES NEGROS VOTAM CONTRA

DOBRE

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

DUAS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM A FAVOR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

DOIS PARLAMENTARES NEGROS VOTAM A FAVOR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

MOVIMENTOS SOCIAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

DOBRE

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

EMPRESAS ESTÃO FINANCIANDO AS/OS PARLAMENTARES A PARTIR DE SEUS INTERESSES

DOIS PARLAMENTARES BRANCOS VOTAM CONTRA

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

EMPRESAS ESTÃO FINANCIANDO AS/OS PARLAMENTARES A PARTIR DE SEUS INTERESSES

DOIS PARLAMENTARES BRANCOS VOTAM CONTRA

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

EMPRESAS QUE FINANCIARAM AS CAMPANHAS DE PARLAMENTARES ESTÃO PRESSIONANDO PARA VOTAREM CONTRA O PL

UM PARLAMENTAR BRANCO VOTA CONTRA

DOBRE

EMPRESAS

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

EMPRESAS QUE FINANCIARAM AS CAMPANHAS DE PARLAMENTARES ESTÃO PRESSIONANDO PARA VOTAREM CONTRA O PL

UM PARLAMENTAR NEGRO VOTA CONTRA

EMPRESAS

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

AS EMPRESAS SUGEREM ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM CONTRA

EMPRESAS

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

AS EMPRESAS SUGEREM ALTERAÇÃO EM PARTE DO TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM CONTRA

EMPRESAS

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

A APROVAÇÃO DA PL NÃO FAVORECE O INTERESSE DE ALGUMAS EMPRESAS

TODAS AS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

DOBRE

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Instituto Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

A APROVAÇÃO DA PL NÃO FAVORECE O INTERESSE DE ALGUMAS EMPRESAS

UMA PARLAMENTAR BRANCA VOTA A FAVOR

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Instituto Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

A APROVAÇÃO DA PL NÃO FAVORECE O INTERESSE DE ALGUMAS EMPRESAS

UM PARLAMENTAR BRANCO VOTA A FAVOR

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Instituto Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

EMPRESAS

Instituto Ayrton Senna · Fundação Roberto Marinho · VOTORANTIM cimentos · Instituto Millenium · Lemann · INSTITUTO UNIBANCO · suzan

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

DOBRE

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A APROVAÇÃO DA PL NÃO FAVORECE O INTERESSE DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

TODAS AS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A APROVAÇÃO DA PL NÃO FAVORECE O INTERESSE DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

TODAS AS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM CONTRA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A APROVAÇÃO DA PL NÃO FAVORECE O INTERESSE DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

TODAS AS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM CONTRA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS SUGEREM ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DOIS PARLAMENTARES BRANCOS VOTAM A FAVOR

DOBRE

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS SUGEREM ALTERAÇÃO EM PARTE DO TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

UMA PARLAMENTAR NEGRA VOTA A FAVOR

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS SUGEREM ALTERAÇÃO EM PARTE DO TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

UM PARLAMENTAR NEGRO VOTA A FAVOR

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PRESSIONAM A COMISSÃO E VEEM A APROVAÇÃO DO PL COMO UM PROBLEMA PARA A ECONOMIA

UM PARLAMENTAR BRANCO VOTA CONTRA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PRESSIONAM A COMISSÃO E VEEM A APROVAÇÃO DO PL COMO UM PROBLEMA PARA A ECONOMIA

TRÊS PARLAMENTARES NEGROS VOTAM CONTRA

DOBRE

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PRESSIONAM A COMISSÃO E VEEM A APROVAÇÃO DO PL COMO UM PROBLEMA PARA A ECONOMIA

UM PARLAMENTAR BRANCO VOTA CONTRA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PRESSIONAM A COMISSÃO CONTRA A APROVAÇÃO DO PL

UM PARLAMENTAR NEGRO VOTA CONTRA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

PESQUISADORAS/ES PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

TODOS OS PARLAMENTARES BRANCOS VOTAM A FAVOR

DOBRE

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM UMA PARTE DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO

UMA PARLAMENTAR BRANCA VOTA CONTRA

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM UMA PARTE DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO

UMA PARLAMENTAR NEGRA VOTA CONTRA

DOBRE

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM UMA PARTE DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO

UMA PARLAMENTAR INDÍGENA VOTA CONTRA

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

AS/OS PESQUISADORAS/ES PROPORCIONARAM UM DEBATE CIENTÍFICO MUITO RICO

TRÊS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM A FAVOR

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

AS/OS PESQUISADORAS/ES PROPORCIONARAM UM DEBATE CIENTÍFICO MUITO RICO

UMA PARLAMENTAR NEGRA VOTA A FAVOR

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

PESQUISADORAS/ES APRESENTAM DADOS CIENTÍFICOS A FAVOR DO PL E PRESSIONAM A COMISSÃO

UM PARLAMENTAR BRANCO VOTA A FAVOR

DOBRE

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

PESQUISADORAS/ES APRESENTAM DADOS CIENTÍFICOS A FAVOR DO PL E PRESSIONAM A COMISSÃO

UM PARLAMENTAR NEGRO VOTA A FAVOR

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

PESQUISADORAS/ES APRESENTAM DADOS CIENTÍFICOS A FAVOR DO PL E PRESSIONAM A COMISSÃO

UMA PARLAMENTAR INDÍGENA VOTA A FAVOR

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM AS/OS PESQUISADORAS/ES

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

PESQUISADORAS/ES

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

DOBRE

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

PROFISSIONAIS ORGANIZADAS/OS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

TODOS OS PARLAMENTARES NEGROS VOTAM A FAVOR

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

OS SINDICATOS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

TODOS OS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM A FAVOR

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM CONTRA

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM TODO O TEXTO DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO INICIAL

DUAS PARLAMENTARES NEGRAS VOTAM CONTRA

DOBRE

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM UMA PARTE DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO

DUAS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

PROFISSIONAIS ORGANIZADOS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

DUAS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM A FAVOR

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

A OPOSIÇÃO PEDIU ALTERAÇÃO EM UMA PARTE DO PL, O QUE COMPROMETE O SEU CONTEÚDO

DUAS PARLAMENTARES INDÍGENAS VOTAM CONTRA

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

PROFISSIONAIS ORGANIZADOS PRESSIONAM A COMISSÃO A FAVOR DO PL

DUAS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM A FAVOR

DOBRE

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

PROFISSIONAIS DA ÁREA APRESENTAM UM DEBATE MUITO RICO

DOIS PARLAMENTARES NEGROS VOTAM A FAVOR

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

PROFISSIONAIS DA ÁREA APRESENTAM UM DEBATE MUITO RICO

DUAS PARLAMENTARES BRANCAS VOTAM A FAVOR

PROFISSIONAIS DA ÁREA

NEGOCIAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

A OPOSIÇÃO CAUSOU TUMULTO E ENCERROU A SEÇÃO

FIQUE UMA AUDIÊNCIA SEM NEGOCIAR

PROFISSIONAIS DA ÁREA